



aldeia
SELO EDITORIAL ICH/UFJF

Jorge Chaloub

INTERPRETAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO BRASIL



EDITORA
U F J F



Jorge Chaloub

INTERPRETAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO BRASIL

1ª edição
Juiz de Fora/MG
2023



©Editora UFJF, 2023

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem
autorização expressa da editora.

O conteúdo desta obra, além de autorizações relacionadas à permissão de uso
de imagens ou textos de outro(s) autor(es) são de inteira responsabilidade do(s)
autor(es) e/ou organizador(es)



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE JUIZ DE FORA**

Reitor

Marcus Vinicius David

Vice-Reitoria

Girlene Alves da Silva



Diretor da Editora UFJF

Ricardo Bezerra Cavalcante

Conselho Editorial do Selo Aldeia - ICH UFJF

André Muskopf

César Agenor da Silva

Clarice Cassab

João Dulci

Lelio Moura Lourenço

Maria Leonor Botelho

Rodrigo Christofolletti

Projeto Gráfico, Editoração e Capa

Paolo Malorgio Studio

Chaloub, Jorge

Interpretações contemporâneas do Brasil / Jorge Chaloub. – Juiz
de Fora, MG: Editora UFJF/Aldeia, 2023.
Dados eletrônicos (1 arquivo: 1,74mb)

ISBN: 978-65-89512-82-0

1. Pensamento político- Brasil. 2. Teoria política contemporânea.
3. Democracia. I. Chaloub, Jorge. II. Título.

CDU 321.1(81)

Editora UFJF

Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n -

São Pedro, Juiz de Fora - MG, CEP: 36036-900

Telefone (32) 2102-3586

editora@ufjf.br / distribuicao.editora@ufjf.br

www.ufjf.br/editora

Filiada à ABEU



Para Raquel, por todos os anos de amor, ideias e companheirismo.

Agradecimentos

Com o fim do trabalho, vem o prazeroso momento de agradecer.

Antes de mais nada, registro que o presente trabalho é fruto do financiamento público da pesquisa científica no Brasil. Mais especificamente, ele se beneficiou dos financiamentos do Edital Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da própria UFJF, por meio das suas bolsas de iniciação científica e dos recursos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO-UFJF).

Publicado pela editora UFJF, gostaria de utilizar este espaço para agradecer todos que me acompanharam ao longo dos ótimos anos em que estive na universidade e que, felizmente, continuam no PPGCSO. Menciono, com a enorme probabilidade de esquecer nomes, amigos e colegas como Fernando, João, Chris, Marta, Mazinho, Felipe, Raphael, Célia, Cristina, Rubinho, Raul, Beth, Rogéria, Paulo, Gustavo e Leonardo; todos os alunos, com especial menção aos ex e atuais orientandos, e funcionários da UFJF.

Por se tratar de uma coletânea de artigos, agradeço, pelos comentários e pelo espaço, aos editores das revistas, parceiros nessa empreitada, nos quais eles foram publicados: Rodrigo, Christian e Renato.

Também agradeço a Pedro e Christian, amigos e co-autores que gentilmente concordaram em que seus textos fossem publicados aqui.

Por fim, na certeza de novos esquecimentos, agradeço aos amigos que, pelo diálogo acadêmico, ajudaram a compor este livro: Pedro(s), Bernardo, Diogo, Bruno, Rafael, Bel, Josué, Giliard, André, Cristina, Paulo, Hélio, João, Maria, Tomás, Gustavo, Thaís, dentre outros.

Por fim, agradeço mais uma vez a Raquel, leitora e revisora de quase todos os meus textos, que há anos os torna possíveis com seu brilhantismo, amor e companheirismo. A ela dedico este livro.

Epígrafe

— Perdão — replicou docilmente o desconhecido —, mas para governar, queira ou não queira, é necessário possuir um plano preciso com alguns prazos estabelecidos, nem que seja o mínimo. Permita-me perguntar: como é que pode o ser humano governar, se não apenas não tem condições de fazer qualquer plano, mesmo que seja com um prazo ridiculamente curto de, digamos, uns mil anos, como também é incapaz de garantir sequer seu dia de amanhã? (Bulgákov, Mikhail, O mestre e Margarida, p. 16).

Conta que é torturador
Não é nada pessoal
Se convocado outra vez
Volta e me mete o pau, uai!
(BLANC, Aldir, Par ou Ímpar).

Sumário

APRESENTAÇÃO	8
CAPÍTULO 1 Interpretações do Brasil contemporâneo	14
CAPÍTULO 2 Crítica e crise: a banalidade do golpe no Brasil contemporâneo	33
CAPÍTULO 3 Os resquícios de 1946: populismo e udenismo no debate brasileiro contemporâneo	45
CAPÍTULO 4 A longevidade do lacerdismo	64
CAPÍTULO 5 Os sentidos da crise: um olhar a partir de Junho	79
CAPÍTULO 6 A Constituição de 1988 e os regimes políticos	92
CAPÍTULO 7 Ecos de Getúlio	110
CAPÍTULO 8 A América Latina como outro: um discurso da direita brasileira	114

Apresentação

Em 2014, nos últimos anos do doutorado, comecei a escrever com alguma regularidade textos sobre a conjuntura a partir da perspectiva do pensamento político-social brasileiro. Eu pretendia, em um primeiro momento, dar um sentido contemporâneo à minha tese, sobre a União Democrática Nacional (UDN) e a República de 1946, além de participar, mesmo que de modo limitado, do debate político da época, ainda fortemente marcado pelos ares de Junho de 2013.

Parte da motivação vinha da crescente sensação de contemporaneidade do meu objeto de pesquisa. Escolhida como tema alguns anos antes, quando ingressei no mestrado, a UDN me interessara por sua peculiar relação com o momento político, evidente pelo lugar central que a retórica anticorrupção e as críticas contra a esquerda ocupavam no debate público da primeira década do novo milênio. Os ecos deste passado se tornavam, todavia, cada vez mais presentes. Não apenas aspectos das visões de sociedade e país do partido permaneceram na ordem do dia, como ganhou força um discurso de ruptura democrática, de vários modos semelhantes à do udenismo, nos debates políticos nacionais. Entre a construção retórica da hegemonia de uma esquerda supostamente antidemocrática, contra todas as evidências dos governos petistas, e a defesa explícita de um golpe, clara nos discursos de Jair Bolsonaro, naturalizaram-se representações críticas sobre a ordem democrática de 1988. Dentre as consequências desse fenômeno, está o fato de que, aos poucos, a ruptura democrática tornou-se mais uma opção política corriqueira à mesa, em fenômeno que, no segundo ensaio deste livro, nomeio de *banalidade do golpe*.

Alguns argumentos conhecidos pareciam ganhar nova força e os personagens de enredos pretéritos voltavam a cena. Como em outros momentos, juristas e militares reivindicavam o papel de intérpretes de uma suposta vontade¹ democrática da sociedade civil e tutores dos interesses nacionais, que estariam sob ameaça de inimigos frequentemente identificados às esquerdas. A imprensa, por sua vez, assumia um discurso de crise permanente, que criava a sensação de catástrofe em um período que, vistos pelas lentes de 2022, parece no mínimo ameno.

A ênfase nas continuidades e a menção ao pensamento político-social brasileiro podem sugerir ao leitor que os textos do presente livro buscam interpretar a conjuntura a partir do recurso a analogias históricas e a enfatizar apenas as persistências do passado. Não é o caso. O pensamento brasileiro não é compreendido aqui como um esforço

1 Tratei desse movimento, ao lado de Pedro Lima, em texto que não foi incluído neste livro: CHALOUN & LIMA, 2018.

de desvelar essências de uma cultura nacional, retomar clássicos que “entenderam bem” o país ou expor os percursos da nossa “história redonda”, no sentido faoriano.

Como debatido no primeiro capítulo, escrito ao lado de Pedro Lima, as interpretações do Brasil são tanto um modo de pensar a historicidade das disputas intelectuais contemporâneas, quanto um meio de refletir sobre a conjuntura a partir de distintas perspectivas e atores. O uso de repertórios históricos e teóricos de longa duração no Brasil são aqui analisados ao lado de disputas discursivas limitadas à pequena política da conjuntura, como um modo de desenvolver hipóteses sobre as relações entre repertórios consolidados e novos momentos políticos, mudanças e continuidades no cenário político brasileiro e nas suas relações com o mundo.

A ênfase está sobretudo nas recepções criativas das ideias e na reconstrução contemporânea de tradições. Se a História sempre foi objeto de disputa e as análises de conjuntura, a partir do pensamento político-social, práticas intelectuais frequentes, uma das hipóteses do presente livro é que a última década fez da história, eventual e intelectual, um terreno político de maior interesse, como uma das faces do que Rodrigo Turin chama de “politização dos tempos” (TURIN, 2022).

O argumento de um presente hiperbólico, visto como característica do pós-1945, é desenvolvido por uma série de autores (JORDHEIM & WIGEN, 2018; GUMBRECHT, 2012) e definido por François Hartog (2013) a partir do conceito de presentismo. Tratando do cenário brasileiro, parte das análises sobre os 50 anos do golpe de 1964 (ARANTES, 2015; ARAUJO, 2014) já apontavam para a hegemonia de um tempo histórico semelhante. Em interpretações fortemente inspiradas nos conceitos de Reinhart Koselleck, mesmo que com diferentes inflexões, Paulo Arantes e Cícero Araújo argumentam que o fechamento do horizonte de expectativa, aberto logo após a redemocratização, teria levado a um espaço de experiência no qual o passado se torna contemporâneo do presente. As consequências teóricas desenvolvidas pelos autores são distintas, mas nos interessa aqui o diagnóstico de uma “crise do futuro” já esboçada no pós-2013 e ainda anterior ao fim dos governos petistas.

Um pressuposto, e outra hipótese, do presente livro é que o pensamento político-social brasileiro é um instrumento interessante para lidar com um tempo atravessado pelo sentimento de crise, que parece retomar formas do passado e, concomitantemente, romper com arquétipos sociais conhecidos. Em meio às múltiplas temporalidades desse presente (TURIN, 2022), algumas reflexões acumuladas na área - como as formas de representação da história e da identidade nacional, as reflexões sobre mudanças e continuidade sociais, os debates sobre os repertórios intelectuais, dentre outros - parecem particularmente pertinentes.

Os últimos anos também testemunharam uma valorização da figura do intelectual público, mesmo que adaptado ao novo ambiente das redes sociais². Dentre o repertório mobilizado por tais atores, estão clássicos do pensamento brasileiro e tentativas de inovação do cânone que se utilizam de motes típicos do campo. Não apenas críticas a autores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda ganham centralidade, mas intérpretes como Guerreiro, Ramos, Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez tornam-se correntes em certos discursos públicos. Dito de outro modo, o pensamento político-social brasileiro não me parece relevante apenas como chave interpretativa do Brasil contemporâneo, mas também como parte do repertório de personagens centrais do debate público. Em movimento comum em sociedade periféricas, mas não apenas nelas, por vezes o que há pouco era representado como atraso, compreendido como formas de expressão descompassada com um centro imaginado, retorna como último grito da contemporaneidade.

O processo de metamorfose do arcaico em contemporâneo é particularmente evidente nas expressões da ultradireita brasileira, que passou a ocupar o centro do debate público a partir de 2013 e adentrou o Estado brasileiro em 2018. Seus principais protagonistas não apenas veem a história como terreno de batalha, como a importância de suas interpretações sobre a ditadura militar bem demonstram, mas tomam motes clássicos da nossa tradição intelectual como ponto de partida. Não se trata de reiteração do mesmo, mas sim da atualização de esquemas conhecidos que funcionam como meio apropriado de recepção para o repertório das ultradireitas globais. Em formulação nacional de movimentos intelectuais internacionais, o libertarianismo norte-americano se encontra com velhas teses conservadoras sobre a construção nacional, assim como os neofascismos e reacionarismos são mediados pelas linguagens autoritárias brasileiras. As ideias de outros meridianos não chegam em um vácuo intelectual, mas são mediadas e digeridas em um cenário ideológico de longa trajetória.

Parte do sucesso da ultradireita contemporânea está justamente em conseguir oferecer um horizonte de expectativa ausente nos discursos da esquerda hegemônica, satisfeita no papel de administradora da ordem estabelecida. Tal movimento não passou apenas pela construção do futuro, mas sobretudo pela capacidade de construir futuros possíveis, utópicos, a partir de elementos do passado. Em meio a suas virtudes, os governos petistas foram o terreno propício ao crescimento de uma representação sócio-histórica hábil em tornar a direita outra vez disruptiva e antissistema.

2 O movimento contradiz a bibliografia que vaticinava o fim da figura do intelectual, muito popular ao longo da década de 1990. Sobre o tema, ver BENDER, 1997; JACOBY, 1990.

A ultradireita, neste sentido, produziu uma inflexão importante no registro do presentismo, de modo que o presente apresentado como rotina inescapável e visto pela chave da normalidade, hegemônico entre 1988 e 2013, deu lugar a sua representação como crise constante. Em meio a um cenário em que narrativas catastróficas se tornam o padrão, o reacionarismo e o fascismo ganham terreno ante o conservadorismo no campo da ultradireita, justamente por suas possibilidades de propor futuros disruptivos ante a conjuntura, mesmo que eles passem pela reconstrução utópica de passados perdidos.

O presente livro, entretanto, não analisa sistematicamente o discurso das ultradireitas, tema de outros trabalhos, mas antes pretende compreender o processo de construção de um cenário intelectual propício ao destaque público desses atores. Uma das hipóteses aventadas é que a representação do presente como crise e o senso comum da falência da ordem de 1988 criaram, ao lado de outros elementos, condições propícias para o protagonismo da ultradireita. O tema permite interpretar a emergência da ultradireita para além dos bons cálculos políticos das suas lideranças ou dos erros da esquerda, como usualmente tem sido feito, de modo a jogar luz sobre o papel de atores da direita tradicional, grupos midiáticos e membros de influentes corporações do Estado brasileiro.

A construção desse clima intelectual recorre a sequências argumentativas bem conhecidas. Lideranças do Judiciário e personagens da operação Lava Jato, como Luís Roberto Barroso e Sérgio Moro, formulam, por exemplo, relações diretas entre Estado e corrupção, muitas vezes inspiradas em clássicas formulações do pensamento brasileiro sobre o patrimonialismo e as relações público-privado no Brasil (CHALOUB & LIMA, 2018). Representantes das altas patentes militares, por outro lado, retomam reflexões sobre os pertencimentos do Brasil ao Ocidente e à uma ideia de civilização cristã, assim como recuperam retóricas anticomunistas (MOTTA, 2002), que podem ser diretamente remetidos a intelectuais como Golbery do Couto e Silva ou Antônio Paim.

O presente livro almeja reconstruir, a partir desses vários fios discursivos, os movimentos políticos dos últimos anos, marcados por um processo mais amplo de erosão democrática e escalada de linguagens políticas autoritárias. Longe dos grandes autores, mas atento seus eventuais usos, o pensamento político e social surge como uma forma de reconstruir nosso caminho até a atual conjuntura.

...

Além da presente introdução, o livro é composto de oito ensaios, publicados entre 2014 e 2021.

O primeiro, “Interpretações do Brasil contemporâneo”, foi escrito ao lado de Pedro Lima e publicado na Revista Mediações, em 2018. O texto reflete sobre

a contemporaneidade do conceito de interpretações do Brasil e os usos do pensamento político-social para pensar o Brasil contemporâneo.

Os cinco próximos textos foram publicados, em anos diversos, na Revista Insight Inteligência.

Publicado em 2020, o ensaio “Crítica e crise: a banalidade do golpe no Brasil contemporâneo” trata das relações entre a crise política brasileira e a normalização de uma crítica radical à Constituição de 1988, que frequentemente abre espaço para linguagens políticas autoritárias

“Os resquícios de 1946: populismo e udenismo no debate brasileiro contemporâneo” é o mais antigo texto da presente coletânea, publicado em 2014. O artigo reflete sobre os usos dos conceitos de populismo e udenismo após a Constituição de 1988, com especial atenção aos intelectuais vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB).

O quarto texto, “A longevidade do lacerdismo”, de 2019, analisa as representações de Carlos Lacerda no debate brasileiro contemporâneo. A partir das disputas em torno da memória e as representações do ex-udenista, busca-se refletir sobre as variedades da direita e da ultradireita brasileiras.

Escrito em 2018, o ensaio “Os sentidos da crise: um olhar a partir de Junho”, relaciona as interpretações da crise democrática brasileira às reflexões sobre as Jornadas de Junho de 2013, pensando nas representações e memórias construídas em torno do evento como um elemento importante das identidades políticas do Brasil contemporâneo.

Também em 2018 foi publicado o texto “A Constituição de 1988 e os regimes políticos”, escrito ao lado de Christian Lynch. O artigo pretende reconstruir os embates em torno da Constituição de 1988 para melhor compreender o seu lugar das disputas políticas contemporâneas.

“Ecos de Getúlio”, publicado em 2013 na Revista de História da Biblioteca Nacional, é um curto ensaio sobre algumas interpretações em torno do personagem Getúlio Vargas e dos seus usos na política brasileiras contemporânea.

Publicado em 2020 na Revista Agenda Política, o capítulo “A América Latina como outro: um discurso da direita brasileira” analisa as representações da América Latina em intelectuais de direita e ultradireita de diversas épocas como um modo de sugerir afinidades entre distintas linguagens da ultradireita brasileira contemporânea e aproximar suas expressões contemporâneas de discursos reiterados.

Penso, por fim, ser importante uma nota sobre a seleção dos textos. Acredito que os ensaios, pelo modo como abordam a conjuntura, permaneçam relevantes aos leitores mesmo alguns anos após o momento da sua redação em um momento histórico muitas vezes trágico, o qual responde, em parte, por algumas das suas virtudes e problemas.

Preferi não selecionar os muitos textos de conjuntura que escrevi ao longo dos últimos anos para a Revista Escuta, por mim editada ao lado de Diogo Tourino e Fernando Perlatto, e para outras publicações de perfil semelhante. Do mesmo modo, não estão presentes nesse livro os ensaios sobre cultura brasileira redigidos para a mesma revista ou artigos acadêmicos sobre ideologias da direita brasileira. Isto porque mais do que uma coletânea sobre textos de conjuntura ou de artigos sobre o Pensamento político-social brasileiro, a ideia do presente livro é congrega ensaios produzidos a partir deste encontro.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ARAUJO, Cícero. Política, história e a questão da atualidade do golpe de 1964. *In*: NAPOLITANO, Carlos José; LUVIZOTTO, Caroline Kraus; LOSNAK, Célio José; GOULART, Jefferson Oliveira (orgs.). **O Golpe de 1964 e Ditadura Militar em perspectiva**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- BENDER, Thomas. **Intellect and public life**: essays on the social history of academic intellectuals in the United States. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.
- CHALOUB, Jorge; LIMA, P. L. Os juristas políticos e suas convicções: para uma anatomia do componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil. **Revista de Ciências Sociais** (UFC), v. 49, p. 202-252, 2018.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Depois de 1945**: latência como origem do presente. Trad. Ana Isabel Soares. São Paulo, Editora da Unesp, 2014.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade**. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- JACOBY, Russel. **Os últimos intelectuais**. São Paulo, Edusp/Trajatória Cultural, 1990.
- JORDHEIM, H.; WIGEN, E. Conceptual Synchronisation: From Progress to Crisis, **Millennium: Journal of International Studies**, v. 46, nº 3, 2018.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho"**: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- TURIN, Rodrigo. País do futuro? Conflitos de tempos e historicidade no Brasil contemporâneo. **Estudos Avançados** 36(105), p. 85-104, 2002.

1. Interpretações do Brasil contemporâneo

Jorge Chaloub
Pedro Luiz Lima

AS INTERPRETAÇÕES E A QUERELA DO ENSAÍSMO

O conceito de *interpretações do Brasil* é comumente representado como um resquício de outros tempos. Se toda época carrega determinado estilo típico de reflexão, esta prática seria mais afeita, nestes discursos, a certa pré-história do moderno mundo acadêmico, período habitado por generalistas despídos de método e afeitos a afirmações carentes de fundamentos empíricos. Para estes interlocutores, tal mundo teria acabado, felizmente superado pela moderna ciência social institucionalizada, lugar do *rigor* e ambiente protegido dos excessivos ruídos do mundo político. O presente texto pretende construir um ponto de vista distinto.

Nosso argumento central é de que o conceito de *interpretação do Brasil* possui um caráter *híbrido*, presente tanto em trabalhos acadêmicos quanto em outras formas de expressões, e se distingue por três características fundamentais: uma pretensão de *totalidade*; o diálogo, implícito e explícito, com diversas disciplinas; e certo pendor, mesmo que indireto, de *intervenção na conjuntura*. Recusa-se, assim, a circunscrição do gênero a determinado momento histórico, por mais que determinados modos de se pensar o país possam ser definidos como *estilos de pensamento*, à moda de Mannheim (1959), enquanto formas de expressão diretamente vinculadas a conjunturas sócio-históricas determinadas. A maleabilidade que marca o gênero permite sua possível reprodução, de forma explícita ou velada, em ambientes aparentemente inóspitos a suas características. Deste modo, pesquisas consonantes às mais rígidas exigências metodológicas podem, sem problemas, construir narrativas típicas destas grandes interpretações, assim como textos apresentados como pertencentes aos ensaios interpretativos podem, e frequentemente o fazem, trazer contribuições para novos olhares na academia contemporânea. A evidência de que a crescente especialização limita,

cada vez mais, o olhar mais amplo típico das *Interpretações* não impede que elas continuem a despontar, ano após ano. Desde 2016 intelectuais de formação, preferências políticas e trajetórias acadêmicas diversas se dedicaram a trabalhos que, sem maior esforço, podem ser enquadrados no estilo. Trata-se de nomes como os de André Singer (2018), Armando Boito (2018), Bolivar Lamounier (2016) Fernando Henrique Cardoso (2018), Jessé Souza (2017), José de Souza Martins (2016) José Maurício Domingues (2017), Laura Carvalho (2018), Leonardo Avritzer (2016), Pedro Malan (2018), Renato Janine Ribeiro (2018), Vladimir Safatle (2017), Wanderley Guilherme dos Santos (2017), dentre outros que facilmente engrossariam essa lista.³ Mesmo que a recente produção supere a das últimas décadas em volume, não se trata de um renascimento, mas de uma permanência no campo intelectual brasileiro. Nos anos 1990, por exemplo, autores como Luiz Werneck Vianna (1991), José Luís Fiori (1995) e Marco Aurélio Nogueira (1998) produziam de acordo com as linhas do gênero.

O tema não é recente. Ele emula os debates entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes sobre a sociologia brasileira (FERNANDES, 1977a, 1977b; RAMOS, 1960, 1995), nas décadas de 1950 e 1960, assim como as divergências entre Wanderley Guilherme dos Santos e Antônio Otávio Cintra (SANTOS, 2017), nos anos 1960, dentre outros embates intelectuais. A questão atravessa, em suma, as reflexões sobre a própria constituição do campo das Ciências Sociais no Brasil. Parte central da consolidação de áreas do conhecimento é a disputa em torno dos discursos válidos e reconhecidos. Cortes abruptos em relação ao passado e distinções enfáticas ante esforços próximos costumam integrar esse momento de amadurecimento. O que surpreende, todavia, é a persistência desse momento de reafirmação identitária, mesmo quando a maturidade bate à porta.

A superação de uma barreira simplória entre o passado das *Interpretações* e a modernidade instituída pelas modernas metodologias demanda um olhar mais refinado, que reconheça a complexidade dos dois pretensos polos. Percebe-se, assim, a viva *contemporaneidade* das antigas interpretações e as veladas continuidades em trabalhos mais recentes. Como bem apontam Luiz Carlos Jackson e Alejandro Blanco (2014, p. 37-81), o dito ensaísmo brasileiro da década de 1930, que ainda hoje persiste como arquétipo das *Interpretações do Brasil*,⁴ mobilizava explicitamente a mais moderna ciência social da época, o que bem expõe o caráter híbrido acima mencionado. Por outro lado, como já mencionado, continuamos a produzir interpretações do Brasil em ampla escala, não apenas contemporaneamente, mas ao longo de todo o processo de institucionalização da disciplina. O pertencimento ao estilo não demanda o claro reconhecimento dos próprios autores. Tendo em

3 Tema tratado em artigo de Fernando Perlatto e Diogo Tourino de Sousa (PERLATTO E SOUSA, 2018).

4 É fundamental, para o estabelecimento deste cânone, a contribuição do famoso prefácio de Antônio Candido, escrito em 1967 e publicado dois anos depois, na quinta edição de *Raízes do Brasil*.

vista que os desdobramentos de um texto em muito ultrapassam as percepções do próprio autor – não apenas em relação às suas apropriações, mas também em sua estrutura –, muitos dos que compõem interpretações do Brasil contemporâneo não se reconhecem enquanto tais. O fato, entretanto, deve ser tratado mais como sintoma do estado da arte do mundo acadêmico das Ciências Sociais do que como critério de análise dos trabalhos.

O discurso de recusa à contemporaneidade das interpretações usualmente se funda em dois argumentos. O primeiro aponta para a impossibilidade de o cultor contemporâneo desse estilo conhecer, e sobretudo contribuir, a campos de pesquisa crescentemente complexos e especializados. As teorias gerais típicas das interpretações do país seriam, portanto, datadas, marcas de um país e de um estilo de reflexão anacrônico, em sua ostensiva simplicidade, que não teria mais lugar na Universidade moderna. O segundo ponto – diretamente relacionado ao precedente – dedica-se a desconstruir as supostas virtudes do campo em tempos de outras exigências acadêmicas, afirmando a vagueza dos objetos, o excessivo subjetivismo e a frouxidão metodológica.

Bons exemplos desses argumentos estão em dois breves textos, publicados como respostas a uma pergunta da revista de divulgação *Ciência Hoje*,⁵ sobre a atualidade dos ensaios de interpretação do Brasil. Seus autores, Renan Springer e Leopoldo Waizbort, são acadêmicos reconhecidos por seus pares com relevantes trabalhos na área de teoria social. Ambos recusam enfaticamente a contemporaneidade da forma de expressão. Waizbort constrói, em poucos parágrafos, o primeiro argumento acima mencionado, que vê no exercício dos ensaios de interpretação um insuperável descompasso ante o desenvolvimento da academia nas últimas décadas. O acúmulo de conhecimento tornaria já limitados os esforços para alcançar uma “perspectiva globalizante dentro da especialidade” e condenaria decisivamente as pretensões mais amplas das interpretações. Seu estilo de expressão seria um objeto de outras épocas, ainda estimulante, mas impossível de ser repetido. Springer, por sua vez, argumenta pelo anacronismo dos ensaios de interpretação do Brasil em razão do seu supostamente estéril esforço de síntese e de certa propensão nacional a exercícios de “ajuste de contas com o passado”. O sociólogo estende ao campo das interpretações do Brasil – que não se destacariam, com raras exceções, por relevantes contribuições – sua crítica às sínteses teóricas e raciocínios teóricos sistemáticos (FREITAS, FIGUEIREDO, 2009; FREITAS, 2017).

Em precisa síntese sobre outros discursos nos quais as interpretações do Brasil ganham novos lugares nas prateleiras acadêmicas, despidas do seu potencial heurístico e estatuto teórico, Renato Lessa afirma: “não se trata mais de ler os

5 Disponível em <http://cienciahoje.org.br/artigo/ensaios-de-interpretacao-do-brasil/>.

‘intérpretes do Brasil’, para neles buscar explicações a respeito do que é o país. Com frequência, o caminho é o inverso: são eles é que exigem o ser explicados, agora como objetos de uma história intelectual” (LESSA, 2011, p. 18). Trata-se, segundo o filósofo político, de uma passagem do paradigma da **interpretação** dos fenômenos políticos para o da **explicação**.

Todos os esforços de interpretação do Brasil por certo possuem as marcas do seu tempo, às quais nenhuma obra consegue escapar. Soam, entretanto, mais arcaicos os motivos de uma radical recusa a suas contribuições do que os argumentos que buscam nelas perceber traços de continuidade. É evidentemente absurda a ideia de reconstruir fielmente o estilo de tradicionais interpretações do Brasil. O Pierre Menard de Borges se viu frustrado no seu intuito de reescrever Dom Quixote não apenas pelas distâncias do tempo histórico, mas também devido à própria existência do clássico de Cervantes. Do mesmo modo, retomar projetos como os de Freyre e Faoro encontra na própria existência desses clássicos um obstáculo a sua reescritura. A escolha por reivindicar a atualidade das interpretações não implica, contudo, nenhuma recusa por novos métodos e técnicas de pesquisa, mas sim busca compreendê-las em chave não antagônica a um acúmulo de ideias sobre a sociedade brasileira.

AS INTERPRETAÇÕES E O PENSAMENTO POLÍTICO-SOCIAL BRASILEIRO

Desponta ao primeiro olhar uma constatação sobre as interpretações do país: creia-se ou não no vigor do estilo, que elas existem, existem. Figuram frequentemente como livros mais citados dentre as grandes obras das ciências sociais brasileiras (BRANDÃO, 2007) e não somente demonstram força no cenário contemporâneo (PERLATTO & SOUSA, 2018), como tem sido fartamente redigidas ao longo das últimas décadas. A questão central passa, sobretudo, por questionar as atuais condições da sua prática no cenário atual. Fazendo uma interrogação a partir do título do presente dossiê: no que consistem as interpretações do Brasil contemporâneo?

Marcos Nobre enfrentou o tema (2014) a partir da obra do economista Marcos Mendes, *Por que o Brasil cresce pouco?* (2014). O filósofo vê as interpretações do Brasil como um estilo que à primeira vista parece ter desaparecido, marca de uma outra época progressivamente substituída pelos produtos da academia especializada e da disputa político-partidária. As razões desta decadência estariam diretamente ligadas a três fatores: “ao longo declínio do modelo de sociedade nacional-desenvolvimentista; aos padrões estabelecidos pela tradição intelectual do pensamento social brasileiro; e ao desenvolvimento da universidade nas últimas décadas” (NOBRE, 2014, p. 98).

O livro de Mendes não se enquadraria, contudo, em nenhum dos dois espaços apontados por Nobre, distante dos preceitos mais rígidos da academia, mesmo que não abandone seu rigor conceitual, e carente de vínculos partidários mais diretos. Ele responderia a um debate ausente – na perspectiva de Nobre – no pós-1988, falando a um público mais amplo e debatendo de forma qualificada temas centrais para o Brasil, como a economia e a política, em chave que ultrapassa os marcos excessivamente restritivos hegemônicos nos espaços acadêmicos. A interdisciplinaridade característica das Interpretações do Brasil não segue a mesma toada da praticada na academia, mas carrega maior capacidade de transitar entre os campos necessários para a construção dos seus argumentos. Mendes, todavia, não escreveria contra a academia. Segundo Nobre, “a arena de debate própria do ‘pensar o país’ pode ser retomada em novo patamar, com a vantagem de poder integrar agora o impressionante desenvolvimento dos conhecimentos disciplinares das últimas décadas” (NOBRE, 2014, p. 101). O texto de Nobre parece abrir caminho para suas próprias contribuições recentes, na imprensa e em livros⁶, que buscam *interpretar*, a partir do conceito de *peemedebismo*, a conjuntura posterior à redemocratização.

O filósofo toma como sinônimos os campos das Interpretações do Brasil e do Pensamento Social, distinção que é fundamental para compreender a atualidade desse estilo de pensamento, e evitar uma premissa do seu texto que nos parece imprecisa: a ideia de que em certo momento as interpretações do Brasil foram deixadas de lado, eclipsadas pelas arenas acadêmica e partidária.

Christian Lynch (2013) distingue o conceito de *pensamento político* perante a *teoria política* a partir de certa consciência periférica, herdeira de uma filosofia da história eurocêntrica. A normalização da universalidade de certas teorias cêntricas condicionaria os modos de expressão no Brasil, de modo que, seja sob o paradigma do *cosmopolitismo periférico*, vigente até 1922, ou sob o posterior *nacionalismo periférico*, os intelectuais brasileiros estariam sempre a restringir o alcance de suas teorias à realidade brasileira. Na perspectiva de Lynch, o pensamento político brasileiro seria, portanto, uma forma de teoria política a partir da periferia, representativa de uma série de práticas e visões de mundo.

A reflexão desenvolve, por um lado, a agenda de interpretar a imaginação política brasileira como chave para compreender as diversidades da *práxis* política nacional, desenvolvida por Wanderley Guilherme dos Santos em sua pesquisa ao longo dos anos 1950 e 1960. Nesta perspectiva, a história das ideias⁷ surge como

6 Um bom exemplo é NOBRE, 2013.

7 O termo é utilizado de forma ampla. Em uma análise mais detida sobre o estado da arte do pensamento político-social brasileiro contemporâneo seria necessário apontar a crescente influência das perspectivas metodológicas da história das ideias de corte *collingwoodiano*, com destaque para Quentin Skinner e John Pocock, da história dos conceitos, de Reinhart Koselleck, e da escola francesa do político, de Pierre Rosanvallon. Para um panorama das duas primeiras variantes, ver JASMIN & FERES, 2006.

chave para compreender a trajetória social e política do país. Movimento semelhante, deve-se destacar, recebe acento mais sociológico em autores como Sérgio Miceli (2001), Élide Rugai Bastos (2006), André Botelho (2007) e Angela Alonso (2001), que buscam na sociologia dos intelectuais, mais do que nas variantes de história intelectual, a chave para compreender esse cenário.

Por outro lado, a agenda abre caminho para entender o pensamento político, ou social, como uma **teoria política a partir do Sul**, próxima aos esforços de Gildo Marçal Brandão (2007) e às reflexões de João Marcelo Maia, e do próprio Lynch, de aproximar o Pensamento Político Social brasileiro das diversas teorias pós-coloniais (MAIA, 2010, 2011, 2015; LYNCH, 2015). Tais trabalhos mais recentes, por sua vez, dialogam com a composição entre Teoria Social, história das ideias e sociologia dos intelectuais desenvolvida desde os anos 1980 por autores como Luiz Werneck Vianna (2004), Maria Alice Rezende de Carvalho (2007), Milton Lahuerta (2010), Rubem Barboza Filho (2010) e, mais recentemente, Fernando Perlatto (2016). Também conversam com a perspectiva de Ricardo Benzaquen de Araújo (2005), que constrói suas pesquisas no campo a partir de um fino mosaico de tradições historiográficas, sociológicas e antropológicas.

Pensamos ser possível propor outro possível campo de atuação para o Pensamento político-social brasileiro. Antes, todavia, é preciso distingui-lo da ideia de **interpretações do Brasil**. As interpretações são o objeto sobre o qual trabalha o pensamento político-social. Se os objetos de análise do campo, as interpretações do país, por certo são anteriores à institucionalização da pesquisa universitária no país, a delimitação do campo do pensamento político-social é contemporânea à mesma. Em outros termos, a definição desta área de pesquisa e a preocupação de intitulá-la “pensamento político-social brasileiro” decorre da perda da hegemonia do gênero estudado pela mesma. É em um mundo onde as interpretações são proporcionalmente mais raras que emerge a necessidade de construção de tal campo.

São muitas as narrativas da determinação do campo, e a respectiva escolha dos seus pais fundadores, mas pensamos não ser excessivamente polêmica a ideia de que seu objeto de análise são textos dotados das características apontadas no início desse trabalho: a pretensão de totalidade, o diálogo com vários campos disciplinares e o anseio de influir na conjuntura. Todos esses traços remetem – mesmo que não possam ser resumidos – à ideia de ensaio. Starobinski (2011) retrata o ensaio como um discurso sobre o mundo sem qualquer pretensão de sistematicidade e com algum grau de autorreflexão sobre o lugar da obra e do autor. O estilo seria fragmentário e preocupado com o fugaz, o aparentemente supérfluo, e justamente por isso teria grande capacidade de perceber aspectos relevantes do mundo. Não é possível, entretanto, reduzir as interpretações do Brasil à forma-ensaio. O campo do pensamento político-social brasileiro retrata obras diversas enquanto exercícios de interpretação do Brasil, muitas das quais estão,

todavia, distantes dessa forma de expressão. O campo é usualmente composto de textos *híbridos*, mas com ênfases diversas. Enquanto algumas mais se assemelham a esforços historiográficos, outras enfatizam a antropologia, as instituições políticas, a psicologia social, dentre uma miríade de formas possíveis. Mesmo alguns dos clássicos da década de 1930, como Caio Prado Junior, frequentemente tomados como arquétipos do gênero, não se enquadram com facilidade no modelo ensaio. A marca das interpretações do Brasil é, portanto, a diversidade, que não pode ser limitada a períodos históricos ou áreas do conhecimento.

A crescente e relevante expansão das reflexões na universidade antes expandem que limitam as possibilidades do Pensamento político-social. Como bem apontou Nobre (2014), não há contraposição necessária, mas um campo aberto a que o amplo acúmulo de conhecimento produzido pela Universidade permita a construção de mais complexos argumentos de interpretação do país. Por um lado, autores centrais do campo do pensamento político social, como Wanderley Guilherme dos Santos e Luiz Werneck Vianna, desdobraram em pesquisas empíricas, organizadas segundo os mais exigentes figurinos metodológicos, suas reflexões anteriormente desenvolvidas em esforços de interpretação do Brasil. Estão claramente presentes os vínculos entre a tese de doutorado de Wanderley Guilherme, o *Cálculo do Conflito* (2004), de 1979, e sua reflexão de 1978 sobre a *práxis liberal* no Brasil, os dois trabalhos preocupados em compreender os limites de uma ordem burguesa ante as especificidades brasileiras e ciosos em responder às causas das inúmeras reincidências autoritárias em nossa história. Também são evidentes as relações entre os conceitos de americanismo e iberismo, desenvolvidos por Werneck Vianna em *A Revolução Passiva no Brasil* (2004), e suas reflexões sobre a *Judicialização da Política* (1999) no país, pensada como um modo de expor a possível composição entre o protagonismo da sociedade civil do americanismo e a valorização do público típica da tradição ibérica. Por outro lado, obras aparentemente distantes de qualquer esforço típico do campo do Pensamento político-social podem construir claras *interpretações do Brasil*, muitas vezes a despeito das suas intenções.

O Pensamento político-social é precisamente o instrumento apto a desnudar esses pressupostos e expor tais vínculos. Ele pode, neste sentido, assumir o lugar de uma *epistemologia das humanidades brasileiras*, de modo a expor os pressupostos e visões de mundo subjacentes a tal produção de conhecimento. Tal proposta não implica ignorar as reflexões epistemológicas de cada uma das específicas áreas de conhecimento, mas pretende propor um olhar que perceba as visões de mundo pressupostas, e as continuidades ante tradições intelectuais pregressas, em meio ao discurso de especialização e ruptura com o passado que usualmente marca a produção acadêmica especializada. Nenhum conhecimento científico possui fundamentos evidentes por si mesmos ou é capaz de falar sem mediações dos objetos. As pesquisas, de modo diverso, amparam suas proposições

em pressupostos de outra ordem, muitos dos quais com evidentes repercussões públicas. O olhar sobre essa dimensão abre todo um campo de pesquisa para o pensamento político-social brasileiro.

DUALISMOS, CONTINUIDADES, REPETIÇÕES

A partir da diluição das fronteiras entre interpretação e ciência, podem-se notar diversas linhas de continuidade entre a atual produção da ciência social brasileira e as tradições pregressas do pensamento-político social. Para dar conta dessas continuidades e descontinuidades, a reflexão sobre as interpretações do Brasil contemporâneo deve identificar certas precauções de método, algumas das quais foram formuladas no artigo clássico de Gildo Marçal Brandão.

Por um lado, há que se desconfiar de supostas novidades radicais e de autoproclamados inovadores. Mesmo porque, via de regra, “o encontradiço é a ocorrência de grupos intelectuais (e políticos) novos que se comportam como se a história começasse com eles, como se existisse um grau zero na política ou em qualquer atividade coletiva” (BRANDÃO, 2007, p. 63). Correlata desta tendência seria também o apego a grandes fórmulas de repetição e continuidade que explicariam tudo sob a premissa do “nada de novo sob o sol”.

Por outro lado, Brandão também sublinha que a ânsia por classificar em linhagens pode fazer perder de vista pontos de interseção onde, de fato, costumam-se formular as interpretações do Brasil: “nem todos os ‘pensadores político-sociais’ se enquadram nesta ou naquela linhagem, em vários convivem almas contrapostas e nem sempre a proclamada é a real” (Idem, p. 38). Buscar a distinção em linhagens ajuda a organizar o olhar retrospectivo sobre o pensamento político-social, mas não se deve perder de vista o imperativo de reconhecer, especialmente no que tange às interpretações contemporâneas, as muitas “polarizações ambíguas ou conciliações produtivas, sublimes coerências ou ecletismos maltemperados” (Idem, p. 39).

Há certas formas de olhar para a vida política nacional que atravessam linhagens, correntes e paradigmas, formando conjuntos heteróclitos de autores. Nesse sentido, foram e permanecem sendo corriqueiras as perspectivas que recaem em **dualismos** e terminam por engessar na análise aquilo que, na realidade, permaneceria dinâmico e contraditório. A reiteração, explícita ou implícita, destes dualismos por vezes vincula autores e linhagens insuspeitos de familiaridade, o que poderá ser percebido por breve tratamento de três formas típicas de argumentação dualista: a distinção cerrada entre **Estado e sociedade**; a contraposição entre **arcaico e moderno**; e a separação estrita entre **interno e externo**.

É cara à tradição liberal do pensamento político brasileiro uma distinção entre Estado e sociedade que identifica nesta o ambiente potencialmente saneador do que seriam os vícios congênitos do Estado. Ao menos desde Tavares Bastos, publicista do

Império, este dualismo estrutura diferentes modos de pensar o Brasil. Em Raymundo Faoro, o dualismo adquire talvez sua formulação mais influente, com a célebre tese da dominação estamental que se exerceria sobre a sociedade por meio de um Estado sobranceiro, herança ibérica que atravessaria os séculos sem se fazer permeável à dinâmica social dos interesses. Interessa notar que o dualismo não frequenta apenas as interpretações de corte liberal e que, por vezes, o mesmo autor que o rechaça numa análise histórica termina por adotá-lo no tratamento de questões contemporâneas.

Na obra clássica de Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e sindicato no Brasil* (1978), por exemplo, o que ele chama de “dominação corporativa” dos anos 1930 é relacionada diretamente, a contrapelo das leituras dualistas, aos interesses empresariais. Trata-se, pois, das formas contraditórias da dominação burguesa no Brasil, onde o liberalismo se realizaria por meio de seu oposto, funcionalizando o autoritarismo para seus próprios fins. Voltando-se para a política brasileira durante os governos Lula (2003-2010), Werneck Vianna parece reassumir em sua análise aquele mesmo dualismo que teria convincentemente rechaçado em seu estudo sobre a Era Vargas. Dois artigos em particular (“O Estado Novo do PT” e “A viagem (quase) redonda do PT”) revelam a recaída dualista, com a afirmação dos “movimentos de cooptação” dos movimentos sociais pelo Estado e com o diagnóstico da “heteronomia dos sujeitos na trama do social”. A pressuposição da sociedade civil como *lócus* da autonomia dos sujeitos sociais e do Estado como elemento quase parasitário daquela potência originária reduz, evidentemente, as margens para uma apreensão das efetivas contradições que fundamentam o Estado no contexto capitalista.

Em chave relativamente distinta, o dualismo reaparece no cerne de uma das mais célebres interpretações do Brasil contemporâneo. Em *Imobilismo em Movimento* (2013), o filósofo Marcos Nobre busca compreender as causas pelas quais a Nova República seria marcada pelo fenômeno que caracteriza como *peemedebismo*. Importa notar que toda a estrutura da sua interpretação se constrói a partir do binômio *sistema político/modelo de sociedade*, o que fundamenta seu diagnóstico de que desde a abertura democrática de meados dos anos 1980 haveria um hiato entre as demandas democratizantes da sociedade e as tendências de “blindagem do sistema político contra a sociedade” (NOBRE, 2013, p. 8). Salta aos olhos, aqui, que a premissa de um conservadorismo atávico do “sistema político” vai de par com o pressuposto, nunca questionado, do avanço cultural e da *vitalidade democrática* de uma *sociedade* tratada como se fosse unidade indiferenciada. Em suas próprias palavras, explicitando o cerne dualista do argumento: “Toda essa vitalidade democrática só cabe mesmo em uma sociedade inteiramente auto-organizada. Não cabe em um sistema político *separado* da sociedade” (Idem, p. 145, grifo nosso).

Em última instância, apartar o Estado da sociedade implica uma dupla indistinção: de um lado, induz a certa sublimação dos interesses antagônicos,

diferenças e conflitos constitutivos da sociedade. De outro lado, fundamenta interpretações históricas que achatam distinções e nuances entre governos e partidos políticos em nome de um “sistema político” compreendido como entidade autorreferente.

O dualismo arcaico/moderno desenvolve-se em termos análogos aos que vimos acima. Para observar uma forma consagrada de sua elaboração, as disputas em torno do controverso conceito de patrimonialismo constituem ponto de observação privilegiado. A classificação weberiana sobre os tipos de dominação legítima aporta entre nós com Sérgio Buarque de Holanda, e tem nas obras de Raymundo Faoro (1958) e Simon Schwartzman (1975) algumas de suas formulações clássicas. Dominação de tipo tradicional que implica a interpenetração das esferas pública e privada, o patrimonialismo, sempre aquém da propriamente moderna dominação racional-legal, seria para muitos uma expressão do atraso cultural e institucional do país. Dinâmica política baseada em “cooptação” e não em “representação”, para Schwartzman. Ou baseada nos projetos autoritários de “modernização”, em vez da “modernidade”, para Faoro. Mas para além da pesquisa bibliográfica e das múltiplas obras que reproduzem atualmente o dualismo (cf., p. ex., LAMOUNIER, 2016), o debate sobre patrimonialismo lança nossa análise ao terreno da luta política, onde as interpretações ganham vida e tornam-se projetos de país.⁸

Tornou-se moeda corrente na esfera pública brasileira de tempos recentes o uso do termo patrimonialismo para se referir à estrutura institucional em que a norma seriam os desvios de dinheiro público para fins privados. No patrimonialismo grassa, portanto, a corrupção – e, nesse discurso difuso de notável ressonância talvez já consolidado em senso comum, o problema residiria quase que exclusivamente no Estado e em seus agentes, obstáculos para que um moderno regime de competição econômica se instaurasse entre nós. Note-se que esse discurso passou a organizar uma interpretação do Brasil capitaneada também por operadores do direito que se arrogaram em cruzados da “luta contra a corrupção”. É evidente a força de atração de uma lógica que tende a reduzir todos os problemas do país a uma única causa, como vemos nestes excertos: “[trata-se de] proteger a sociedade contra desvios de dinheiro que causam a morte, miséria, doença e analfabetismo”; “a população é despojada de suas necessidades mais básicas e vai para a cama faminta toda noite por causa da corrupção”; “a corrupção sistêmica que enfrentamos é um crime contra a humanidade, viola os direitos humanos e sangra uma nação” (DALLAGNOL, 2017, p. 29, 43 e 48). Não resta margem para dúvidas, pois, de que o ativismo judicial endêmico que assola o país a partir da Operação Lava Jato é

8 Para um levantamento crítico sobre a trajetória do “patrimonialismo” nas ciências sociais brasileiras e sobre os modos pelos quais o conceito transcende o discurso especializado e alcança a esfera pública, cf. VIANNA (1999). Para um rigoroso estudo sobre o assunto daquele que se tornou, nos últimos anos, notório crítico da “tese do patrimonialismo”, cf. SOUZA (2000).

portador de uma interpretação – e que ela seja formulada nos toscos termos que observamos talvez induza aos erros de não estudá-la com a devida seriedade ou de limitá-la a produto da má-fé de seus adeptos.⁹

O dualismo arcaico/moderno aparece, não raro, atrelado a demarcações rígidas entre o interno e o externo. Ao nosso atraso local corresponderia a efetivação plena do moderno no plano externo, e desta idealização decorreram, de fato, inúmeros projetos políticos que buscavam ora a cópia de modelos externos, ora a abertura cultural e econômica para que aqueles modelos adentrassem fronteiras nacionais e reformassem o país por dentro.

Antídotos contra os limites das interpretações dualistas encontram-se nas obras dos mais diversos autores. Wanderley Guilherme dos Santos, por exemplo, recusa o duplo dualismo Estado-Atraso/Sociedade-Moderno quando formula a sua noção de “clientelismo concentrado”, nublando as fronteiras entre Estado e sociedade e atribuindo as mazelas da corrupção aos oligopólios empresariais que teriam livre circulação pelos corredores do poder político (SANTOS, 2004).

Mais recentemente, em **A democracia impedida** (2017), o cientista político elabora argumento consistente na contramão dos que concebem o Brasil como mero depositário de tendências exógenas obsoletas. Segundo Santos, o **golpe parlamentar** de 2016 representaria uma das primeiras ocorrências, em grande escala, da tendência global de reação oligárquica contra as instituições democráticas. Estaríamos, pois, antecipando um movimento antidemocrático que tenderia a se alastrar pelos países ocidentais. Estaríamos, enfim, na vanguarda do atraso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou evidenciar a estrutura interna comum à atividade, nem sempre consciente, de interpretar o Brasil contemporâneo, assim como pretendeu elencar alguns dos principais eixos temáticos em torno dos quais o país tem sido correntemente interpretado. Notamos que há uma complexa delimitação para que se possa chegar a uma definição densa do que seja interpretar o Brasil contemporâneo.

De um lado, há que se perceber na **interpretação** o esforço, via de regra interdisciplinar, para dar conta de fatos sociais totalizantes¹⁰. Nesse sentido, a

9 Sobre a interpretação do Brasil presente nos discursos públicos de proeminentes “juristas políticos”, cf. CHALOUB & LIMA (2018). Para o argumento na chave da má-fé, cf. SOUZA (2016 e 2017). Em contraponto, segundo a cautelosa leitura de André Singer: “Não é possível comprovar, a partir dos dados disponíveis, que o roteiro de ações da Lava Jato tenha sido planejado com a finalidade precípua de criminalizar o PT e Lula e provocar a queda de Dilma, mas pode-se dizer que esse foi o seu *efeito objetivo*, com uma importante contribuição dos meios de comunicação” (SINGER, 2018, p. 246, grifo nosso).

10 Adaptamos, com certa cautela, o termo clássico de Marcel Mauss. Em sua obra, o “fato social total (...) põe em ação, em certos casos, a totalidade da sociedade e de suas instituições e, noutros casos, somente um número muito grande de instituições. (...) Todos esses fenômenos são ao mesmo tempo jurídicos, econômicos, religiosos, e mesmo estéticos, morfológicos etc.” (MAUSS, 2003, p. 309).

tensão entre o ofício de *interpretar* e as tendências acadêmicas de especialização não implica necessariamente um jogo de soma zero entre interpretação e discurso científico especializado. Como afirma Renato Lessa, “qualquer pretensão explicativa, por mais ingênua que possa ser a candura de sua autoapreciação, jamais fugirá dos limites e das possibilidades estabelecidos por modalidades de interpretação” (LESSA, 2011, p. 17). Por vezes, faz-se interpretação, ou seja, constrói-se um discurso totalizante (e, enquanto tal, falível) mesmo quando se presta cega obediência aos rígidos protocolos metodológicos de ciências ditas empíricas e se pensa produzir demonstrações insofismáveis.

Para mantermo-nos nos termos da transição pesquisada por Lessa, deve-se perceber que a trilha “da interpretação à ciência” não é uma via de mão única. Não há, portanto, distinção estrita entre “ciência” e “interpretação”, mas antes uma interpenetração cada vez mais frequente, que tende a se intensificar à medida que certos preconceitos cientificistas cederem lugar ao reconhecimento do *nervo interpretativo* de seus enunciados com maior potencial de generalização. E à medida que o pensamento político brasileiro venha a transcender os limites dos estudos monográficos, que prendem a disciplina aos horizontes restritos da história das ideias e dos conceitos, alcançando assim rica interlocução com os achados das pesquisas especializadas. A interpretação reside, em suma, na confluência entre ser e dever ser, e as postulações normativas lhe pertencem como elemento constitutivo inelutável.

De outra parte, assim como *interpretar* exige reconhecer a especificidade dessa forma (em contraste, pois, com *explicar, descrever, demonstrar*), tampouco é intuitiva a delimitação do que seja o *Brasil contemporâneo*. O Brasil é, por óbvio, uma unidade territorial cujos limites fronteiriços não condizem com qualquer perspectiva válida sobre o país como *unidade de análise*. Pensar o Brasil é, de imediato, incorporar a África que nos constituiu por dentro durante séculos de escravidão, a Europa cuja sanha colonizadora nos deu forma e conteúdo, a América Latina de quem por vezes imaginamos estar separados, os EUA com sua miragem de um progresso intangível, e assim por diante. Está longe, pois, de se tratar de algo que se poderia nomear de “nacionalismo metodológico”; pelo contrário, *interpretar o Brasil* exige a capacidade invulgar para, como gosta de dizer Roberto Schwarz, *desprovincianizar* nosso olhar. E isso implica não apenas reconhecer em que somos determinados por causas que nos transcendem; implica ainda, o que é significativamente mais complexo, estar atento para “o alcance mundial que têm e podem ter as nossas esquisitices nacionais” (SCHWARZ, 1981, p. 23).

Não há, neste sentido, confronto evidente entre a ideia de *interpretação do Brasil* e a ampliação das expressões políticas identitárias que ganham crescente força e relevância no cenário político nacional. A presente perspectiva foge de qualquer busca por uma essência nacional una e perdida – algo que soa caricato mesmo para

muitas das clássicas interpretações do país –, pois cultiva, distintamente, sensibilidades que pretendem expor os muitos lugares e vozes que atravessam as reflexões atuais.

Ser **contemporâneo** de nosso próprio tempo exige, por sua vez, que se ponha em ação uma “relação especial entre os tempos” (AGAMBEN, 2009, p.71). A predisposição exigida para tal é bastante distinta daquela necessária para a mera observação obsessiva de um presente imediato. É preciso perceber a sobreposição dos tempos, como em intrincada polirritimia à procura de quem a desvende. Como ensina Giorgio Agamben, quem coincide demais com o próprio tempo e se quer plenamente “adequado às suas pretensões” (Idem, p. 58) perde o distanciamento necessário para apreender o presente em perspectiva. No caso do Brasil, o país do futuro segundo alguns, isso exige mais do que a arqueologia por intermédio das camadas de tempos passados que persistem a determinar o presente. Talvez seja necessário algo próximo àquilo que Álvaro Vieira Pinto concebeu, seguindo Leibniz, como o “ponto de vista do infinito” (PINTO, 1960, p. 13); algo que, por certo, não será alcançado sem alguma heterodoxia.

Exemplar da apreensão desta sobreposição de tempos, a canção “As caravanas” (2017), de Chico Buarque, ilustra com notável densidade poética a multiplicidade de formas extra-acadêmicas pelas quais se expressam as interpretações do Brasil:

Com negros torsos nus deixam em polvorosa/A gente ordeira e virtuosa que apela/Pra polícia despachar de volta/O populacho pra favela/Ou pra Benguela, ou pra Guiné. (...) E essa zoeira dentro da prisão/Crioulos empilhados no porão/De caravelas no alto mar/ Tem que bater, tem que matar, engrossa a gritaria (BUARQUE, 2017).

Em meio à crônica sobre a reação cotidiana da “gente ordeira e virtuosa” à presença de pobres e negros nas praias da rica orla carioca, a súbita combinação de referências ao tempo da escravidão aponta para a violência e o racismo como traços definidores da sociedade brasileira. Avesso contemporâneo das caravelas, as caravanas de Chico revelam a persistência de longevas estruturas de dominação e, ao mesmo tempo, sintetizam um movimento de afirmação da presença negra e de resistência aos vetores da exclusão. Há, nas caravelas, “crioulos empilhados no porão”, correlatos das prisões. Por outro lado, “não há barreira que retenha” as caravanas, cujos “estranhos” se fazem presentes onde menos são desejados, superando a polícia e a “gente tão insana”. Assim como combina tempos, a canção mistura elementos de espaços aparentemente desconectados e faz ver, em mistura aparentemente insólita, os modos da figuração elitista deste **outro** que se deseja excluir, “Suburbanos tipo muçulmanos do Jacarezinho/A caminho do Jardim de Alá”.

Por fim, cumpre reiterar que não há interpretação possível do Brasil contemporâneo que não passe pela questão da **democracia**. Houve tempos em

que o desenvolvimento foi o *leitmotiv*. Desde os anos 1960 até o final da década de 1980, as lutas pela redemocratização do país determinaram o terreno das interpretações. E à medida que, segundo o jargão, ***as instituições democráticas estavam funcionando***, houve relativo deslocamento do tema da democracia pela questão das desigualdades a partir dos anos 1990. É evidente que os três eixos – desenvolvimento, democratização, desigualdades – não precisam ser, e não foram, tomados sempre em separado, mas houve ênfases diversas em cada um desses períodos. Parece-nos válido afirmar que, hoje, a democracia é mobilizada como o termo-síntese daqueles três eixos de interpretação.

No Brasil contemporâneo, qualquer levantamento, ainda que superficial e sem pretensões exaustivas, sobre os eventos que definem os contornos gerais do nosso tempo sublinha a centralidade da questão democrática. Senão vejamos. As ***Jornadas de junho de 2013***, ambíguas em sua composição e contraditórias em seus efeitos, revelaram inequívoco descontentamento com os limites da democracia representativa – descontentamento cujas virtualidades democratizantes afetaram a dinâmica dos movimentos sociais, mas não chegaram a encontrar acolhida no Estado. A ***“luta contra a corrupção”*** promovida por setores das instituições do sistema de justiça insuflou uma agenda de retrocessos nas garantias individuais e advogou por um projeto específico para o país (CHALOUB & LIMA, 2018), extrapolando de suas atribuições legais e constituindo um aberrante “Partido da Justiça” (SINGER, 2018). O ***golpe parlamentar***, consumado em 2016 com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, implodiu alguns dos requisitos para uma mínima vigência poliárquica da democracia, como o princípio de que os resultados eleitorais devem ser amplamente reconhecidos e acatados. Nesse contexto, a extrema direita tornou-se cada vez mais ruidosa e passou a ocupar as ruas, chegando mesmo a disputar o sentido histórico dos 21 anos de ditadura e abrindo, assim, um abismo que pode vir a tragar as instituições democráticas.¹¹

Enquanto escrevemos essas linhas, quase um terço do eleitorado brasileiro se vincula abertamente a um candidato que adere aos valores da violência militarista, do ódio contra a política e do preconceito contra mulheres, LGBTs, negros e pobres. Militares retomam protagonismo na esfera pública e pululam os discursos de explícita aversão a básicas garantias constitucionais. Foi aberta a caixa de Pandora onde, por algum tempo, pareciam (ao menos parcialmente) escondidos os entulhos autoritários da sociedade. Hoje interpretar o Brasil é se engajar numa disputa política que ganha imensas proporções e que, como em tantos outros momentos de nossa história, se vincula diretamente a tendências políticas do plano internacional. A crise da democracia representativa, e as respostas autoritárias a essa crise, estão longe de ser, como se sabe, questões meramente nacionais. É preciso, pois, que

11 Sobre a emergência de uma “nova direita” no Brasil, cf. CHALOUB & PERLATO (2016).

a interpretação, indissociável do engajamento, se ponha à altura da complexa tarefa de identificar como as particularidades nacionais se combinam com causas e efeitos que nos ultrapassam.

Não se trata, enfim, de luta meramente partidária, nem tampouco de escolher um dos lados em pretensa polarização de extremos equivalentes. A luta é por democracia, e para que a política possa permanecer como instância, sempre aperfeiçoável, de conflitos, deliberações e consensos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. São Paulo: Argos, 2007.

ALEXANDER, J. C. "A importância dos clássicos". *In*: GIDDENS, A; TURNER, J. (orgs). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz**: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. São Paulo: ed. 34, 2005.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BARBOZA FILHO, Rubem. A modernização brasileira e o nosso pensamento político. **Perspectivas**, São Paulo, v. 37, p. 15-64, jan./jun., 2010.

BASTOS, Elide Rugai. **As criaturas de Prometeu**: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. São Paulo: Global, 2006.

BOITO Jr., Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: Os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo: Unesp, 2018.

BOTELHO, André. Seqüências de uma sociologia política brasileira. **Dados** vol. 50, nº 1, Rio de Janeiro, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Crise e reinvenção da política no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: Do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CARVALHO, Maria Alice Rezende. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. **RBCS** Vol. 22, nº. 65, outubro, 2007.

CHALOUB, J. G. S.; LIMA, P. L. Os juristas políticos e suas convicções: para uma anatomia do componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil. *Revista de Ciências Sociais (UFC)*, v. 49, p. 202-252, 2018.

CHALOUB, J. G. S.; PERLATTO, Fernando. Intelectuais da ‘nova direita’ brasileira: ideias, retórica e prática política. *Insight Inteligência*, v. 1, p. 25-42, 2016.

DOMINGUES, José Maurício. *Esquerda: Crise e Futuro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: a formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2000.

FERNANDES, Florestan. Desenvolvimento Histórico-social da Sociologia no Brasil. In: FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*. Contribuição Para o Estudo de sua Formação e Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977a.

_____. O Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros. In: FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*. Contribuição Para o Estudo de sua Formação e Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977b.

FIORI, José Luís. *O vôo da coruja*, uma leitura não liberal da crise do estado desenvolvimentista, Eduerj, 1995.

FREITAS, Renan Springer de; FIGUEIREDO, Adriana Maria de. Por que esforços de síntese teórica são bem-sucedidos no cenário biológico e malogram no cenário sociológico?. *Hist. cienc. saude-Manguinhos [online]*, vol. 16, n. 3, p. 729-745, 2009.

FREITAS, Renan Springer de. Uma cilada chamada “raciocínio teórico sistemático”. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo. V36.02, 2017, p. 145-156, 2017.

JACKSON, Luís Carlos; BLANCO Alejandro. *Sociologia no espelho*. ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970). São Paulo: Editora 34, 2014.

JASMIN, M.G.; FERES Jr., J (Org). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC - Rio; Loyola. IUPERJ, 2006.

LAHUERTA, M.; BOTELHO, André Pereira. Pensamento brasileiro: interpretações, linguagens e linhagens. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 37, p. 07-14, 2010

LAMOUNIER, Bolívar. *Liberais e antiliberais: A luta ideológica do nosso tempo*. Companhia das Letras, 2016.

LESSA, Renato. Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, 82, p. 17-60, 2011.

LYNCH, Christian E. C. Por que pensamento e não teoria? a imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados*, vol. 56, nº 4, Rio de Janeiro oct./dec., 2013.

_____. Teoria pós-colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico (1953-1955). *Cad. CRH*, vol. 28, nº 73, Salvador jan./apr., 2015.

MAIA, João Marcelo Ehlert. O pensamento social brasileiro e a imaginação pós-colonial. *Revista Estudos Políticos*, nº 0, 2010/01.

_____. Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro. *Soc. estado*. vol. 26, nº 2, Brasília, may./aug., 2011.

_____. A sociologia periférica de Guerreiro Ramos. *Cad. CRH* vol. 28, nº 73, Salvador, jan./apr. 2015.

MALAN, Pedro. *Uma certa ideia de Brasil*: Entre passado e futuro. São Paulo: Intrínseca, 2018.

MANNHEIM, Karl. Conservative Thought. *In: Essays on Sociology and Social Psychology*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1959.

MARTINS, José de Souza. *Do PT*: das lutas sociais ao poder. São Paulo: Contexto, 2016.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré/Fapesp, 2001.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento*: Da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. O que significa “pensar o país”? Um debate a propósito de Por que o Brasil cresce pouco?, de Marcos Mendes. *Novos estudos CEBRAP*, nº 100, São Paulo, nov., 2014.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As possibilidades da política*. Ideias para a reforma democrática do Estado. 1ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica da Razão dualista*. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PERLATTO, Fernando. **A imaginação sociológica brasileira**: a sociologia no Brasil e a sua vocação pública. São Paulo: CRV, 2016.

PERLATTO, Fernando; SOUSA, Diogo Tourino. Leituras de um Brasil em mudança: cientistas sociais, conjuntura política e a democracia brasileira. **Mediações**, v. 24, nº 2, 2018.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **O problema nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1960.

_____. **A Crise do Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1962.

_____. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

RIBEIRO, Renato Janine. **A pátria educadora em colapso**. São Paulo: Três estrelas, 2018.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo, Três estrelas, 2017.

SANTOS, Wanderley Guilherme; LYNCH, Christian E. C. (org.). **A Imaginação política brasileira**: cinco ensaios de história intelectual. Rio de Janeiro: Revan: 2017.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **O cálculo do conflito**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. **O ex-leviatã brasileiro**: do voto disperso ao clientelismo concentrado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **A democracia impedida**: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas cidades, 1981.

SCHWARTZMANN, Simon. **São Paulo e o Estado Nacional**. São Paulo: Difel, 1975.

SINGER, André. **O Lulismo em crise**: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: UNB, 2000.

_____. **A radiografia do golpe**. São Paulo: LeYa, 2017.

_____. **A Elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: LeYa, 2017.

STAROBINSKI, Jean. É possível definir o ensaio? *Remate de Males*, Campinas-SP, (31.1-2), p. 13-24, jan./dez., 2011.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *De um plano Collor a outro*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

_____. Weber e a interpretação do Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 53, 1999.

_____. *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

VIANNA, L. W.; CARVALHO, M. A. R.; PALACIOS, M.; BURGOS, M. *Judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

VIEIRA PINTO, Alvaro. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.

2. Crítica e crise: a banalidade do golpe no Brasil contemporâneo

CRÍTICA E CRISE

Os últimos anos colocaram o tema do golpe outra vez no debate público brasileiro. Após mais de duas décadas em que não parecia haver caminhos fora da ordem política de 1988, desejos explícitos de ruptura radical adentraram o repertório político nacional. As reiteradas manifestações da família Bolsonaro contra a Constituição não destoam, portanto, de certo de clima da época. Não me entendam mal, tenho poucas dúvidas de que o atual presidente é o líder do Poder Executivo nacional mais obstinado a atacar minorias e instituições de toda a nossa história. Não faltam evidências. Por exemplo, mesmo que a tortura tenha sido uma clara política de Estado da ordem autoritária de 1964, os diversos ditadores do período não a louvavam explicitamente, como o faz, com frequência, o atual presidente.

A própria possibilidade do surgimento de Bolsonaro decorre da naturalização de um discurso da ruptura. No início, ele parecia limitado à conjuntura mais imediata e assumia a feição do antipetismo. O tempo demonstrou como o buraco era bem mais fundo. O antipetismo logo se tornou uma crítica a todo e qualquer discurso progressista, que, por sua vez, se transformou em um ataque à Constituição de 1988, pacto de superação da nossa última ordem autoritária. Por fim, com a emergência da coalizão bolsonarista, se tornou evidente um discurso de relativização da própria ordem democrática. As muitas páginas, algumas delas excelentes, dedicadas a compreender a natureza do nosso processo de desdemocratização, encontram particular dificuldade em defini-lo, e por isso recorrem a tantos adjetivos; não apenas pelo difícil exercício de interpretar os fatos em meio à sua precipitação, mas porque o discurso de ruptura com “tudo isso que está aí” se tornou, em algum momento, corrente. Nada mais árduo do que definir os contornos do que se espalha pelas mais diversas vozes e se torna senso comum.

O presente ensaio pretende mapear alguns desses discursos e sugere, por meio deles, uma relação, inspirada no historiador Reinhart Koselleck (1999), entre crítica e crise no cenário brasileiro dos últimos anos.

Dito de outro modo, a construção de determinados consensos críticos sobre a ordem democrática de 1988 se mostra central para a crise política presente. Esse

cenário não apenas enfraqueceu barreiras institucionais para a emergência de líderes antidemocráticos, como Bolsonaro, como tornou aceitável perante certa narrativa a adesão de diversos atores a um governo atravessado por retóricas reacionárias e, mesmo, fascistas. Há, nesse sentido, um fenômeno que chamaremos de **banalidade do golpe**, ou seja, uma série de discursos e práticas que relativizam a ruptura com as rotinas democráticas no Brasil dos últimos anos.

A crítica se construiu sobretudo no terreno da moral, em movimento que remeteu as divergências a um plano mais profundo e tornou ainda mais premente a ideia de uma ruptura urgente. Por outro lado, tornaram-se influentes discursos que negavam a dimensão política das disputas, enquadrando-as a partir de campos supostamente “apolíticos”: o direito, a economia e a religião.¹² Esses dois movimentos retóricos da crítica não apenas incentivaram atores dispostos a atacar frontalmente as instituições brasileiras, e aqueles a ela identificados, mas, por seu modo de organizar as disputas políticas, impediu que os embates tivessem soluções dentro da ordem de 1988.

O novo momento do debate público também ofuscou outras questões urgentes, muitas delas problemas não resolvidos pela Nova República e efetivas barreiras à democratização; como as questões das desigualdades, da violência, da oferta de serviços públicos e de outras promessas não realizadas da Constituição. Esses efetivos obstáculos a qualquer processo de democratização passaram ser tratados como consequências de questões morais mais profundas, que não poderiam ser resolvidas no plano da política institucional, mas somente a partir de uma ruptura com essas lógicas e atores.

Não é objetivo desse texto refletir sobre as razões do surgimento desses discursos, mas é inegável que as seguidas vitórias nas eleições presidenciais de candidatos que reivindicavam um lugar à esquerda, algo não apenas inédito no Brasil, mas raro nas democracias ocidentais, tem um papel relevante no cenário. Todos os discursos analisados sugerem a existência de uma hegemonia da esquerda, que passa a ser identificada com a ordem existente e a própria Constituição de 1988. O movimento de aproximação entre o PT e os ideais de 1988, construído ao longo da disputa contra o projeto de reforma constitucional do PSDB, conferiu verossimilhança à narrativa. Passou-se, assim, a existir uma identificação entre combater o “sistema” e a esquerda, em perspectiva que, como todos os limites das analogias históricas, tem muitas semelhanças com o movimento de parte das direitas da República de 1946, que após seguidas derrotas eleitorais adotaram um

12 Que desempenharam na atual conjuntura o mesmo papel atribuído por Koselleck, no livro mencionado, à Filosofia da História. Gostaria de ressaltar que a intenção do texto não é negar que a disputa política é atravessada pelas dimensões jurídica, econômica e religiosa, mas, distintamente, apontar que há uma frequente pretensão de “neutralidade técnica” nesses discursos, que já é objeto de uma ampla bibliografia crítica.

discurso francamente subversivo¹³ contra a ordem constitucional, segundo o qual o golpe era quase que uma consequência necessária. Ante uma ordem corrupta, um povo ainda não preparado para a democracia e as ameaças do comunismo, não restaria, pelas vozes da época, uma saída dentro da normalidade.

Não faltam, no atual cenário, candidatos a poderes moderadores, todos eles justificados a partir do discurso da crise. Judiciário e Forças Armadas rapidamente se despiram de parte das suas vestes mais recentes e retomaram velhas tradições nacionais de tutela sobre o povo e a ordem democrática. O papel dos “juristas políticos” (CHALOUB & LIMA, 2018), como Sérgio Moro e Luís Roberto Barroso, foi particularmente sensível em um primeiro momento, mas logo passou a enfrentar a forte concorrência dos militares, ressentidos com o seu modesto lugar nas ordens democráticas. Se os livros que refletem sobre novas formas de ruptura com democracia do pós-1989, e hoje já compõe uma biblioteca, frequentemente chamam a atenção para a “novidade” das rupturas não violentas, ao molde de muitos dos golpes militares na América Latina dos anos 1960 e 1970, uma leitura mais detida dos argumentos do pós-1964 relativiza esse ineditismo. Se venceu a proposta de ruptura institucional de Francisco Campos e Carlos Medeiros no AI-5, a ideia de normalização da nova ordem por meio do Congresso, defendida por Afonso Arinos e outros udenistas, foi então exposta e amplamente debatida. Já estava à mesa a ideia da normalização institucional do golpismo pelo Congresso, com a devida leniência do Judiciário, bem antes do século XXI.

Todos esses elementos, marca de uma retórica schmittiana da exceção, voltaram a se tornar correntes no debate brasileiro, após seu relativo ocaso após a redemocratização. A escolha do adjetivo “relativo” não é fortuita: parte da influência contemporânea desses discursos decorre da normalidade com que eles continuaram a circular depois da ditadura. Distintamente do que alguns sugerem, como João Cezar Castro Rocha (2021), a franca pregação golpista e o revisionismo ante a ditadura militar não se restringiram aos porões ou aos “livros secretos”, como o Orvil, mas circulavam com tranquilidade no debate público. Um exemplo: “Verdade revelada”, o nefasto livro de Brilhante Ustra, que deve sua fama ao posto de torturador, figurou nas mais diversas livrarias e ocupou lugar entre os livros de não-ficção mais vendidos. O erro da categorização do livro, um trabalho de ficção de quinta categoria, não prejudica o descaso com nossas políticas públicas de memória.

Os ventos do mundo, sem dúvida inclinados à direita, ampliaram a ressonância da narrativa. Em meio a algumas particularidades nacionais, não faltam similaridades, inclusive estéticas (LISIAS, 2020), entre parte dos novos líderes globais. Se nem todos os portadores desses discursos são identificados à ultradireita brasileira

13 A expressão é de SANTOS, Wanderley Guilherme, 1978.

contemporânea, já que há um papel central de certa direita tradicional do pós-1988 nesse movimento, sem dúvida o fortalecimento dessas linguagens radicais constrói uma clara assimetria (NUNES, 2021), que reconfigura as disputas anteriores e abre as portas para o surgimento de novos atores, assim como para o renovado protagonismo de velhos personagens e discursos. A força de atores radicais à direita e a moderação da esquerda, com o progressivo isolamento da esquerda mais radical ao longo das últimas décadas, desloca decisivamente o eixo do debate público e torna toleráveis discursos marginalizados no pós-88. O amplo espaço de intelectuais de ultradireita, dos mais diversos matizes, na grande mídia brasileira tem um papel sensível nesse fenômeno (CHALOUB, LIMA, 2020).

Outro evento relevante, que reforça o discurso da crítica e o retroalimenta, é o processo de profunda aceleração do tempo na política brasileira do pós-2013. Se há uma bibliografia sobre os processos globais de aceleração social (ROSA, 2019), o Brasil posterior às Jornadas de Junho parece não ter saído da vertigem típica dos momentos de crise, que leva os atores, à direita e à esquerda, a agirem sempre marcados pelo signo da urgência. Nesse cenário, ganham força os discursos da crise generalizada e das soluções de exceção necessárias.

Finda a introdução, vamos aos argumentos, muitos eles já formulados durante, ou logo depois, da Constituinte, mas que nos últimos anos ganharam ampla popularidade e circulação. Serão eles: “a constituição não cabe no orçamento”; “o direito e a desagregação moral”; “eu sou a constituição”.

“A CONSTITUIÇÃO NÃO CABE NO ORÇAMENTO”

A Constituição já nasceu marcada por críticas a partir do campo do liberalismo econômico. Duas semanas após a sua promulgação, Roberto Campos já via na carta o primado do que ele se referia como “democratice”, ou seja, o “descaso pela defesa do indivíduo contra imposições governamentais no plano econômico, cultural e social”, perante a “democracia”, que era definida como sinônimo de liberalismo: “‘Democracia’ é a livre escolha do indivíduo, abrangendo um leque de opções” (CAMPOS, 1990, p. 204). No artigo citado, não faltam críticas à parte econômica da Constituição, à legislação trabalhista e ao privilégio à educação pública; aspectos que, segundo o economista, “estuprariam” três liberdades de escolha: as econômicas, as sociais e as educacionais. Campos também formula uma crítica a constituição que seria popular entre os mais diversos campos da direita: o do “excesso de direitos”. O argumento fica bem claro na seguinte citação: “Para os futuros historiadores, interessados em avaliar a diferença entre ‘a democracia de livre escolha’ e a ‘democratice de escolhas impostas’, serão interessantes algumas estatísticas (...) fala-se em garantias, 44 vezes, em direitos, 76 vezes, enquanto a palavra deveres é mencionada apenas quatro vezes.” (CAMPOS, 1990, p. 204-205).

O discurso de Campos seria retomado, de forma mais moderada, na narrativa econômica do PSDB. Do manifesto de fundação do partido ao famoso discurso de despedida de Fernando Henrique Cardoso sobre o fim da Era Vargas, passando pelo discurso de Mário Covas sobre a necessidade de um “choque de capitalismo”, não faltaram manifestações de adesão ao liberalismo econômico. A política econômica tucana assumiu, todavia, a forma de um neoliberalismo caracterizado pela abertura da economia e redução da ação direta do Estado, que responderia por um papel regulador através do direito privado e das agências reguladoras. Campos, em seu figurino de tribuno liberal, certamente assumira um tom mais assertivo, que pode, em boa medida, ser atribuído ao seu lugar na conjuntura, mas boa tarde dos seus pressupostos balizaram a sanha reformista dos tucanos, que se propuseram a “modernizar”, supostamente adaptando-a aos novos tempos, a Constituição. Mantem-se como constantes os ataques ao modelo de previdência, aos direitos trabalhistas, ao funcionalismo público e às estatais.

A vitória petista transcorreu em meio a temores e ameaças, mas a continuidade de grande parte das dimensões da política econômica no Primeiro Governo Lula amainou as críticas. O crescimento dos flertes heterodoxos ao longo dos próximos anos produziu, todavia, um movimento de radicalização do discurso, organizado em torno de uma crítica radical ao Estado e às corporações, tomados como intrinsecamente corruptos e contrários ao interesse comum. Nesse movimento de crítica normativa ao Estado, a Constituição frequentemente surgia como símbolo do arcaísmo brasileiro. As demandas por mudanças iam além das pautas trabalhista, previdenciária e do funcionalismo público, pois flertavam com a superação da própria Constituição.

Armínio Fraga, economista influente com fortes vínculos com o PSDB, chega a sugerir, em artigo em “O Globo” que não havia uma economia de mercado no Brasil e que era necessário modificar a Constituição para tanto. Uma das suas propostas para responder à crise econômica de 2015 foi assim formulada: “Revisão do capítulo econômico da Constituição (adotar a economia de mercado. Qualquer interferência do Estado deverá ser justificada e seus resultados, posteriormente avaliados).”¹⁴

Samuel Pessoa, outro economista com grande destaque na mídia, estabelece, por sua vez, uma relação direta entre o “esgotamento”¹⁵ do “pacto da redemocratização” e a “causas estruturais” da crise brasileira: “Nossos desequilíbrios resultam também de um possível esgotamento do contrato social da redemocratização. Este, expresso na Constituição de 1988 e referendado em todos os pleitos eleitorais desde então,

14 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/respostas-altura-da-crise-2-17476976>.

15 O conceito de “esgotamento” é central também para certa narrativa da esquerda que defende uma ruptura radical pela esquerda com a ordem de 1988. Um bom exemplo é SAFATLE, 2017, como bem argumentam Pedro Lima e Josué Medeiros, 2018.

representa o desejo da sociedade brasileira de construir no Brasil um Estado de Bem-Estar Social no padrão europeu continental.” (PESSOA, 2015).

O problema não estaria apenas na Constituição, com seu “excesso de direitos”, mas também nas escolhas eleitorais, que, segundo Pessoa, chancelam um modelo insustentável. Outra vez desponta o discurso de que a democracia atrapalha o liberalismo, tão exemplarmente formulado por Hayek em seu “Law, Legislation and Liberty”.

A narrativa não se limita aos economistas, mas encontra apoio na grande mídia nacional, popular nos editoriais dos três principais jornais brasileiros (Folha de São Paulo, O Globo e Estado de São Paulo) e na linha editorial de grandes redes de televisão. Camila Rocha (2021) aponta, por sua vez, a construção, sobretudo a partir das redes sociais, de uma ampla militância de ideias de ultraliberais. O argumento também é popular entre juristas. Como já argumentei, ao lado de Pedro Lima (CHALOUB, LIMA, 2020), a crença do Estado como lugar da corrupção, em contraponto a um conceito de sociedade frequentemente indistinto do de mercado, e a necessidade de purgá-la por movimentos judiciais são marcas dos juristas identificados à operação Lava Jato.

Todos esses discursos constroem uma ideia de “legitimidade econômica” superior à legitimidade democrática, de modo que as decisões da soberania popular devem necessariamente ceder lugar aos imperativos da boa razão econômica. Entre a democracia e o liberalismo, fica-se com o segundo, pois democracia sem liberalismo econômico é, para citarmos outra vez Roberto Campos, “democrática”. Nenhum evento foi mais eloquente nesse sentido do que a naturalização, e o explícito reconhecimento por parte de intelectuais e editoriais da grande mídia, de que a má gestão na economia, frequentemente tratada como “conjunto da obra”, foi o motivo central para o afastamento de Dilma Rousseff. A busca por conferir aparência institucional ao procedimento não consegue ocultar o conteúdo explícito da narrativa: a ideia de que a Constituição está submetida a uma lógica econômica que lhe é anterior e impõe, inclusive, que se rompa com a carta constitucional.

Paulo Guedes certamente representa uma versão mais radical desse discurso. Próximo de perspectivas extremamente radicais do liberalismo econômico, como o anarcapitalismo, ele recusa a dimensão regulatória inerente ao neoliberalismo de Fraga, Pessoa, Pedro Malan, Marcos Lisboa, e tantas outras vozes frequentes no debate público. O destaque de alguém dotado de ideias tão extremas, raras entre os ministros da economia de grandes economias globais, decorre, em parte, dos vínculos políticos do próprio Guedes, que teve durante mais de dez anos uma coluna semanal em um dos mais relevantes jornais nacionais: O Globo. Muito mais relevante, contudo, é o papel de um amplo consenso público em torno do caráter incontestável de determinada política econômica superior à própria Constituição.

“O DIREITO E A DESAGREGAÇÃO MORAL”

Em setembro de 2018, ainda como candidato à vice-presidência da República, Hamilton Mourão propôs a superação da Constituição de 1988. Segundo reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*,¹⁶ o general afirmou, para uma plateia de 500 pessoas, em Curitiba, que a elaboração da última Constituição brasileira por parlamentares eleitos “foi um erro”. A saída seria uma nova Constituição redigida por “grandes juristas e constitucionalistas”, o que já ocorrera em “períodos democráticos”: “Uma Constituição não precisa ser feita por eleitos pelo povo. Já tivemos vários tipos de Constituição que vigoraram sem ter passado pelo Congresso eleitos”.

Mourão emula uma visão corrente no Exército sobre a Nova República. O afã de superar o período militar anterior teria enfraquecido a autoridade e permitido a erosão dos valores nacionais pela penetração de ideias estranhas à nossa tradição, como o os discursos de gênero, raça e o ambientalismo.¹⁷ Outra vez surge o discurso do “excesso de direitos” da Constituição de 1988. A corrupção política seria, desse modo, nada mais do que consequência de uma corrupção moral anterior. A Constituição seria o símbolo desse erro. O discurso dos militares é atravessado por dois ressentimentos, diretamente relacionados: o de um julgamento histórico supostamente injusto, porque parcial, da Ditadura de 1964 e o do ocaso dos militares na Nova República. Mesmo correntes mais moderadas das Forças Armadas apontam o predomínio de uma narrativa de esquerda sobre o período, a qual se pautaria pelos interesses dos derrotados e seria hegemônica nos currículos escolares. Já presente desde a década de 1980, o discurso ganha força após a instalação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011, que parece sugerir aos militares a urgência de combater os inimigos internos, a esquerda, como etapa necessária para a recuperação do seu justo lugar na sociedade brasileira.

A força de certa retórica legalista nas Forças Armadas evita mais manifestações explícitas, como as de Mourão. O discurso predominante passa a ser redefinir a legalidade a partir de uma interpretação autoritária do Constituição, marcada pelo que Christian Lynch chamou de “constitucionalismo autoritário” (LYNCH, 2020). Central nesse movimento é a interpretação do artigo 142, que na pena dos juristas de estimação dos militares, como o sempre presente Ives Gandra, assume as feições do artigo 98 da Constituição de 1824, responsável pela descrição do Poder Moderador. Gandra menciona uma curiosa “intervenção moderadora pontual”,¹⁸ cuja simples existência coloca todos os poderes da República na dependência

16 Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,uma-constitucao-nao-precisa-ser-feita-por-eleitos-pelo-povo-diz-mourao,70002501254>.

17 Em palestra do General Villas Boas de 2017, o antigo comandante do Exército brasileira e figura influente no Governo Bolsonaro dá um ótimo exemplo desse tipo de discurso: https://www.youtube.com/watch?v=iKx5_5k1hhA.

18 “Cabe às Forças Armadas moderar os conflitos entre os Poderes”. Disponível em Cabe às Forças Armadas moderar os conflitos entre os Poderes.

dos humores das Forças Armadas, em perspectiva que derruba todo o edifício constitucional. Ao tornar a Constituição dependente, em condições excepcionais, da interpretação dos militares, o jurista a eles concede, em perspectiva fiel a Carl Schmitt, a soberania. Os militares decidiriam, como soberanos que são, na exceção. Nesse olhar, a ruptura pela vontade das armas estaria normalizada.

A desagregação moral também é mote relevante de atores que contestam, de formas distintas, a laicidade do Estado brasileiro e propõem ordens políticas em que predominam uma concepção religiosa de família e de nação. Trata-se de grupo heterogêneo, que inclui desde o guru do governo, Olavo de Carvalho, até certos setores das direitas religiosas, guiadas por um firme embate anti-secular.¹⁹ Como elemento comum, as perspectivas se aproximam por certa desconfiança perante a autonomia das instituições e da política, ambas sempre remetidas a valores transcendentais que seriam os verdadeiros fundamentos da boa ordem.

Olavo de Carvalho se impôs como modelo de intelectual de ultradireita no Brasil contemporâneo, de modo que o campo usualmente se posiciona com ou contra sua retórica. Com espaço na mídia tradicional e grande influência nas redes sociais, ele propõe uma eclética combinação entre um reacionarismo tradicionalista e o paleoconservadorismo da ultradireita do Partido Republicano americano, no qual ganha destaque uma categoria metafísica de um Ocidente sob constante ameaça de forças globalistas e comunistas, duas partes de uma improvável coalizão. Como estratégia retórica, Olavo sobrepõe mote metafísicos a comentários políticos comezinhos, atravessados pelo conspiracionismo característico da ultradireita contemporânea, em colagem que busca simular erudição e produzir proximidade com o ouvinte. Suas críticas à Constituição de 1988 seguem esse registro. Por um lado, a Carta constitucional desponta como resultado da hegemonia intelectual da esquerda, que dominou todo o debate do país em virtude dos erros dos militares, responsáveis pela destruição da intelectualidade de direita durante a ditadura. Como ele escreve em seu perfil Facebook em 17 de maio de 2015, “A Constituição de 1988 foi concebida como uma simples substância catalisadora, para facilitar o acesso do comunopetismo ao poder e depois ser jogada fora. E já foi.” Por outro lado, a Constituição é ilegítima em seu conteúdo, por ignorar os valores cristãos que constituem o Brasil e o Ocidente. Para Olavo, a esquerda é moralmente vil (CHALOUB et al., 2020) e deve ser de todo modo destruída junto com seus produtos, como a Constituição.

Já presente no mote de campanha de Bolsonaro, que clamava por “Deus acima de todos”, a religião surge como elemento central na construção da coalizão bolsonarista. O manifesto do natimorto partido do atual presidente, “Aliança pelo Brasil”, aponta, por exemplo, o “respeito a Deus e à religião” como a primeira base

19 A ideia foi sugerida em apresentação de Ronaldo Almeida no II Simpósio Direitas brasileiras.

da sua fundação. Como bem apontou Ronaldo Almeida em exposição recente,²⁰ apesar do apoio eleitoral majoritário dos neopentecostais, Bolsonaro representa uma coalizão entre diferentes direitas religiosas, com amplo suporte nos setores conservadores, e até mesmo reacionários, do catolicismo e do judaísmo. Diversas em muitos aspectos nos seus modelos de sociedade, essas direitas religiosas convergem no ataque ao laicismo da Constituição. Outra vez aparece o mote do “excesso de direitos”, intrinsecamente ligado a uma recusa a qualquer ideia de público. Quando Damares Alves afirma que vai atuar por meio de “princípios cristãos” em seu discurso de posse e, logo em seguida, elege o combate à “ideologia de gênero” como grande objetivo, ela não apenas acena para sua base evangélica, mas propõe um projeto de destruição dos princípios públicos inerentes à Constituição. A destruição se faz tanto pela mudança de direitos fundamentais, cláusulas pétreas, que violariam princípios religiosos, como pela demanda de um maior rigor para punir os violadores de nossos valores. A educação, meio mais corriqueiro de construção de valores republicanos, não é escolhida à esmo, mas vista, de modo preciso, como um terreno estratégico para solapar o conceito de cidadania que estrutura a Carta de 1988.

A circulação e influência dos discursos de desagregação moral são muito anteriores a atual crise. Por um lado, temos o constante crescimento de setores conservadores e mesmo reacionários em diversas religiões, com destaque para as crenças neopentecostais; por outro, a grande porosidade e tolerância do debate público brasileira à formulação de perspectivas extremamente radicais da ultradireita.

“EU SOU A CONSTITUIÇÃO”

No último mês de abril, Bolsonaro respondeu a críticas por suas reiteradas pregações antidemocráticas com uma sentença exemplar: “Eu sou a Constituição”. A frase impressiona por destoar completamente do conceito moderno de Constituição, que a vincula à ideia de leis fundamentais relativamente estáveis, com uma inevitável dimensão normativa, e pressupõe a ideia de diferença entre os dois corpos do “rei”,²¹ o pessoal e o institucional.

O debate público logo recorreu aos conceitos de sempre, populismo e patrimonialismo, usualmente formulados de forma imprecisa, como modo de sugerir na frase de Bolsonaro a reencarnação de males crônicos da formação brasileira. Bolsonaro, desse modo, seria um sintoma de conhecidas patologias nacionais. Em chave próxima ao grande debate sobre o autoritarismo brasileiro, que marcou as duas décadas posteriores ao Golpe de 1964, retornou-se à busca de traços autoritários na sociedade, no Estado e na psicologia social do brasileiro,

20 Em palestra no II Simpósio Direitos brasileiras.

21 A inspiração evidente é o clássico e Ernst Kantorowicz (1998).

muitas vezes, sem se levar em conta importantes ganhos dos debates anteriores e os problemas, longamente repisados, do uso dos referidos conceitos, que frequentemente naturalizam realidades e lógicas sociais repletas de nuances e, por sua natureza depreciativa, impedem um olhar mais acurado para certos aspectos relevantes da história política brasileira.

A emergência de um personagem como Bolsonaro certamente passa pela continuidade de algumas lógicas, como a aberta violência da sociabilidade brasileira, a extrema desigualdade que nos constitui, dentre outros traços. Sua interpretação como mais um sintoma de longas patologias produz, todavia, a naturalização da sua figura, em escolha que não permite apreender o grau de radicalidade do seu discurso e de algumas de suas práticas. O problema, todavia, não é apenas a naturalização, mas, sobretudo em algumas empreitadas, como a de Lilia Schwarcz em ***Sobre o autoritarismo brasileiro*** (SCHWARZ, 2019), corre-se o risco de essencializar alguns traços da cultura política nacional, em perspectiva que também dificulta a compreensão dos vínculos globais que constituem o fenômeno Bolsonaro.

A declaração do presidente revela o desejo de poder sem limites, contrário a qualquer mediação das instituições. Trata-se de uma concepção de autoridade amparada no direto arbítrio pessoal, amparado em uma sugerida escolha divina, “Deus acima de todos”, e em uma hierarquia natural da sociedade. Nesse sentido, a imagem idílica da Ditadura de 1964 é em boa medida fictícia, pois Bolsonaro propõe algo mais radical e menos institucionalizado do que nosso último regime autoritário. Mais do que o ataque à Constituição de 1988, estamos diante do ataque a qualquer ordem constitucional, pois Constituições sempre impedem o pleno exercício da autoridade, ou mesmo a certa concepção do Estado Moderno, sugerida por Hobbes. Enquanto o inglês propunha a criação de um animal artificial, o Estado Leviatã, que estabeleceria uma hierarquia artificial em um mundo no qual a desigualdade natural, de força e inteligência, não justificava o direito de governar, Bolsonaro sugere um mundo hierárquico, baseado nos vínculos familiares. Nesse sentido, seu discurso se aproxima mais de outro autor inglês, Robert Filmer, que em o “Patriarca” justificava a legitimidade do rei por seus vínculos com Adão, o da Bíblia. É bastante improvável que Bolsonaro conheça Filmer, mas sua compreensão do poder amparado em características pessoais, e em um mundo hierárquico, encontra lugar nessa narrativa.

O poder pessoal pretende se amparar na persona do “cidadão armado”, que emula menos o imaginário positivista dos militares que uma colagem de três linguagens políticas: o paleoconservadorismo americano, com seu discurso do proprietário armado; as versões mais radicais do libertarianismo, amparadas na ideia de uma plena liberdade do indivíduo;²² e uma retórica de extração propriamente

22 A conjunção entre neoliberalismo e conservadorismo no cenário americano foi bem exposta por COOPER, 2018.

fascista, que vê na violência um caminho para a depuração da sociedade brasileiro dos seus elementos “degenerados”. As ideologias são aqui interpretadas pela chave da influência, mas também vistas como meios de interpretação dos fenômenos, que não se confundem com eles. Nesse sentido, os elementos do discurso de Bolsonaro demandam uma marca que demonstre como ele vai além das mazelas da tradição conservadora e liberal, e alcança terrenos mais bem compreendidos pela perspectiva do fascismo, o que não importa, evidentemente, em identificar todos os elementos da ultradireita ao fascismo ou em afirmar que vivemos um regime fascista no Brasil. Não é o caso. O atual presidente, porém, flerta diretamente com um ataque à ordem democrática em que a linguagem do **fascio** é evidente.

Depois desse percurso, podemos retomar a questão inicial do texto. O fascismo desponta no horizonte em parte como decorrência, e por vezes como instrumento, de discursos críticos perante a ordem de 1988, organizados em narrativas que não apenas ressaltam seus problemas, mas a tomam como insustentável por si só. Se definirmos a ideia de ruptura democrática como golpe, creio ser possível falarmos em uma **banalidade do golpe** na política brasileira dos últimos anos, como resultado parcial de uma série de discursos que veem a ruptura ante a ordem de 1988 como algo premente e necessário para o bom futuro do país.

A chegada de Bolsonaro ao poder traz, todavia, incertezas que podem frustrar as expectativas dos seus apoiadores, mesmo dos entusiastas das primeiras horas. Não apenas porque experiências golpistas muitas vezes devoram seus partícipes, como a experiência de 1964 bem demonstra, mas também porque Bolsonaro parece adotar um tempo da urgência, típico de algumas experiências fascistas, em que os feitos alcançados não garantem a saciedade, mas sugerem objetivos cada vez mais radicais. Pode não mais bastar, em algum momento, romper com o passado distante de 1988, ou com as experiências mais próximas da esquerda ou da “velha política”. Surgirá, então, a ideia de “depurar” a própria coalizão, de modo a “expurgar” dela suas partes mais reticentes. Nesse cenário, talvez alguns pensem que Constituição não era tão ruim quanto parecia.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Roberto. **O século esquisito**: ensaios. Rio de Janeiro: Topbooks, 1990.

CHALOUB, Jorge.; LIMA, P. L. **Os juristas políticos e suas convicções**: para uma anatomia do componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil. Revista de Ciências Sociais (UFC), v. 49, p. 202-252, 2018.

COOPER, Melinda. **Family values**: between neoliberalism and the new social conservatism. New York: Zone Books, 2017.

KANTOROWICZ, E. H. *Os dois corpos do rei*. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

LIMA, Pedro Luiz; MEDEIROS, Josué. Aquém do lulismo: notas críticas sobre a atual reprodução do paradigma do populismo por filósofos políticos brasileiros. *Revista Estudos Políticos*, v. 9, nº 17, 2018.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *A utopia reacionária do governo Bolsonaro (2018-2020)*. Revista Insight Inteligência, nº, 89, 2020.

NUNES, Rodrigo. *Todo Lado Tem Dois Lados*: Sobre a Ideia de Polarização. Revista Serrote, 34, p. 21-43, 2020.

PESSOA, Samuel, A Crise Atual. *Novos Estudos Cebrap*, 102, julho, p. 9-14, 2015.

ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises*: O liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.

ROCHA, João Cezar Castro. *Guerra Cultural e Retórica do ódio*: Crônicas de um Brasil Pós-político. São Paulo: Editora Caminhos, 2021.

ROSA, Hartmut. *Aceleração*: a transformação das estruturas temporais na modernidade. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

SAFATLE, Vladimir. *Só mais um esforço*. São Paulo, Três estrelas, 2017.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHWARCZ, Lilia. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

3. Os resquícios de 1946: populismo e udenismo no debate brasileiro contemporâneo

A REDEMOCRATIZAÇÃO E O IMAGINÁRIO DA REPÚBLICA DE 1946

Apesar da sua natureza negociada, a redemocratização teve na ideia de refundação do Brasil um dos seus discursos mais influentes. Findos os longos anos autoritários, abria-se ao país, sob essa perspectiva, a possibilidade de escrever uma nova história, imune às mazelas que há muito o assolavam. Para tanto, era necessário evitar erros recentes e antigos. Tal olhar não se limitava à crítica do golpe e dos governos militares, conduta sem dúvida esperada por novos regimes, sobretudo os de natureza tão distinta do anterior, que costumam construir sua emergente identidade à custa da negação do passado recente, mas encontrava na falecida República de 1946 um dos seus alvos preferenciais. A nova república se constrói, nesse sentido, não apenas contra os anos autoritários, mas também refratária à última experiência democrática brasileira, depositário de patologias políticas que resultaram - e a ideia de vínculo causal é comum no argumento - em seu fim, com o Golpe de 1964.

Dentre os principais porta-vozes desse discurso destacavam-se os dois partidos que, em alguns anos, dominariam a política nacional: PT e PSDB. A crítica aos problemas da formação nacional, tema clássico do nosso pensamento político-social, abundava nos discursos, declarações e manifestos, muitos deles formulados com a direta participação de grandes nomes dessa ensaística - como Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Antônio Candido e Sérgio Buarque de Holanda²³. Sem deixar de lado as amplas diferenças entre as

23 O manifesto de fundação do PT afirmava: “Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade.” Já o PSDB, fundado alguns anos depois, justificava o impulso da sua constituição, como cisão do PMDB, a partir da adesão do Governo Sarney aos mais negativos aspectos da tradição nacional, após um primeiro ano em que mudança forma ensaiadas: “Desafortunadamente, o impulso de mudança parou aí. Porque preferiu aderir às estruturas autoritárias do Estado em vez de reformá-las, o Governo deixou que as políticas sociais alardeadas se esvaíssem na ineficiência burocrática, no empreguismo, no clientelismo e na corrupção.”. No mesmo sentido, Mário Covas destacava em discurso no Senado, em junho de 1989: “temos que reformar o Estado no Brasil (...) Basta de tanto subsídio, de tantos incentivos, de tantos privilégios sem justificativas ou utilidade comprovadas. Basta de empreguismo. Basta de cartórios. Basta de tanta proteção à atividade econômica já amadurecida. Mas o Brasil não precisa apenas de um choque fiscal. Precisa também de um choque de capitalismo (...)”.

ideias e origens dos partidos, é possível constatar que a crítica à tradição brasileira os unia (VIANNA, p. 9).

Se o elogio à ruptura não era exclusividade de tucanos e petistas, como a candidatura vitoriosa de Fernando Collor - que elegia como principal alvo grande parte das decantadas mazelas nacionais, como o clientelismo e empreguismo - bem demonstra, o cenário, por outro lado, ia além dos críticos da tradição. Ao lado dos novos atores, destacavam-se velhos personagens da política nacional, alguns já protagonistas na República de 1946, como os “bacharéis pessedistas” Tancredo Neves e Ulisses Guimarães, o bacharel udenista Afonso Arinos de Melo Franco e o trabalhista Leonel Brizola. Pelas suas palavras e ações ecoavam os sons do passado, que desempenharam papel central na construção do principal pilar da nova ordem: a Constituição de 1988. Os representantes dessa tradição acabaram, todavia, relegados a papel secundário, mesmo que de imensa relevância, alguns anos após o momento fundacional. Com menor capital eleitoral, como os resultados de 1988 bem demonstram, eles assistiram às vitórias dos “homens do moderno” em seguidas eleições presidenciais e passaram atuar em postos de menor visibilidade. Presentes em importantes ministérios, atuantes no Congresso Nacional e na direção de grandes governos estaduais, esses personagens, antigos protagonistas de outra república, foram fundamentais para a estabilidade da ordem que nascia, mas incapazes de chegar, sem a aliança com as novas lideranças, ao controle do Estado.

Os homens passavam, mas suas visões de mundo permaneciam. Se as elites forjadas nas batalhas do último interregno democrático brasileiro não ocupavam lugar de igual destaque, o mesmo não se pode dizer do imaginário político da República de 1946. Seja sobre a forma de fantasma a ser espantado ou ideal perdido a ser reconstruído, as ideais e visões de mundo construídas pelos principais atores, políticos e intelectuais, do período atuaram e atuam de forma decisiva no cenário político da moderna República brasileira. É inegável, por um lado, que o período militar se destaca como o mais evidente “outro” da redemocratização, fundamental para precisar a identidade da conjuntura que se iniciava, mas o papel da República de 1946 talvez tenha sido ainda mais relevante para compreender os caminhos do novo regime. O “outro” autoritário estabelecia os limites da nova ordem, tornando todos “democratas”, mesmo os entusiastas da ditadura de ontem, mas é a perspectiva ante a República de 1946 que determinou, ao lado de outros fatores, é claro, os modos pelos quais os atores realizariam suas trajetórias no novo terreno. As interpretações do passado ainda balizavam as ações do presente de então. O esforço dos militares, e das elites a eles aliadas, para apagar as “corrompidas” identidades e ideias políticas anteriores não alcançou os resultados esperados por seus autores, em que pesem suas trágicas consequências. A crítica à precariedade da organização política de 1946, corrente em parte da bibliografia

sobre tema, tem como contraponto a permanência de muitas das identidades da época. A República de 1946 se mostra, desse modo, fundamental para a definição dos caminhos do país em seu esforço de reconstruir uma ordem democrática, seja através do filtro da ditadura - que apesar do seu caráter militar teve em antigos protagonistas da derrotada ordem, tanto da mais evidente UDN²⁴ como do PSD, impulso fundamental para sua vitória e permanência - ou da imagem que a última experiência democrática guardou no imaginário nacional.

Nada mais natural que isso ocorresse nos homens que protagonizaram e vivenciaram a época, afinal os decretos são incapazes de apagar as marcas que as instituições deixam no mundo²⁵. Mais relevante, todavia, é a permanência das ideias e concepções para além daqueles que a construíram, o que por certo diz algo tanto da conjuntura presente, como do papel desse período anterior na definição do porvir. A revolução de 1930 é certamente um marco definitivo da construção do moderno Estado brasileiro, mas apenas após 1945 temos as instituições políticas nacionais vivenciam semelhante transformação. É claro que as distinções ante a democracia do pós-1988 são significativas e basta a simples menção a exclusão do voto do analfabeto, sem falar na cassação do PCB, para demonstrar o caráter restrito daquela ordem democrática. Isso não impede, todavia, que a ordem de 1946 desempenhe papel central na construção do nosso imaginário político contemporâneo, mesmo que, no mais das vezes, retratada de modo negativo.

Quase três décadas depois da posse do primeiro presidente civil após a transição, José Sarney, o Brasil se revela um país em muito distinto daquele vivenciava aos poucos o retorno das instituições democráticas, o qual já era, por sua vez, profundamente diferente da nação de antes do golpe. A consciência dessas transformações impede a representação da história nacional como uma “viagem redonda” (FAORO, 2000), eterno retorno de um imutável princípio, e é fundamental para se evitar o que Vladimir Safatle e Edson Telles chamam de “hiper-historicismo”: “Maneira de remeter as raízes dos impasses do presente a um passado longínquo (a realidade escravocrata, o clientelismo português etc.), isto para, sistematicamente, não ver o que o passado recente produziu. Como se fôssemos vítimas de um certo “astigmatismo histórico” (TELLES & SAFATLE, 2010, p. 9). A constatação das mudanças não deve, contudo, apagar os vínculos dessa “nova história do Brasil”²⁶ com o seu passado, que permanece fundamental para compreender as transformações do presente. A “conclusão da modernização

24 O pessedista Tancredo Neves falava ironicamente em um “Estado Novo da UDN”.

25 Em sua tese sobre a ARENA, Lúcia Grinberg mostra como permanecia nas principais figuras do partido, e mesmo na correspondência de eleitores que a ele se dirigiam, a referência às identidades formalmente extintas pelo AI-2. (GRINBERG, 2009).

26 A expressão é de DOMINGUES, José Maurício, O Brasil entre o presente e o futuro. Rio de Janeiro, Mauad, 2013, p. 74.

conservadora”,²⁷ responsável pela “transformação do Brasil em um país moderno” (DOMINGUES, p. 74), não implica em qualquer tipo de desprestígio do passado como recurso para a compreensão do presente e do futuro. Talvez, em sentido diverso, os sintomas dessa modernidade impliquem justamente na sua maior importância, já que é característica de boa parte das realidades nacionais retratadas como “avançadas” – como Inglaterra, estados Unidos e França, por exemplo – o forte vínculo entre mudança social e tradição.²⁸ A modernidade seria acompanhada, desse modo, de uma perspectiva da tradição que não a toma como simples acúmulo de mazelas, mas enquanto chave fundamental para a construção do futuro.

A compreensão das permanências do passado no presente brasileiro, seja no campo das ideias ou das instituições, constitui, portanto, ampla agenda de pesquisa, que vai sem dúvida além da curiosidade arqueológica, já que emerge como requisito necessário para perceber os possíveis porvires que se delineiam no horizonte. As distintas perspectivas ante a experiência histórica acumulada não apenas dividiram grupos e indivíduos no passado, mas são elementos fundamentais para apreender seus passos, assim como os de outras gerações, no futuro. A análise dos usos contemporâneos de dois conceitos diretamente identificados à conjuntura dos anos 1950 e 1960, populismo e udenismo, mas que ainda permanecem centrais no debate brasileiro, podem representar bons exemplos nesse sentido.

O POPULISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Já nos primeiros momentos após a eleição que o levou à presidência, em seu discurso de despedida do Senado Federal, Fernando Henrique Cardoso expõe como objetivo maior do seu mandato acabar com o “legado da Era Vargas”. A expressão, de enorme impacto no imaginário nacional, revela uma interpretação do país que vê inegável permanência ao longo das últimas décadas da história nacional. Para além das inúmeras mudanças institucionais ao longo dos 64 anos que o afastam da chegada de Vargas ao poder, perduraria certo modelo de Estado construído pelo político gaúcho, responsável pela longevidade de muitos problemas pátrios. O fim enunciado poderia ser a remoção do entulho autoritário deixado pelos militares, mas enquanto o autoritarismo era tomado como “página virada”, que não mais polarizaria “as forças políticas ou o eleitorado”, as marcas dessa persistente herança varguista subsistiam de forma determinante para o porvir nacional:

A divisão histórica entre apoiadores e opositores do regime de 64, que de algum modo sobreviveu ao pacto da Aliança

27 A tese de Domingues, mesmo instigante, precisa ser, contudo, melhor debatida, já que se pode, sem muito esforço, listar o longo repertório de práticas típicas da modernização conservadora que ainda permaneceram nos governos FHC, Lula e Dilma Rousseff.

28 Sobre o tema, ver CALHOUN, 2012.

Democrática, também não vigora mais. Não polariza as forças políticas nem o eleitorado. As tentativas de restabelecer esse divisor de águas no processo eleitoral frustraram-se. (...) Eu acredito firmemente que o autoritarismo é uma página virada na história do Brasil. Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas – ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado Intervencionista (CARDOSO, 1994, p. 4).

A declaração de Fernando Henrique ecoa as formulações de Faoro, ao identificar na atuação do Estado os males que assolam a trajetória nacional. Parte significativa desse sucesso residiria na habilidade dos homens de Estado em evitar as rupturas mais profundas, que poderiam levar a sociedade civil, sufocada pela malha das instituições, ao protagonismo. Deve-se ressaltar, por outro lado, que as declarações de princípio do presidente, mesmo próximas no diagnóstico, apontam para soluções em muito diversas do jurista gaúcho, este sempre atento a uma difícil distinção entre liberalismo político e liberalismo econômico.²⁹

Mais próxima de certa tradição liberal brasileira, a argumentação se encontra, por outro lado, com algumas formulações uspianas, que tiveram no presidente eleito um dos seus principais expoentes em outros tempos. A ausência, de enorme relevância, fica por conta do marxismo, que com seu método dialético desempenhava papel central nas construções teóricas dos jovens professores e pesquisadores da USP de então. As reflexões de intelectuais como Fernando Henrique e Maria Sylvia de Carvalho Franco, dentre outros, defendiam que os motivos de 1964, e do fracasso da última experiência democrática brasileira que o antecedeu, encontram-se não apenas em 1930, mas também na sociedade sobre qual se erigiram os regimes políticos e nos seus modos de interação com o Estado. As raízes do autoritarismo brasileiro, tema clássico da reflexão sobre o país ao longo dos anos 1970, estariam no tipo de relação entre Estado e sociedade que se estabeleceu nessas plagas, com a ausência de uma dinâmica social organizada a partir do interesse e a fraqueza da burguesia nacional, assim como a precariedade da organização do proletariado, a permitirem a construção de um Estado hipostasiado, hábil na arte do dirigir e limitar os impulsos que emergem da sociedade civil.

Com a eleição de 1994, chegava ao poder um dos protagonistas de certa interpretação de enorme sorte entre os anos 1950 e 1980, marca de forte crítica a República de 1946 e responsável pela divulgação de conceitos de enorme influência no debate público brasileiro, como o de populismo, mas sua vitória eleitoral não caminhava em plena consonância, como, aliás, era de se esperar, com obra teórica que o celebrizou. As razões passam, em parte, pela natureza e momento do discurso,

29 Como ele deixa claro em FAORO, 2003.

em nada semelhantes com a produção de textos acadêmicos por um professor universitário, incomparáveis as conjunturas e formas de expressão. O diagnóstico surgia então mais simplista e, por consequência, mais facilmente vinculado a uma ação política concreta. Aproximava-os, todavia, a crítica ao getulismo, muitas vezes tratado sob o mesmo epíteto, mas de forma menos refletida que outrora, como populismo. Getúlio e o seu legado eram o símbolo maior de certa tradição brasileira que precisava ser destruída.

Distante do poder após 2002, Fernando Henrique Cardoso se afasta do exercício direto de cargos políticos e assume o papel de porta-voz, provavelmente o mais eloquente, da oposição. O contexto é marcado pela crescente polarização entre PT e PSDB, e a representação crítica do adversário recorre, quase sempre, a velha ideia de populismo, mesmo que outra vez despido de maior elaboração conceitual. O termo mantém alguns elementos do seu campo semântico, como o papel passivo das massas e a centralidade do líder carismático, mas deixa de lado a reflexão a partir da categoria de classe, que marcava, por exemplo, a análise de Weffort. O termo assume cada vez mais o caráter de contraconceito do institucionalismo, como o retrata Laclau (2005), o que, em um cenário que vê as definições liberais da democracia cada vez mais hegemônicas, acaba por retratá-lo como o oposto, ou patologia, do regime democrático.

Um bom exemplo é seu artigo “Esquerda e Populismo na América Latina”, publicado no Estado de São Paulo em 2006, onde o sociólogo aponta o populismo como “uma forma insidiosa de exercício de poder que se define essencialmente por prescindir da mediação das instituições, do Congresso, dos Partidos e por basear-se na ligação direta do Governante com as massas, cimentada na troca de benesses.” (CARDOSO, 2006, s./n.). Para FHC, essa “forma insidiosa” ameaçava recuperar sua predominância em terras latino-americanas, onde mais do que qualquer emergência da esquerda se fortalece um “antiamericanismo com um retorno gradual ao populismo” (CARDOSO, 2006, s./n.).

Três anos mais tarde, em texto dessa vez publicado no Globo, as ideias permanecem, mesmo que o termo “populismo” esteja ausente. Uma série de pequenos episódios como a ação governamental na Vale do Rio Doce, a nova legislação do petróleo, os contatos diplomáticos com Ahmadinejad e supostas viagens políticas financiadas com dinheiro público são relacionados como indícios de um processo no qual o “DNA do ‘autoritarismo popular’ vai minando o espírito da democracia constitucional” (CARDOSO, 2009, s./n.), que “supõe regras, informação, participação, representação e deliberação consciente.” (CARDOSO, 2009, s./n.). Retornam “formas políticas do tempo do autoritarismo militar” (CARDOSO, 2009, s./n.), mas sua versão popular “não põe ninguém na cadeia”. Seus recursos perniciosos, não de pequena monta, incluem “impropérios para matar moralmente empresários, políticos, jornalistas ou quem quer que seja que ouse discordar do

estilo ‘Brasil-potência’”, saídos da “própria boca presidencial” (CARDOSO, 2009, s./n.). O “autoritarismo popular” ganha, então, um sinônimo importante no artigo, de modo a não deixar dúvidas sobre seus vínculos com o populismo: “subperonismo lulista”. Seu cenário, segundo o ex-presidente, é desolador:

Se há lógica nos despautérios, ela é uma só: a do poder sem limites. Poder presidencial com aplausos do povo, como em toda boa situação autoritária, e poder burocrático-corporativo, sem graça alguma para o povo. Este último tem método. Estado e sindicatos, estado e movimentos sociais estão cada vez mais fundidos nos alto-fornos do Tesouro. (...)Partidos fracos, sindicatos fortes, fundos de pensão convergindo com os interesses de um partido no governo e para eles atraindo sócios privados privilegiados, eis o bloco sobre o qual o subperonismo lulista se sustentará no futuro, se ganhar as eleições (CARDOSO, 2009, s./n.).

Os governos petistas representam a permanência do pior passado brasileiro, completamente distante dos preceitos efetivamente ocidentais, única via para a construção do moderno. Contra o governo limitado, marca do Estado de Direito, emergia um “poder sem limites”, no lugar da prevalência dos partidos, destacavam-se os sindicatos. O cenário não apenas repetia o terrível passado continental, mas o fazia de forma farsesca e anacrônica, por isso o prefixo “sub”, a condicionar a emergência desse novo peronismo. Democracia liberal ou autoritarismo, institucionalismo ou populismo, essas as duas opções do presente e do futuro latino-americano.

O recurso retórico ao populismo não se restringe, todavia, apenas aos atores mais ligados ao PSDB, mas espalha-se pelo campo político, usado como patologia institucional ou desvio social. Quando em 2006 Guido Mantega, hoje ministro da economia de um governo populista segundo alguns, como vimos acima, busca criticar a taxa de câmbio do Governo Fernando Henrique ao longo ano de 1998, ele não tem dúvidas em falar de um “populismo cambial”.³⁰ Plínio de Arruda Sampaio, candidato à Presidência da República pelo PSOL, em 2010, não hesita em recorrer também ao vocábulo para falar da nova relação entre Lula e o PT após a crise política de 2005, quando o então presidente se aproximaria do “populismo clássico”.

Os vários recursos ao termo se aproximam do seu uso por Fernando Henrique, mesmo que com vista a caracterizar e contestar outros adversários na atual conjuntura. O sentido atual do populismo guarda, entretanto, relação ambígua com o conceito tal como construído por Weffort. Se o olhar do cientista social paulista, mais preocupado com as estruturas e classes, em muito difere dos usos contemporâneos mais comuns do termo, é inegável, por outro lado, que

30 Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/valor/2006/06/01/ult1913u51500.jhtm>.

relevantes pressupostos e consequências da sua análise permanecem. A crítica da tradição nacional, uma dessas semelhanças, já tratada no início desse texto, resvala, mesmo que de forma distinta entre os dois casos, para um descrédito da própria atividade política. O elogio da “física dos interesses”, com o predomínio da sociedade civil, em contraponto a “metafísica brasileira” (VIANNA, 2000) e ao seu elogio da política permanece, agora com outra roupagem. Os que criticavam o Estado que, sob a lógica da técnica e da administração, se punha no lugar dos cidadãos e retirava qualquer protagonismo a sociedade civil, agora fazem o elogio da administração, só que compreendida em uma perspectiva distinta. Antes vista como forma e técnica de governo, ela passa a ser definida pela ótica da iniciativa privada, como meio de garantir a maximização de interesses. A política permanece, entretanto, a vilã, que atrapalha o melhor desenvolvimento da sociedade e expõe os piores vícios nacionais.

O RETORNO DO UDENISMO

O Partido dos Trabalhadores surge sob o signo da ruptura com o passado. Sua identidade se constrói a partir das críticas à tradição sindical brasileira, com manifesto desprezo ante marcos relevantes desse ideário, bem explícito na famosa declaração de Lula, que caracteriza a CLT como o “AI-5 dos trabalhadores”. A condenação às grandes linhagens da esquerda nacional, o trabalhismo e o comunismo, se faziam presentes, com as experiências de PTB e PCB lidas sob uma perspectiva de fortes tons negativos.³¹ A hegemonia deveria partir da sociedade, não de uma esfera política autônoma e hipertrofiada, que há muito dominava a realidade nacional e que sempre pautou, ao menos segundo a ótica petista, a esquerda brasileira.

Não sem motivo, havia, por outro lado, enorme resistência de grandes representantes dessas tradições ante o emergente partido paulista, perfeitamente ilustrada pela blague de Leonel Brizola, que retratava o PT como “a UDN de macacão”. Brizola queria atingir com sua ironia o decantado moralismo dos petistas, que faziam do discurso sobre a “ética na política” uma das suas principais plataformas. O sentimento de superioridade moral em relação à classe política, com toda a heterogeneidade, aproximaria o novo partido paulista daquela que foi a legenda com maior responsabilidade no fim da última experiência democrática brasileira, encerrada pelo Golpe de 1964: a UDN. A enorme distância, em quase todos os aspectos, entre o PT e o partido dos bacharéis liberais e do lacerdismo, tomado como quase sinônimo do golpismo, elitismo e anticomunismo na política brasileira, dava à bem-humorada expressão força ainda maior, já que não apenas

31 Sobre esse aspecto ver CARDOSO, Adalberto. “Tomorrow you will be the government”: workers movement from union to power in Brazil. *In*: forthcoming in Teri Carr et al. (eds.). Working through the past: Labor and authoritarian legacies in comparative perspective. Agradeço ao amigo Tomás Garcia a indicação desse texto e as sugestões para o artigo.

destacava com precisão o elemento a ser atacado, no caso a retórica moralista, como sugeria certa inconsistência entre os discursos e a concepção de mundo do Partido dos Trabalhadores: será que as consequências dessa insistência nos temas morais não seria o mesmo elitismo e a mesma inconformidade com as instituições democráticas do udenismo? Será que esse elogio da sociedade civil não recaía no liberalismo que os trabalhistas tanto criticavam?

O contexto dos ataques era disputa em torno da hegemonia no campo da esquerda, futuramente conquistada de forma manifesta pelo PT - do qual Brizola aceita, inclusive, ser vice na chapa de 1998 - mas então fortemente indefinida, como demonstram os apertados resultados no primeiro turno da eleição presidencial de 1989. A expressão demonstra também algumas perspectivas dos remanescentes do trabalhismo, que continuavam a dividir o campo político pela dicotomia UDN-PTB, a qual tomava a interpretação da obra e herança getulista um dos seus critérios de diferenciação. Críticos do campo político do getulismo e das suas realizações, os petistas incorreriam, quase que necessariamente, no udenismo. Mesmo influenciado pelas experiências socialdemocratas europeias, elogiosas de uma ideia de terceira via (SENTO SÉ, 1999), e envolvido em um esforço de “modernizar o trabalhismo”, Brizola ainda percebia a política brasileira como dividida entre os dois lados antagônicos.

As naturais mudanças na atuação e discurso do PT após seu reincidente protagonismo nas disputas eleitorais mudaram, entretanto, de forma decisiva sua relação com a tradição.³² A permanência da ideia de ruptura no discurso, evidenciada no famoso bordão de Lula - “nunca antes na história desse país” -, convive com um constante esforço de vincular as realizações dos governos a uma determinada tradição nacional, outrora negada pelo partido.

Quando da efeméride de 500 anos da chegada dos portugueses, em 2000, Marilena Chauí concluí seu livro ***Mito Fundador e sociedade autoritária*** - exemplar tardio de certa perspectiva uspiana que vê na sociedade brasileira as raízes do autoritarismo estatal - com uma frase que toma os últimos cinco séculos de experiências acumuladas nessas terras como carentes de qualquer aspecto positivo: “Como se vê, não há o que comemorar”. Uma das mais relevantes intelectuais petistas, Chauí expõe uma interpretação do passado nacional que, mesmo com as mudanças que, ao menos desde 1995 o partido atravessava, ainda permanecia forte, senão hegemônica na instituição. Anos mais tarde, próximo ao fim do segundo mandato presidencial petista, em julho de 2010, Emir Sader, também importante figura do partido, introduz um livro sobre a conjuntura brasileira (SADER & GARCIA, 2010) com um sintomático texto, no qual se estabelece uma clara continuidade

32 Não discutirei aqui o momento mais relevante dessa transformação ou o quanto do torneado ideológico inicial do PT permanece em sua fisionomia mais recente, debate que envolve larga bibliografia que, por certo, ultrapassa os limites desse texto. Sobre o tema ver: SINGER, 2012; SECCO, 2011.

entre Getúlio Vargas e Lula. As mudanças não decorrem apenas das sucessivas vitórias eleitorais, anteriores e provavelmente responsáveis por esses triunfos, mesmo que recebam inequívoco impulso desses eventos. Os tempos, de todo modo, eram outros e o partido que surgiu da proposta de um novo sindicalismo e marcado pela teoria do populismo, do seu então secretário-geral Weffort, agora reclamava integrar a linhagem do outrora repellido Vargas:

Como resultante, o governo Lula representa uma nova expressão do campo popular, que teve nos governos de Getúlio e de Jango, seus antecedentes mais próximos. Governos de coalizão de classes, pluriclassistas, que assumem projetos de unidade e desenvolvimento nacional, com forte peso das políticas sociais. Da mesma forma que os governos anteriores, cruzado por uma série de contradições, agora produto mais direto da era da globalização neoliberal. O povo brasileiro mudou, o campo popular também, o próprio Brasil é outro. Mas há uma linha de continuidade que permite dizer que a luta de hoje é, no essencial, a mesma de há oito décadas, quando o Brasil contemporâneo começou a ser construído (GARCIA, SADER, 2010, p. 28).

As permanências, entretanto, não se limitariam ao “campo popular”, onde Lula representaria uma “nova expressão” da perspectiva que teve por antecedentes Getúlio e Jango, mas se estenderiam também ao lado oposto. Haveria, nesse sentido, uma continuidade entre os responsáveis pelo golpe e os arautos do neoliberalismo, muitos deles outrora famosas pela resistência à ditadura, unidos pelos interesses que os apoiam, como o “capital financeiro” e a “mídia oligárquica”.

Pode-se dizer que as forças que levaram Getúlio ao suicídio, que deram o golpe contra Jango e que se opõem ao governo Lula são as mesmas forças de direita que foram hegemônicas durante a ditadura militar e que instauraram e promoveram o neoliberalismo no Brasil. E que sobrevivem no tempo, porque são os mesmos que ganham com a hegemonia do capital financeiro, com o agronegócio, com a mídia oligárquica (GARCIA, SADER, 2010, p. 28).

O liberalismo uniria em um mesmo lugar a oposição ao projeto getulista e a vaga neoliberal, fenômenos separados por algumas décadas. O ideário não teria em terras latino-americanas o mesmo significado que teve em plagas europeias, aqui expressão de uma elite econômica dissociada da sociedade e representante de interesses econômicos do grande capitalismo internacional. O liberalismo político, com seu papel de emancipação das forças sociais, mesmo que apenas em um primeiro momento, não se vinculava ao seu homônimo econômico na periferia, despida a ideologia das bases sociais que a mobilizaram no contexto norte-atlântico.

A oposição entre liberais e campo popular, ou, melhor dito, campo nacional-popular, não estaria relegada ao último interregno democrático brasileiro, mas permaneceria central, segundo Sader, para compreender a sociedade brasileira contemporânea. As mudanças no PT levam líderes e militantes do partido a adotarem como arma política para designar seus adversários o conceito do qual ele foi alvo nos idos de 1980: o udenismo (BENEVIDES, 1981). O campo semântico no qual se insere o termo se enquadra perfeitamente nos atuais desafios políticos do partido. Ele não apenas expõe, como já dito antes, alguns dos principais problemas da tradição liberal brasileira, à qual se vincula expressamente seu principal adversário, o PSDB - como o elitismo, o golpismo e o moralismo - mas explicita os vínculos entre tal postura e os insucessos da última experiência democrática brasileira. Algumas semelhanças entre a ação da atual e da antiga oposição, como o discurso moral e o tom duro da grande imprensa, ajudam a dar maior força a expressão, que se faz presente nos discursos de figuras influentes do partido, como José Dirceu, de diversos intelectuais, como o já mencionado Sader, e da ampla rede de blogs que apoiam o governo e possui significativa audiência na internet. O recurso ao termo vem quase sempre acompanhado de prefixos como “neo” ou “sub”, que pretendem expor o caráter farsesco dessa nova manifestação de um antigo fenômeno.

André Singer destaca como para o PT pós-2002, marcado pelo “lulismo” é extremamente funcional retomar os símbolos e a gramática política dos anos 1950 e 1960, perfeitas para um momento no qual o que ele chama de “Espírito de Sion”, aquele que presidiu a fundação do partido, dá lugar no imaginário partidário ao “Espírito de Anhembi”, marca da guinada do partido rumo ao centro político, ou em outros termos do autor, quando o “reformismo forte” é substituído por um “reformismo fraco”. Nas a palavras do cientista político:

“(o lulismo)... achou em símbolos dos anos 1950 a gramática necessária para a sua construção ideológica. A velha noção de que o conflito entre um Estado popular e elites antipovo se sobrepõe a todos os demais cai como uma luva para um período em que a polaridade esquerda/direita foi empurrada para o fundo do palco. Enunciado por um nordestino saído das entranhas do subproletariado, o discurso popular ganha uma legitimidade que talvez não tenha tido na boca de estancieiros gaúchos. Não espanta que o debate sobre populismo tenha ressurgido das camadas pré-sal anteriores a 1964, onde parecia destinado a dormir para sempre.” (SINGER, 2012, p. 83)

O uso do conceito, já em seu primeiro momento, na conjuntura dos anos 1950 e 1960, era marcado por grande imprecisão e indefectível tom personalista, como se as questões suscitadas pelo termo pudessem ser atribuídas à vontade política dos entusiastas, ou membros da UDN, já que não se tratava de um

vocábulo com maior grau de generalidade, mas de um conceito que não apenas se identificava expressamente a um determinado contexto, como era somente inteligível quando remetido a um ator específico. Trata-se, sem dúvida, de característica da linguagem política, antes preocupada, e orientada, com a ação do que voltada para interpretações supostamente coerentes e sistemáticas. A recuperação do vocábulo, que sempre esteve presente, mas agora se faz ainda mais central no debate público, expõe, por sua vez, importantes permanências no cenário político brasileiro, interessantes para compreendê-lo, ao mesmo tempo que sugere continuidades que, se não forem bem matizadas, correm o risco de recair no “hiper-historicismo” (TELLES, SAFATLE, 2010) mencionado no início desse texto.

OS RESQUÍCIOS DE 1946: QUAL REPÚBLICA PERMANECE?

Mais do que identificar a permanência dos conceitos de populismo e udenismo no debate brasileiro contemporâneo, e do imaginário a eles vinculado, é importante destacar as razões e consequências desse fato. Uma resposta simplista, que vincula ideias a supostas estruturas que as confeririam sentido, concluiria que tais termos permanecem porque as coisas, ou relações, que eles denominam também perdurariam. O raciocínio aponta, quase que necessariamente, para constatação de que as mudanças de superfície na sociedade brasileira escondem uma continuidade de fundo, mais relevante para a compreensão dessa sociedade. A força do raciocínio reside justamente na inegável existência de resquícios e permanências do nosso passado, que são, ademais, reforçados pela nossa tradição de raras rupturas. Os problemas começam a surgir quando a continuidade é tomada por imutabilidade e se oculta que as transformações sociais não dependem apenas das grandes erupções de superfície, mas passam também por andamentos e revoluções mais lentos, moleculares como no eloquente conceito gramsciano.

As transformações da sociedade brasileira ao longo das últimas décadas são profundas e evidentes, mesmo que tenham prescindido de grandes rupturas ou revoluções. As usuais referências a uma natureza nacional perene antes atrapalham do que auxiliam a compreender o complexo país que hoje se vê. O passado permanece, todavia, como elemento fundamental para compreender esse presente, não porque as relações sociais, instituições ou atores sejam os mesmos, mas sobretudo pela singular continuidade de certos tipos de relação e concepções de mundo.

O conceito de populismo percebe a República de 1946 sob perspectiva crítica, antes preocupado com os problemas do que as novas perspectivas então abertas pelo período. A época não seria marcada pela efetiva implantação de uma democracia de massas no país ou pela singular vitalidade das demandas de setores historicamente excluídos da política formal brasileiras, mas pelas imperfeições e

faltas que definem o termo. Mais sofisticado em sua versão de corte marxista, mesmo que também problemático, ele retorna a arena política em formulação empobrecida, aprisionado em uma dicotomia, bem identificada por Laclau, que tem na ação racional-legal do institucionalismo o polo desejável, com todo o resto a se aproximar de decaídas formas de legitimação e ação coletiva.

O conceito, todavia, assume feição diversa em alguns esforços de interpretação da conjuntura brasileira contemporânea.³³ Autores como André Singer (2012), Ruy Braga (2012) e Marcos Nobre (2013) assumem, expressa ou tacitamente, o populismo como dado da trajetória histórica brasileira, mais ou menos persistente nos dias atuais. Singer, por exemplo, identifica no “realinhamento eleitoral” promovido pelo “lulismo” um retorno à polarização entre ricos e pobres, que seria, em suas palavras, “parecida com a do período populista” (SINGER, 2012, p. 34). Tal transformação decorre dos crescentes vínculos entre o PT e uma fração de classe que o autor, inspirado em Paul Singer, intitula subproletariado, cujo papel de destaque nas iniciativas e no imaginário governamental tornaria o partido “menos dos trabalhadores”, “se assemelhando a um ‘partido dos pobres’” (SINGER, 2012, p. 34). Por outro lado, a longeva exclusão dessa parcela da população, o bom cenário da economia internacional e a habilidade política de Lula garantiriam que a ascensão econômica desse enorme contingente não limitasse os ganhos do grande capital, muito pelo contrário, garantidos pela permanência de inúmeros marcos macroeconômicos instaurados quando dos governos FHC.

Os limites do “reformismo fraco” do lulismo, segundo Singer, decorrem, em parte, da sua escassa identidade classista. O subproletariado seria massa, marcada pela instabilidade e propícia aos feitiços do bonapartismo, nos termos do descritos por Marx no 18 de Brumário, sem as possibilidades típicas do proletariado para a construção de uma política consciente e com viés de esquerda. A sequência, habilmente construída pelo cientista político paulista, logo aponta para um suposto “conservadorismo popular” (SINGER, 2012, p. 79), que garantiria a plataforma de mudanças graduais do governo Lula, mas impediria qualquer movimento mais brusco de transformação social, à moda do PT onde ainda prevalecia seu espírito de fundação, “alma de Sion”.

A formulação evoca os fantasmas criados por célebres interpretações da República de 1946 para explicar problemas contemporâneos e incide em dificuldades semelhantes. Apesar de suas interessantes reflexões sobre tema e da importância da sua intervenção, certamente uma das mais instigantes do debate contemporâneo, Singer acaba reincidindo em um dos principais problemas da obra de Weffort: seu difícil uso do conceito de classe.³⁴ O problema passa, sobretudo, pela naturalização

33 Um interessante panorama sobre algumas das mais importantes interpretações sobre o Brasil contemporâneo se encontra em PERLATTO, 2013.

34 Weffort se declara contrário a essa naturalização, mas acaba nela enredado.

das expressões ideológicas classistas, que são quase sempre normativamente vinculadas a um suposto dever ser político, como se da sociologia decorresse uma determinada política. Pobre se analisada como um mundo isolado, onde as ideias e interesses acabam sempre domesticados pelas instituições, a política também perde sua complexidade quando lhe é negada alguma autonomia. O argumento acerca do conservadorismo do subproletariado, fundado nas razões acima expostas, é um bom exemplo desse procedimento, já que vincula determinada postura perante a realidade política – o conservadorismo – a certo tipo de inserção social.

O pressuposto não somente relaciona os excessos de moderação à base social do governo, mas superestima o papel do subproletariado nos limites e problemas do governo. As transformações do PT, anteriores à própria vitória de 2002, o papel do “mensalão” e, sobretudo, o lugar do PT no sistema político são ofuscados pelo destaque dado ao papel dos subproletários, um dos polos do “pacto conservador”, sendo o outro a burguesia, estabelecido por Lula. Se o caminho para o centro, a vitória do “espírito de Anhembi” no PT, antecede o realinhamento eleitoral de 2006, identificar a opção pelo “reformismo fraco” como uma estratégia, construída sobretudo entre 2003 e 2005, para conquistar esse eleitorado supostamente conservador dificilmente explica as relevantes distinções entre o primeiro e o segundo mandato de Lula. Uma análise mais ampla sobre a trajetória do PT daria mais vida às transformações descritas,³⁵ as quais, diga-se de passagem, Singer reconstrói sem recorrer a fáceis mecanicismos.

O principal problema, contudo, é a ausência do PSDB na análise. O partido surge como simples outro do PT, natural destino das classes médias ressentidas com o “mensalão” e temerosas de ameaça de proletarização, delineada pelo sucesso dos programas sociais petistas. A maior vítima do realinhamento eleitoral, que alimenta o lulismo, não merece mais detida atenção, assim como a polarização do qual é um dos maiores protagonistas. Singer destaca o recurso à “gramática dos anos 1950” e a “existência de uma polarização social talvez até mais intensa do que a dramatizada por PTB e UDN”, mas não reflete sobre as consequências do fenômeno. O raciocínio ganha contornos ainda mais difíceis, mesmo que não incoerentes com seu andamento anterior, quando a organização do campo político a partir do embate entre ricos e pobres é vista como oposta à polarização entre direita e esquerda. Nesse ponto fica claro que Singer não comunga com Weffort apenas seu conceito de classe ou o adota como marco historiográfico da República de 1946: os pressupostos sob os quais ele analisa a realidade brasileira contemporânea são em muitos momentos semelhantes aos adotados por Weffort em seus textos clássicos sobre o populismo.

35 Marcos Nobre, em seu comentário ao livro de Singer, também faz sugestões nesse sentido (NOBRE, 2013, p. 172-195).

O problema passa, sobretudo, pelo olhar excessivamente crítico às massas, percebidas sob o viés da passividade, e pela pouca atenção dada aos limites do atual arranjo político, que convive, como junho bem demonstra, com um amplo número de descontentes com a colonização da política pelo paradigma da administração. O olhar desatento aos “tucanos” remete à análise sumária de Weffort sobre a UDN e não atenta para relevante fenômeno da política brasileira contemporânea, central para a conjuntura contemporânea: a mútua determinação, no campo do discurso e da ação política, entre PT e PSDB. A polaridade entre os dois partidos tem por consequência não apenas sua manutenção no centro das disputas políticas nacionais, já que constrói a imagem de que apenas os dois representam votos “úteis”, como leva o Partido dos Trabalhadores a um progressivo percurso rumo ao centro do campo ideológico, ante o temor de que qualquer excessiva radicalização possa lhe tirar os votos necessários à sua permanência no poder.

O processo ganha tintas ainda mais fortes com a crescente guinada do PSDB rumo a uma direita mais clássica. O partido que flertava com a ideia de terceira via, à moda dos trabalhistas britânicos, no fim dos anos 1980, e que, no início dos anos 1990, assumiu fervorosamente a ortodoxia neoliberal quando à frente da presidência, flerta cada vez mais, ao menos desde a campanha de 2006, com temas clássicos do conservadorismo moral. Em cenário bipolar, a radicalização pelo lado da direita e o temor, no campo da esquerda, de qualquer signo que remeta a mudanças mais bruscas acaba por limitar as ações mais progressistas em meio a ordem vigente. Eleitoralmente vantajosas, aos menos no curto prazo para o PT, tal perspectiva binária da política acaba por desnaturar seu caráter inovador, que outrora o caracterizava. Se as diferenças entre tucanos e petistas ainda são palpáveis, a ideia do PT como anti-PSDB torna os termos do debate cada vez mais marcados pelos termos da direita. As comparações de Singer entre a República de 1946 e atual conjuntura reforçam tal perspectiva bipolar da política, ao retratar o país como dividido em dois campos. Muito mais sofisticada, e comprometida com mudanças, sua análise comunga, todavia, com diversos pressupostos enunciados por Emir Sader em sua interpretação do Brasil contemporâneo. Intelectual público, Singer expõe os termos em que se trava o debate político contemporâneo no Brasil. Debate que tem nas interpretações da experiência democrática de 1946 ponto central. Juarez Guimaraes, em artigo recente na imprensa (GUIMARAES, 2014, s./n.), ressalta os efeitos do debate intelectual no bicentenário da Revolução Francesa, com a “hegemonia” da tese revisionista de François Furet, que lê a revolução a partir do terror, para os rumos da política gaulesa contemporânea. A releitura extremamente conservadora do passado se mostrou central para o desenrolar das disputas contemporâneas. Um olhar mais complexo sobre última experiência democrática brasileira pode, nesse sentido, lançar luz não apenas sobre o passado, mas propor novos olhares para o presente.

Seria absurdo sugerir um olhar apenas elogioso à experiência de 1946, especialmente em razão da permanência de muitos de seus problemas. A construção de um constante sentimento de crise e decadência, consequência da ação histriônica da mídia e de grande parte da direita, traz, por exemplo, lembranças diretamente relacionadas à vaga udenista que assolava a época e foi responsável, mesmo que não exclusiva, pelo longo eclipse democrático iniciado em 1964. A persistência de tal concepção, mesmo distante o mundo que a viu nascer, sugere muito não apenas ante a análise do passado, mas sobre a difícil inserção de muitos setores sociais pátrios em uma ordem republicana.

Em artigo publicado no último mês de março, na Folha de São Paulo, Marcelo Ridenti destaca que 1964 foi mais do que uma simples ruptura institucional, das muitas que marcam a história brasileira: “esteve em jogo uma modernização alternativa, cujos contornos estavam apenas esboçados e eram objetos de disputas políticas, mas o sentido geral era o de alargar os direitos dos trabalhadores do campo e da cidade, politizando-os e diminuindo as desigualdades sociais.” (RIDENTE, 2014, s./n.). Esse campo não era, contudo, unitário ou homogêneo, mas constituído das mais diversas práticas e ideias sobre o país que então se construía. Decorria desse aspecto grande parte da sua potência. O olhar sobre o caráter inédito e complexo da dinâmica política de 1946, para além da visão de uma época de erros, limitações e inautenticidade, é capaz de sugerir caminhos interessantes para o cenário de impressionante escassez de alternativas que se delineia no horizonte. Sobretudo porque, mesmo passados 50 anos, boa parte das pautas da esquerda, que motivaram diretamente o Golpe, ainda possuem forte caráter progressista na atual conjuntura. Tal esforço pode até mesmo contribuir para a reflexão sobre os relevantes feitos petistas, responsáveis por importantes transformações na vida nacional, sem recair, todavia, na estéril reiteração dos feitos que caracteriza grande parte dos intelectuais e da militância partidária nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **O Brasil de Lula**. In: Novos Estudos CEBRAP, 91, junho, p. 23-52, 2011.

BARBOZA FILHO, Rubem. **A modernização brasileira e o nosso pensamento político**. Perspectivas, São Paulo, v. 37, p. 15-64, jan./jun., 2010.

BENEVIDES, Maria Victória, **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

CALHOUN, Craig. *The Roots of Radicalism: Tradition, the Public Sphere, and Early Nineteenth-Century Social Movements*. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1964.

_____. *Discurso do Senado Federal*, 14 de dezembro de 1994.

_____. *Esquerda e Populismo na América Latina*. In: Estado de São Paulo, 06/06. Disponível em: http://www.ifhc.org.br/wp-content/uploads/pdf/artigos_fhc/2006-06.pdf. Acesso em: 20 dez. 2021.

_____. *Para onde vamos? In: O Globo*, 03/11/2009. Acesso em: 20 dez. 2021.

CARDOSO, Adalberto. *“Tomorrow you will be the government”*: workers movement from union to power in Brazil. In: forthcoming in Teri Carr et al. (eds.). Working through the past: Labor and authoritarian legacies in comparative perspective.

CHAUI, Marilena. *Mito Fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

DOMINGUES, José Maurício. *O Brasil entre o presente e o futuro*. Rio de Janeiro, Mauad, 2013.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: a formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2000.

_____. *Existe um pensamento político brasileiro? In: República Inacabada*. São Paulo: Globo, 2003.

_____. *A democracia traída: entrevistas*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008.

FERREIRA, Jorge. (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na ordem escravocrata*. São Paulo, UNESP, 1997.

GARCIA, Marco Aurélio; SADER, Emir. *Brasil entre o passado e o futuro*. São Paulo: Boitempo, 2010.

GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GUIMARAES, Juarez. *A ditadura de 1964 e o impasse da republicanização inacabada do Brasil*. Carta Capital, 31/03/2014. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-ditadura-de-1964-e-o-impasse-da-republicanizacao-inacabada-do-Brasil/4/30618>. Acesso em: 20 dez. 2021.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório*: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 191-232, 2006.

LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2013.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2007.

NOBRE, Marcos, *Imobilismo em movimento*: da abertura democrática ao Governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PERLATTO, Fernando. *Interpretações sobre o Brasil contemporâneo, 2013*. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1562>. Acesso em: 20 de dezembro de 2021.

RIDENTI, Marcelo. *O golpe de 1964, aqui e agora*. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/03/1429526-marcelo-ridenti-o-golpe-de-1964-aqui-e-agora.shtml>. Acesso em: 20 de dezembro de 2021.

SCHWARZ, Roberto. Um seminário de Marx. *In*: Sequências brasileiras. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê, 2011.

SENTO SÉ, João Trajano. *Brizolismo*: estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SINGER, Andre. *Os sentidos do lulismo*: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura?* São Paulo, Boitempo, 2010.

VIANNA, Luiz Werneck. *Esquerda brasileira e tradição republicana: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

_____. *A modernização sem o moderno: análises de conjuntura na era Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011

_____. *Weber e a interpretação do Brasil. In: SOUZA, Jesse, O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: UNB, 2000.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

4. A longevidade do lacerdismo

A conjuntura por vezes traz para o primeiro plano personagens antes relegados ao papel de coadjuvantes. O evento não decorre apenas do normal ato de reinterpretar a história, mas emerge do fato de que o modo como percebemos as ressonâncias do passado também deriva das feições do presente. Dentre os vultos de outras épocas, poucos parecem hoje tão contemporâneos quanto Carlos Lacerda. Não apenas o termo “lacerdismo” tornou-se ainda mais frequente nos debates públicos, como as ideias defendidas pelo jornalista ganharam um amplo número de novos defensores, em movimento que produziu uma crescente reivindicação da sua figura, tanto entre políticos estabelecidos quanto em meio a jovens militantes. Lacerda também surge como modelo de governante, com frequentes elogios a seus feitos à frente do governo da Guanabara. Neste movimento, o “lacerdismo” mantém sua natureza de acusação política, bradado em chave negativa, sobretudo a partir da esquerda, contra eventuais adversários, mas também ganha a feição de linguagem política reivindicada por uma direita radical que cresce a olhos vistos.

Lacerda desponta no atual cenário por dois caminhos. Por um lado, a atual conjuntura de crise passou por um certo ambiente lacerdista³⁶, onde a retórica virulenta, a moralização de todos os embates públicos, a proliferação de denúncias de corrupção e o flerte com soluções de exceção tornaram-se comuns. Em movimento semelhante ao construído ao longo da República de 1946, o acúmulo de denúncias, quase sempre direcionadas à esquerda, desgastaram o regime como um todo e abriram as portas para os atores dispostos a organizar soluções de exceção, como o próprio Lacerda. Ante uma ordem completamente corrupta e a descrença em soluções políticas moderadas, todos os caminhos parecem válidos. Aparentemente destinados a seus adversários, corruptos ou subversivos, os ataques de viés lacerdista acabam por atingir a ordem política como um todo e a fomentar a urgência de destruí-la. Este discurso, decorrente de uma obra coletiva onde Lacerda se destacava como protagonista, transformou a UDN, nas precisas palavras de Wanderley Guilherme dos Santos, “no mais subversivo partido do sistema político” (SANTOS, 1978). A imprensa é um instrumento privilegiado para esta retórica de constante ataque à ordem estabelecida, sendo o ator responsável por normalizar um discurso de degeneração das instituições. Não creio que o leitor tenha dificuldades em encontrar semelhanças - em meio, evidentemente, a um mar de diferenças -

36 Em fevereiro de 2011, Vladimir Safatle falou em sua coluna na Folha de São Paulo sobre um certo “lacerdismo cultural” na imprensa brasileira. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2202201106.htm>.

entre esse estilo político e os caminhos escolhidos pela maior parte da oposição contra os governos petistas, essa a estratégia responsável pelo Golpe de 2016 e pela plena desorganização da nossa ordem política. Quando um ex-presidente, como Fernando Henrique Cardoso, adere ao explícito vocabulário lacerdista para acusar o PT de “subperonista” e retratá-lo como entusiasta de um “autoritarismo popular” (CARDOSO, 2009), ultrapassa-se, por certo, uma fronteira. Se o recurso a analogias históricas é sempre terreno pantanoso e sujeito a imprecisões, ele pode também revelar continuidades e expor parte do imaginário dos atores políticos.

O político e jornalista também surge como símbolo apto a ser reivindicado por parte de uma direita radical emergente, que devido a certa leitura profundamente negativa da História nacional, vista como “terra arrasada” (CHALOUB & PERLATTO, 2016), carece de precursores para chamar de seus. Se a retomada de algum membro do nosso panteão de políticos conservadores soa deslocada, tendo a vista o papel dos mesmos na construção do Estado agora sob ataque, a retomada do “subversivo” Lacerda parece se encaixar perfeitamente nesta narrativa. Neste sentido, o político é recuperado em parte pela sua trajetória liberal, mas sobretudo pela sua capacidade de “dizer a verdade”, sempre pronto a denunciar o silenciado pelos grandes interesses. O jornalista emula, assim, outros dois tópicos retóricos da direita radical brasileira: a crença em um acesso privilegiado à realidade e a defesa de teorias conspiratórias. Se alguns tópicos são conveniente esquecidos, como ausência de uma pauta mais conservadora em termos de costumes na atuação de Lacerda - mesmo ante sua proximidade com a intelectualidade católica mais conservadora - e seu entusiasmo com uma forte atuação do Estado, a imagem reconstruída não destoa radicalmente da sua *praxis* política.

O *boom* lacerdista não se inicia, contudo, recentemente ou emerge de forma súbita. O presente texto fará uma breve reconstituição das formas de recuperação de Lacerda, enquanto personagem inspirador do mundo político, e do recrudescimento do lacerdismo enquanto linguagem político. Antes será necessário um brevíssimo debate sobre os vínculos entre o criador e a criatura, Lacerda e o lacerdismo.

OS CAMINHOS DO CARISMA

O lugar da personalidade no mundo político é não apenas tema recorrente ao longo dos últimos séculos, mas talvez um dos aspectos mais insistentemente abordados no debate contemporâneo. O enorme interesse atual em torno do conceito de populismo surge, por exemplo, como claro indício do esforço em expor o lugar dos líderes icônicos nas democracias contemporâneas, ou ao menos no que delas sobrou. As evidentes dimensões personalistas subjacentes ao conceito de representação, reconhecidas por um amplo número de trabalhos, não explicam plenamente, todavia, os casos nos quais uma personalidade parece transbordar

do seu contexto ou mesmo dos limites da sua biografia, de modo a construir uma tradição ou linguagem política.

Max Weber via no carisma - ou seja, na atribuição, por parte de muitas pessoas, de dotes pessoais extraordinários a um indivíduo - um dos principais meios de dominação política. Analisando a duração da dominação carismática no tempo, o autor desenvolveu o conceito de rotinização do carisma. Primeiramente vinculado a certa ideia de relação pessoal e **extracotidiana**, representado como algo externo à normalidade, o carisma precisa modificar seus modos de exercício para durar no tempo, de forma a aderir aos ritos da tradição ou da racionalização de procedimentos. Weber delinea uma série de formas de transmissão do carisma, impossíveis de serem bem descritas neste espaço. Todas elas comungam da construção, em maior ou menor grau, de alguma institucionalidade (WEBER, 2015).

O varguismo é um bom exemplo de um eficaz processo de rotinização do carisma por meio das instituições. Por meio de um hábil uso da rádio e da imprensa, da censura realizada por aparatos estatais, da construção de instituições centrais do moderno Estado brasileiro e da criação de partidos políticos, como o PTB, o varguismo ultrapassou em muito o indivíduo Vargas. Um personagem conhecido por suas poucas palavras - retratado por Afonso Arinos como "silencioso, num meio político de oradores" (FRANCO, 1983, p. 56) - alcançou espaço central no imaginário brasileiro e fez ecoar sua voz, por meio de outros, das tribunas do Congresso Nacional aos versos da música popular. Ainda hoje sua memória é reivindicada como instrumento de luta política.

O nome de Carlos Frederico Werneck de Lacerda também perdurou no tempo e passou a designar, sob a recuperação da sua trajetória e o termo **lacerdismo**, tanto um conjunto de ideias quanto um estilo de atuação político. A longevidade da sua memória e influência no imaginário político brasileiro é, entretanto, mais difícil de ser delineada. Não que Lacerda tenha sido personagem secundário da vida política brasileira. Pode-se mesmo dizer que entre 1943, o momento de mais forte contestação ao Estado Novo, e 1967, ano de derrocada da Frente Ampla, poucas disputas centrais na política brasileira não tiveram nele um protagonista. José Honório Rodrigues afirma na introdução da coletânea de discursos parlamentares de Lacerda, talvez com certo exagero, que "Ninguém sozinho influenciou tanto no processo histórico brasileiro como Carlos Lacerda de 1945 a 1968" (LACERDA, 1982, p. 26)

Lacerda foi um dos mais relevantes jornalistas do país, com influente coluna no Correio da Manhã e constantes participações no rádio e na nascente televisão. Também fundou o jornal Tribuna da Imprensa, do qual foi editor, e desempenhou papel central na modernização da linguagem jornalística brasileira, ao cultivar um texto direto, mesmo que dotado de constante tom sarcástico, e uma retórica no rádio que emulava o tom de conversa direta com o ouvinte. Essas habilidades

seriam centrais para sua bem-sucedida campanha contra Vargas, quando se tornou agente central da queda do governo e do suicídio do presidente, tanto pelo atentado contra sua vida, na rua Toneleros, quanto por sua enorme popularidade dentre as Forças Armadas, fiadoras da derrubada do então Presidente. Após este momento, ganharia cada vez mais força dentro da UDN. Eleito para Câmara dos Deputados em 1955, atuou como líder da União Democrática Nacional (UDN) e marcou época por seus agressivos discursos contra Juscelino Kubitschek. Vitorioso na eleição para Governador da Guanabara em 1960, realizou um governo atravessado por grandes obras, acusações de crimes contra as populações mais pobres e forte repressão de seus opositores. O golpe de 1964, do qual foi um dos mais ativos participantes, acabou por soterrar suas expectativas de alcançar a Presidência da República, para a qual já fora escolhido como candidato da UDN.

A marcante biografia não aponta de modo evidente, todavia, a longevidade da memória política em torno de Lacerda. O político não era, segundo sua própria auto-imagem,³⁷ afeito ao artesanato de instituições capazes de transcender sua ação política:

Eu queria evitar muito que a Tribuna fosse um órgão da UDN, até porque isso era impossível; a UDN não podia ter um órgão – a UDN era uma maçaroca de tendências, as mais diversas impossíveis de exprimir num só jornal. Sobretudo porque esse jornal exprimia muito mais as minhas tendências do que as tendências da UDN. Quer dizer, sempre me senti na UDN – e com isso não estou renegando os excelentes companheiros que tive lá, nem renegando a própria UDN como partido, mas sempre me senti meio como uma excrescência na UDN, mesmo porque tenho muita pouca vocação para política como exercício assim de habilidades e de astúcias (LACERDA, 1977, p. 109).

Enquanto a Tribuna da Imprensa é reduzida no discurso de Lacerda à expressão das suas idiossincrasias, a UDN torna-se excessivamente diversa para exprimir os ideais do político e jornalista, mesmo que, progressivamente, o partido o tivesse como líder tanto perante o eleitorado quanto nas disputas internas. A afirmação não é, entretanto, de todo despropositada. Lacerda esforçava-se conscientemente por se desvincular da UDN, com o intuito de derrotar adversários internos com sua popularidade e, eventualmente, explorar caminhos mais curtos na busca da Presidência da República. Os flertes com as Forças Armadas ou o uso da sua imagem por instituições como o Clube da Lanterna³⁸ não eram ocasionais, mas expressões da construção de uma personalidade política que recusava as

37 Dentre os vários relatos autobiográficos de Lacerda, podemos mencionar seu Depoimento LACERDA, 1977.

38 Instituição política por Carlos Lacerda e Amaral Netto em 1953, com vistas à exercer uma oposição plena e irrestrita a seus adversários, sem grande limitação dos métodos utilizados.

disputas eleitorais corriqueiras e derivava sua força de um uso instrumental das instituições ou da sua direta violação.³⁹ Quais foram, entretanto, os caminhos pelos quais essa imagem tornou-se tão longeva?

AS DUAS ALMAS DO LACERDISMO

O discurso de posse do atual Governador do estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, se encerrou com o retorno a um velho personagem da política carioca, fluminense e brasileira: “não poderia deixar de citar uma grande fonte de inspiração para políticos deste estado, o governador Carlos Lacerda, que deixou inegável legado de desenvolvimento a este estado.”⁴⁰ Não estamos diante de fato isolado. Após um relativo silêncio em torno do seu nome após o Golpe de 1964, Lacerda voltou aos holofotes durante o processo de redemocratização. O desejo de retorno à cena política, confidenciado em série de entrevistas realizadas logo antes da sua morte,⁴¹ em 1977, seria cumprido sem a sua presença física.

Inicialmente reivindicado por antigos lacerdistas, como Sandra Cavalcanti, o nome do ex-governador da Guanabara voltaria ao centro do embate político com o fortalecimento do brizolismo no Estado do Rio. Com as sucessivas e surpreendentes vitórias eleitorais de Leonel Brizola e seus aliados, que conseguiram desmontar a forte máquina do ex-governador emedebista Chagas Freitas, o nome do antigo aqui-inimigo do gaúcho surgia aos olhos de muitos como síntese de um projeto que negaria as principais características do brizolismo. Poderíamos recorrer a alguns discursos da época, mas um evento soa eloquente: a articulação em torno da candidatura do filho de Lacerda, Sérgio Lacerda, para o governo do Estado. Como bem aponta reportagem do Jornal do Brasil de 22 de janeiro de 1990,⁴² Sérgio surgiria como o “anti-Brizola” por seus evidentes vínculos com o lacerdismo. Deve-se destacar que o então dono da editora Nova Fronteira não tinha um passado de disputas eleitorais, mas apenas buscava emular a memória de Lacerda, como reconhece na matéria o empresário Roberto Medina, um dos articuladores da empreitada: “Só o Sérgio pode explorar a marca Lacerda, que ainda é muito forte no Rio”. Medina estava equivocado em um aspecto: a memória do lacerdismo não precisaria de herdeiros evidentes para perdurar.

Na eleição para a Prefeitura do Rio de 1992, um antigo quadro central do brizolismo, outrora admirado por sua capacidade como gestor e pelo desvelamento

39 Não é objetivo deste texto fazer uma mais profunda análise do pensamento político de Lacerda, o que fiz em CHALOUB, 2018.

40 Discurso disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/01/01/leia-a-integra-do-discurso-de-wilson-witzel-ao-ser-empossado-governador.ghtml>.

41 “ainda não estava na idade de sair da política”, declarou Lacerda, como bem destaca MOTTA, 2005.

42 Jornal do Brasil, 22 de janeiro de 1990, p. 8. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/1297?p-esq=carlos%20lacerda.

de uma tentativa de fraude eleitoral, o “escândalo da Proconsult”, construiria uma vitoriosa campanha com base no imaginário lacerdista. As edições do jornal do Brasil durante o segundo semestre de 1992 e os três primeiros meses de 1993 registram algumas menções favoráveis de Cesar Maia a Lacerda. Em 05 de dezembro de 1992, por exemplo, o editorial do Jornal alude às declaradas intenções do prefeito de “combinar a cobrança de posturas de Jânio Quadros com a antevisão e o planejamento de Carlos Lacerda”. Também demonstram esta aproximação a presença de lacerdistas históricos, como Sandra Cavalcanti e o filho de do ex-governador, Cláudio Lacerda, no primeiro e segundo escalões governamentais. O clima favorável ao retorno da memória política lacerdista não se resume ao candidato, mas atravessa o próprio jornal, que em mais em um editorial elenca Lacerda entre os maiores governantes do Rio. Também no jornal, edição de 14 de novembro de 1992, Werneck Vianna, então próximo da campanha de Cesar Maia, aponta que “Lacerda emergiu no inconsciente coletivo da população nessa campanha eleitoral carioca”,⁴³ mesmo que busque retratar Cesar Maia e Benedita como tentativas de “combinar” a herança lacerdista à brizolista. Anos mais tarde, Lacerda permaneceria como personagem central da política carioca, explicitamente disputado nas eleições de 2000. Segundo reportagem da Folha de São Paulo,⁴⁴ Cesar Maia iniciou seu programa eleitoral de segundo turno com a imagem de Lacerda e um depoimento da filha do ex-governador que comparava as duas trajetórias, ao passo que Luiz Paulo Conde, seu adversário, também mobilizou o ex-governador nos programas eleitorais do primeiro turno. Algumas das principais vias expressas da cidade do Rio de Janeiro contam esta história. Depois da Linha Vermelha, nomeada de Avenida Presidente João Goulart por Leonel Brizola, ficava pronta, nos governos Cesar Maia e Conde, a Linha Amarela, com o nome de Avenida Governador Carlos Lacerda.

A recuperação de Lacerda nestes contextos se dá sobretudo pela imagem do “construtor de estado”, para mencionar a categoria de Marly Motta. Habilmente cultivada durante seu período à frente da Guanabara, quando moldou a persona do gestor impessoal e distante das paixões políticas, a representação de Lacerda como grande administrador perdurou no tempo e ganha força pela longevidade de algumas das suas obras, como o Aterro do Flamengo e o Túnel Rebouças. Inspirada em uma linhagem que remonta a Pereira Passos, essa perspectiva também cultiva, como outra face da mesma moeda, um trato autoritário com a organização do espaço público, submetido aos desígnios da vontade soberana, porque tecnicamente embasada, do líder político. Para além dos limites do Rio de Janeiro, a retórica

43 Jornal do Brasil, 14 de novembro de 1992, p. 7, disponível em http://memoria.bn.br/docreader/030015_11/75734?pesq=carlos%20lacerda.

44 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1010200025.htm>. A reportagem me foi sugerida por texto de Marly Motta sobre o tema: MOTTA, 2001.

ganharia corpo na política brasileira, especialmente após 1964. O predomínio de uma concepção técnica da política ganharia presença progressivamente maior na vida pública brasileira, conferindo um crescente protagonismo aos economistas. Usual crítico da retórica econômica⁴⁵, Lacerda não percebe então os prováveis rumos das suas ideias, mais preocupado em fundar uma imagem da Guanabara propícia a sua atuação política e em demonstrar estofos como futuro candidato à presidência. O governo ditatorial que o afastou do jogo político seria, entretanto, um dos mais hábeis agentes deste discurso. Nas precisas palavras de Otto Lara Resende, Lacerda foi “ideólogo e pregador de um evangelho de que acabou vítima, ele próprio armou seu catafalco; sua solidão.” (RESENDE, 2017, p. 130).

A imagem do Lacerda “construtor de estado” é, todavia, menos influente no imaginário político nacional do que a do “demolidor de presidentes” (MOTTA, 2005), está a faceta responsável por incorporar o termo “lacerdismo” no vocabulário da política nacional. O político tornou-se o arquétipo perfeito da oposição intransigente, dotada de uma retórica inflamada de tintas moralizantes, caracterizada pelo amplo uso da mídia e disposta a utilizar de todos os meios para chegar ao poder. Em meio à disputa política, que evidentemente não busca a precisão dos trabalhos acadêmicos, mas pretende, sobretudo, mobilizar e convencer seus interlocutores, o vocábulo é usualmente utilizado como acusação política, que sugere a prática de um denunciamento irresponsável e sem fundamento, manipulado com o intuito de desrespeitar resultados eleitorais e, ao fim, justificar golpes de Estado. Por ter Lacerda se destacado como face mais visível e conhecida da UDN, as palavras “lacerdismo” e “udenismo” são quase sempre sinônimos quando utilizados no embate político.

O termo tem sido frequentemente mobilizado no debate político dos últimos anos. Seu mais corrente uso decorre de acusações da esquerda, principalmente a alinhada ao Partido dos Trabalhadores, contra o amplo recurso a argumentos morais mobilizados contra os governos petistas, principalmente após 2004. Então presidente do partido, José Genoíno acusa seus oponentes de um “lacerdismo tardio”, em entrevista à Folha de São Paulo: “Tentam fazer aquilo que eu classifico como lacerdismo tardio de alguns vestais do presente, que buscam igualar todo mundo.”⁴⁶ Neste cenário, o termo passou a frequentar constantemente o vocabulário da imprensa alternativa próxima ao petismo, em sites como o Brasil 247, O Diário do Centro do Mundo, o Cafezinho, dentre outros. Não raramente as acusações de lacerdismo destes sites ou de figuras próximas ao campo tomam por adversário não a direita, mas partidos que pretendem criticar o PT à esquerda, como o PSOL.

45 O tema é particularmente presente no livro que reúne pronunciamentos seus na campanha para o Governo da Guanabara e durante o Governo: LACERDA, 1964.

46 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2902200403.htm>.

Mesmo sem mencionar o termo, este é o sentido das críticas de Lula à pretensão de pureza dos psolistas, feitas em entrevista de 2017.⁴⁷

O constante crescimento do vocabulário varguista dentre os intelectuais mais próximos do petismo fez o termo lacerdismo também presente em influentes interpretações sobre os governos do partido, mesmo que por vezes sem receber seu próprio nome, retratado como o pensamento e ação política da classe média anticomunista e das “elites antipovo”, que teriam na UDN uma precursora. O conteúdo do termo udenismo nesses discursos pouco difere do uso comum do lacerdismo. Este é o caso do primeiro texto do livro “Brasil: entre o passado e o futuro”, organizado por Marco Aurelio Garcia e Emir Sader, onde o último autor estabelece, já no título, um claro paralelismo entre Vargas e Lula. Muitas décadas depois, o confronto entre PTB e UDN assumia outras tintas, agora contrapondo PT e PSDB. André Singer, em afirmação próxima, aponta o retorno da gramática política dos anos 1960, marcada por um “conflito entre um Estado popular e elites antipovo” (SINGER, 2012, p. 83).

O próprio Partido dos Trabalhadores já foi também vidraça nas acusações de lacerdismo. Desde a velha blague brizolista de que o PT seria a “UDN de macacão”, disposta a ironizar o partido por seu discurso moralista e sua base eleitoral nas classes médias, o partido se depara eventualmente com tal tipo de acusação dos seus adversários, sobretudo os localizados mais à direita do espectro político. Marly Motta aponta como Fernando Henrique Cardoso classificou as mobilizações do PT em 1999 como ação “lacerdista” marcada pelo intuito de desprezar o voto popular (MOTTA, 2005). Anos mais tarde, na eleição de 2014, o candidato a vice-presidente na chapa de Marina Silva recorreria ao termo para classificar ataque petistas contra a política acreana: “Achamos muito lamentável que a Dilma tenha escolhido o caminho do lacerdismo hoje, de espalhar o terror”.⁴⁸

A LONGEVIDADE DO LACERDISMO

As constantes acusações de lacerdismo sem dúvida dizem algo sobre a longa trajetória de Carlos Lacerda e os desdobramentos das suas ideias e repertórios de ação. Elas interessam mais, sobretudo, como sintoma de algumas características persistentes da cultura política brasileira e índice de importantes movimentos em determinadas conjunturas. As duas almas do lacerdismo, a do “demolidor de presidentes” e a do “construtor de estado”, estão umbilicalmente ligadas a um processo de ampla inclusão de massas no cenário político, no qual o

47 “Sabe aquele cara que levanta de manhã, vai no espelho e fala, ‘espelho, espelho meu: tem alguém mais fodido que eu? Tem alguém mais sério do que eu? Tem alguém mais honesto que eu, mais bonito que eu, mais sabido que eu?’” A entrevista, concedida ao jornalista José Trajano, pode ser consultada em A entrevista pode ser vista em <https://www.youtube.com/watch?v=sOGog-kcFEo>.

48 Disponível em: <https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKBN0GY01H20140903>.

país veria os 1,5 milhões de eleitores de 1933 tornarem-se 7,5 milhões em 1945 e 18,5 milhões em 1962. O aumento de mais de 12 vezes do eleitorado transformaria de forma decisiva o modo de fazer política no Brasil. Mesmo com todos os limites da ordem de então, como a proibição do voto dos analfabetos e a cassação do Partido Comunista Brasileiro em 1947, é inegável que a cena política mudou de escala e ganhou uma dose de indeterminação até então desconhecida. As elites udenistas, certas de sua vitória na primeira eleição de Eduardo Gomes, foram surpreendidas por dimensões da disputa até então desconhecidas em suas trajetórias. Não mais se resolviam eleições apenas em cafés, almoços e reuniões de portas fechadas, já que a costura de alianças agora precisava conviver com o diálogo aberto com as massas, ainda controladas pela coerção sindical e pela violência aberta no mundo rural, mas capazes de vislumbrar horizontes até então desconhecidos.

Vargas e Lacerda foram provavelmente os políticos que melhor compreenderam esse novo mundo. Em meio a um cenário marcado por “utopias oligárquicas” (CHALOUB, 2015), eles conseguiram construir formas de ação política numa sociedade de massas, que, como já fora diagnosticado por personagens tão díspares como Rui Barbosa e Azevedo Amaral, ainda na Primeira República, emergiam de forma decisiva na arena pública brasileira a partir da década de 1910. A voz de Vargas ecoou sobretudo a partir de sua enorme habilidade de construir instituições. Lacerda, por sua vez, moldou uma persona adequada aos novos tempos, seja por meio do seu texto, direto e repleto de imagens cunhadas com o intuito de destruir reputações, seja por meio do seu estilo de atuação na imprensa e na televisão, onde modulava a voz e recusava um tom empolado, marca da maior parte da classe política de então, para conseguir atingir de forma mais intensa os habitantes desse novo mundo político.

Seu estilo de atuação aponta para um novo tipo de intelectual público, o polemista midiático, popularizado nos Estados Unidos, emulado no Brasil por Paulo Francis e agora reivindicado por figuras dessa crescente ultradireita brasileira. A mudança não está na busca da polêmica, já presente em bacharéis e literatos anteriores, mas no estilo de construí-la. Lacerda faz uso de seus conhecimentos como jornalista para moldar sua persona de político, também inovadora no cenário público de então. A passagem do terceiro volume das memórias de Afonso Arinos de Melo Franco (1968) em que o bacharel relata a decisiva contribuição de político para sua vitoriosa campanha para Senador do Rio de Janeiro, contra Lutero Vargas, ilustra perfeitamente toda a transformação acima relatada e a sensibilidade do político mineiro sobre as mudanças no mundo onde aprendera a fazer política. O caminhão do povo com o qual ele percorria bairros do Rio de Janeiro que nunca conhecera, o contato com uma população com a qual não estava habituado a dialogar, a virulenta retórica do jornalista, tudo soava novo aos seus ouvidos.

Ironicamente, Lacerda ajudou a inaugurar um mundo que não o comportava como indivíduo. O novo cenário político retirava a centralidade das personalidades excepcionais, que sempre surgirão, pois o mundo político não vive sem o carisma, mas tiveram seu número drasticamente reduzido. A política de notáveis deu lugar a políticos mais hábeis em responder a demandas de uma população mais ativa, o que resultou em uma explícita popularização da representação política. Mesmo com o papel central de trajetórias privilegiadas e recursos pessoais nas campanhas bem-sucedidas no mundo político do pós-1988, uma breve comparação de qualquer Congresso do período com os eleitos ao longo da República de 1946 demonstra mudanças evidentes. O lacerdismo, entretanto, sobreviveria ao seu criador.

Apesar do cultivo dessas novas personas, Lacerda teve dificuldades em ultrapassar os limites da classe média, sua mais sólida base eleitoral (SOARES, 1965). As razões passam, sem dúvida, por sua dificuldade na construção de instituições, mas não se limitam a isto. A agenda política de Lacerda surgia como barreira, capaz de fechar as portas que o seu estilo abria. A defesa de elites como timoneiras da sociedade, a moralização de todas as dimensões da disputa política e a radicalidade subversiva da sua atuação não mobilizavam as massas urbanas mais pobres, próximas do imaginário trabalhista varguista. As análises dos mapas eleitorais da votação de Lacerda para o Governo da Guanabara apontam claramente neste sentido (PICALUGA, 1980). O malogro do candidato eleito com maior proximidade ao seu estilo político, Jânio Quadros, aumentava, por sua vez, as dificuldades do seu futuro percurso. Lacerda, por outro lado, não apresentava proposta alternativa para os trabalhadores próximos do imaginário varguista ou delineava caminho para atrair o mundo rural. Sua firme oposição ao voto do analfabeto e o constante recurso a manobras golpistas demonstravam, na verdade, seu ceticismo sobre as chances de vitória udenistas no cenário da República de 1946.

As duas almas do lacerdismo nutrem, portanto, explícito viés demofóbico,⁴⁹ de temor da irrupção das massas no cenário político. Seja por meio da construção de um Estado capaz de gerir policialmente a sociedade ou de um estilo de atuação político que constantemente reivindicava instrumentos autoritários, a questão central era restringir o processo de democratização que, a despeito de todos os problemas, transcorria na República de 1946. Não estamos, todavia, diante de uma jabuticaba. As particularidades locais convivem com padrões observados em outras latitudes. Alguns autores, como Svend Ranulf (1964) e Hélio Jaguaribe (1981), destacam como a retórica moralizante e disruptiva do lacerdismo, por exemplo, é comum em momentos de perda de status relativo por parte de classes médias.

A longevidade do lacerdismo aponta para continuidade destas questões. Trata-se de um sintoma da precária instituição da democracia liberal no Brasil.

49 Sobre o conceito, ver AGUIAR, 2015.

A persistência de uma linguagem política que cultiva o golpismo dentre os seus atributos é marca particularmente eloquente dos limites à efetiva instituição de uma ordem democrática. Discursos marcados por uma clara crítica à Democracia, frente a qual bradam soluções de exceção, não são arcaísmos isolados ou reminiscências do passado, mas narrativas centrais na atual conjuntura brasileira.

Tema de clássicos estudos acadêmicos durante a Ditadura, a natureza do nosso liberalismo perdura como assunto de vital importância para compreender os caminhos do Brasil contemporâneo, já que é parte central deste discurso de exceção. Um dos mais influentes argumentos no cenário político brasileiro contemporâneo defende abertamente a limitação da vontade popular, e dos seus instrumentos, em prol de um discurso da boa técnica econômica, frente a qual a política surge como poluição indesejável. Seja na sua forma neoliberal, mais moderada, de figuras como Samuel Pessoa e Marcos Lisboa, ou no radicalismo ultraliberal, de Paulo Guedes, clama-se pela superação da Constituição de 1988, que “não caberia no orçamento”, e por um Banco Central plenamente autônomo. Surge a questão: autônomo perante quem? Perante a política, em primeiro plano, e a soberania popular, num segundo, razões necessariamente externas à boa razão econômica. Avesso à predominância da pura lógica econômica, o tempo aproxima a imagem de Lacerda, sob a perspectiva do “construtor de estado”, deste discurso.

O jornalista, por outro, lado é reivindicado por polemistas midiáticos da ultradireita brasileira, caracterizados por uma combinação entre neoconservadorismo e neoliberalismo. Olavo de Carvalho, principal intelectual da expansão dessa direita radical e influente no atual Governo Bolsonaro, já se manifestou algumas vezes de forma profundamente elogiosa a Carlos Lacerda. Em publicação na sua página oficial do facebook, em 01 de setembro de 2014,⁵⁰ ele define Lacerda como o “político direitista de maior sucesso no Brasil” e elogia sua disposição de “combater de peito aberto”. Segundo Carvalho, foi a “direita bem educadinha” que o relegou ao ocaso, por ele ter confrontado os “conciliadores pusilânimes”. Já em vídeos disponibilizados no YouTube,⁵¹ além de elencar Lacerda como uma das principais vozes da ultradireita, Carvalho defende mesmo as mais polêmicas ações do jornalista, como a campanha contra a posse de Juscelino Kubitschek em razão da suposta participação de comunistas em sua campanha.

Outro exemplo eloquente da emulação de Lacerda pela Direita Radical é o site “Sentinela Lacerdista”. O editor Lucas Berlanza é Assessor de Imprensa e colunista do site do Instituto Liberal, um dos principais think tanks da Direita Radical no Brasil, e autor do livro “Guia Bibliográfico da Nova Direita – 39 livros

50 Disponível em <https://www.facebook.com/carvalho.olavo/photos/o-pol%C3%ADtico-direitista-de-maior-sucesso-no-brasil-carlos-lacerda-nunca-se-esconde/366192083532872/>.

51 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q7igIXQuww>; <https://www.youtube.com/watch?v=r5BHTm9HHs>.

para compreender o fenômeno brasileiro”, que mereceu elogiosa resenha⁵² do atual ministro da Educação, Ricardo Velez. O ministro vê Berlanza como um dos “bravos jovens da novel geração” dispostos a enfrentar “de peito aberto os seus adversários e inimigos”, ou seja, “a vulgata marxista” e os “velhos chavões maxistas-leninistas”. Para provável gosto do autor, Velez afirma que ele “dá continuidade ao liberalismo-conservador que inspirou o grande Carlos Lacerda, um dos ícones do liberalismo brasileiro.” Lacerda, afirma o ministro seguindo seu mestre, Antonio Paim, foi vítima da miopia dos militares, que combateram liberais e não os “totalitários comunistas”. Na apresentação do I, Berlanza pretende emular a escrita e as ideias de Lacerda, como neste trecho: “Ele foi um. Onde sua eloquência e sua oratória genial se faziam presentes, os interesses mesquinhos dos falsários estremeciam de pavor, o castelo de cartas das suas traquinagens se expunha, desnudo, aos olhos conscientes da crítica mais arguta. Eles o temiam. Eles o odiavam.”. Em outra parte, ele reivindica de forma positiva o termo lacerdismo, com o intuito de ressignifica-lo: “Lacerdista, sim! E daí?”.⁵³

Lacerda é retomado por esses atores sobretudo por sua “coragem”, capaz de denunciar as iniquidades e confrontar as esquerdas. Ele surge como um modelo para esses personagens, ávidos por revelar “verdades” e denunciar conspirações, inspirando-os sobretudo por sua retórica agressiva e direta, emulada por boa parte dos intelectuais da direita radical brasileira. Do mesmo modo como Lacerda pretendia subverter a ordem de então, vista como dominada pela corrupção trabalhista e subversão comunista, tais polemistas midiáticos buscam, com grande sucesso, desestabilizar a atual ordem democrática, tida como dominada pelo “marxismo cultural” e pelo “globalismo” de petistas e tucanos. Como já dito, mesmo ante alguns silêncios convenientes sobre o lugar do Estado e os costumes, a imagem condiz com a trajetória do **Corvo**.

O fortalecimento do imaginário lacerdista em momento de forte democratização da sociedade brasileira, após a progressista Constituição de 1988, decorre do mesmo tipo pressões desdemocratizantes de outros períodos. Depois de anos de controle das massas pelos métodos autoritários da Ditadura, os tempos exigem novos repertórios demofóbicos, ou, como o é o caso, a retomada de velhas linguagens. Em certo momento próximo de uma faceta que restringia a soberania popular por meio das imposições da razão técnica, mais forte retórica desdemocratizante do pós-1988, o lacerdismo retomou, sobretudo após a chegada da esquerda ao poder, sua faceta disruptiva, representado pelo “demolidor de presidentes”. Mesmo ante a agenda moderada dos governos petistas, o movimento de democratização ainda afligia atores sociais relevantes, ávidos por limitá-lo.

52 Disponível em: <https://www.ricardovelez.com.br/blog/pensadores-brasileiros-lucas-berlanza-correa-1992>.

53 Trechos disponíveis em <https://www.sentinelalacerdista.com.br/>.

Fomos, segundo eles, longe demais. Uma das razões desta retomada certamente decorre do tempo do mundo. Se o lacerdismo surge diretamente ligado ao contexto da Guerra Fria, sua atual relevância navega nas ondas de uma ampla expansão global de discursos e governos de ultradireita, todos profundamente críticos dos mais moderados aspectos da democracia liberal (RANCIÈRE, 2014). As blagues de Lacerda, por sua vez, parecem encontrar terrenos propício no mundo dos memes e das redes sociais.

Lacerda torna-se contemporâneo numa conjuntura marcada por um dos principais aspectos do seu pensamento político: a radical moralização do mundo público. Neste cenário, todos os embates são remetidos a uma concepção moral disjuntiva, que toma as questões em termos de disputas entre bem e mal. Contra o mal não é possível transigir, o único caminho é extirpá-lo, mesmo que através de soluções de exceção. O cenário assume tons ainda mais preocupantes em razão dos vagos contornos do inimigo a ser combatido, que, como nos idos da República de 1946, inicialmente se identificava com a “corrupção da esquerda” e progressivamente passou a assumir as vestes da “subversão comunista”. O golpe parlamentar contra Dilma Rousseff, ou a última eleição presidencial, não pouparam exemplos dessa linha argumentativa.

Ideias e estilo semelhantes são conjugadas por algumas novas vozes, centrais na presente cena. O Judiciário, dotado de enorme relevância político-institucional após 1988, torna-se um dos mais relevantes polos deste discurso moralizante e adere ao uso da mídia com fins à reformulação dos pilares da República, em tom que emula o imaginário lacerdista. Crítico da excessiva moderação e do reformismo dos bacharéis, Lacerda provavelmente veria com bons olhos a mudança. O lacerdismo também retorna à voz de típicos entusiastas, como as manifestações de alguns membros das Forças Armadas e de políticos de trajetória e identidade liberais bem demonstram. Para além do nome, ele se afirma como uma linguagem política central na atual conjuntura. Na última vez em que alcançou tal hegemonia no debate público, acabou por soterrar sob os escombros do regime destruído boa parte dos seus entusiastas, incluindo o próprio Lacerda. Sobre o comandante da nova ordem, um antigo lacerdista, Castello Branco, Lacerda dizia se tratar de “homem imparcial, porque estava matando imparcialmente pobres e ricos. Matava os pobres de fome e os ricos de raiva”. A imparcialidade evidentemente só existia na retórica do jornalista. A frase, entretanto, pode soar adequada para os tempos que se aproximam.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Fernando Henrique. “Para onde vamos?” *O Globo*, 3/11/2009.

CHALOUB, Jorge. O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946. *Tese de doutorado em Ciência Política*, IESP-UERJ, 2015.

_____. O liberalismo de Carlos Lacerda. *Dados*, vol. 61, nº 4, Rio de Janeiro, oct./dec., 2018.

_____; PERLATTO, Fernando. Intelectuais da nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. *Insight Inteligência* 72, 2016.

_____; LIMA, Pedro. Os juristas políticos e suas convicções: para uma anatomia do componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v. 49, n. 1, p. 202-252, mar./jun., 2018.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Planalto*: memórias. vol. 3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

_____. *O intelectual e o político*: encontros com Afonso Arinos. CAMARGO, Aspásia(org.). Senado Federal, 1983.

JAGUARIBE, Hélio. O moralismo e a alienação das classes médias. *In*: SCHWARTZMANN, Simon. *O pensamento nacionalista e os cadernos de nosso tempo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

LACERDA, Carlos. *O Poder das Ideias*. Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1964.

_____. *Depoimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

_____. *Discursos parlamentares*: seleta. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

MOTTA, Marly. Carisma, memória e cultura política: Carlos Lacerda e Leonel Brizola na política do Rio de Janeiro. *Locus*, Revista de História, v. 7, nº 2, 2001.

_____. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado. *Nossa História*. Rio de Janeiro, nº 19, p. 72-25, maio, 2005.

PICALUGA, Isabel. *Partidos Políticos e Classes Sociais*: a UDN na Guanabara. Petrópolis: Vozes, 1980.

RANCIERE, Jacques. *Ódio à democracia*. Boitempo, 2014.

A LONGEVIDADE DO LACERDISMO

RANULF, Svend. *Moral Indignation and Middle Class Psychology*. New York: Schocken books, 1964.

RESENDE, Otto Lara. *O príncipe e o sabiá*: e outros perfis. São Paulo Companhia das Letras, 2017.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. As Bases Ideológicas do Lacerdismo, Rio de Janeiro: *Revista Civilização Brasileira*, nº 1, v. 4, p. 9-29, 1965.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*, vol. 1. Ed. UNB, 2015.

5. Os sentidos da crise: um olhar a partir de Junho

A política brasileira contemporânea transcorre sob o signo da crise. Analistas das mais diversas perspectivas convergem, em meio às suas muitas discordâncias, na ideia de que há algo de excepcional no horizonte do país. Periodicamente despontam declarações sobre o caráter trágico e inédito do momento, mesmo quando comparado a períodos particularmente turbulentos do passado nacional. No discurso à direita do espectro político, já surge como lugar comum a ideia de que transcorremos, senão o pior, um dos piores períodos da nossa história. Gustavo Franco, por exemplo, classifica a atual crise como “a pior dos últimos 200 anos”.⁵⁴ O mote não está ausente, todavia, de manifestações mais progressistas, que frequentemente expõem sua perplexidade ante a conjuntura. Bom exemplo é uma recente entrevista de Wanderley Guilherme dos Santos, onde o decano da Ciência Política brasileira afirma não apenas desconhecer situação semelhante na história do país, mas ressalta que mesmo nas investigações de política comparada é difícil encontrar tempo de tamanha desestruturação.⁵⁵ Se a doença é incontroversa, há, como é natural no mundo da política, enormes embates em torno do diagnóstico. Disputa-se não apenas o tipo da patologia, mas também suas decisivas causas.

Não faltam razões para as divergências em torno da morfologia da crise. Podemos remetê-las a distintas percepções sobre a natureza humana, o papel da política, o funcionamento do mundo econômico, as responsabilidades do Estado, o conteúdo da democracia, dentre outros vetores capazes de reconstruir a complexidade das disputas políticas contemporâneas. Este texto, nos seus evidentes limites, pretende reconstruí-las com ênfase nas interpretações sobre um evento decisivo da nossa história recente: as Jornadas de Junho de 2013.

ALGUMAS INTERPRETAÇÕES DA CRISE BRASILEIRA

Uma relevante corrente de interpretação da crise é a neoliberal. Segundo esta narrativa, os males se encontram na Constituição responsável pelas regras do jogo da Nova República, a qual não responderia aos novos ares hegemônicos após a queda do Muro, mas daria continuidade à velha estatofilia brasileira, alheia

54 Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1950157-gustavo-franco-defende-valor-de-moeda-nacional-em-livro.shtml>.

55 Sintomática, neste sentido, é recente declaração de Wanderley Guilherme dos Santos, em entrevista publicada em 02/03/2018 no jornal Valor Econômico: “Nunca me deparei com uma circunstância de crise política igual à atual. Nunca vi nada igual a isso e não apenas no Brasil. Há uma desestruturação tão grande no sistema político, uma multiplicação de centros autônomos de decisão arbitrários, que, todavia, não podem ser domesticados, ou enquadrados.” Disponível em: <http://www.valor.com.br/cultura/5356209/um-pais-nas-maos-do-acaso>.

às lógicas do moderno capitalismo. Os pecados de origem teriam sido agravados pela execrada “Nova matriz econômica”, patrocinada, sobretudo após 2011, pela presidenta Dilma Rousseff, a qual reclamava com ainda maior vigor o papel indutor do Estado no desenvolvimento nacional. A retórica crítica não possui traços novos, mas seria plenamente subscrita por personagens como Roberto Campos⁵⁶, assim como remete aos recentes motes sobre o “fim da Era Vargas”⁵⁷ ou à necessidade de um “choque de capitalismo”⁵⁸ no Brasil.

Com o cenário de crise econômica, ela ganhou nova força nos meios empresariais, presente tanto na linha editorial da grande imprensa, como na pena de intelectuais como Gustavo Franco, Marcos Lisboa, Armínio Fraga e Samuel Pessoa. Este último, tem sido o mais assíduo publicista dessa corrente, como demonstra seu debate recente com Fernando Haddad, nas páginas da Revista Piauí. Pessoa, em texto sobre os fundamentos da crise econômica de 2015, expõe exemplarmente sua linha argumentativa, ao atribuir a atual situação não apenas a “revisita ao modelo estatizante do Governo Geisel”, como a “um possível esgotamento do contrato de redemocratização” (PESSOA, 2015, p. 11). Não são triviais, entretanto, os obstáculos para a popularização desta perspectiva, para além dos espaços de parte substantiva da elite econômica e determinados setores da classe médias. Mesmo os *surveys* realizados em espaços supostamente simpáticos a tal proposta, como o organizado por Esther Solano e Pablo Ortellado nas manifestações de 2015, tem demonstrado explícita resistência da população a esta retórica liberalizante.⁵⁹ Justamente por este motivo, personagens simpáticos ao atual governo, inclusive o próprio Michel Temer, frequentemente aludem a seus escassos vínculos com a vontade popular como virtudes para a implantação da agenda liberalizante: “Apresentei e fiz tudo o que o Brasil precisa. A popularidade é uma jaula.”⁶⁰. Assim, a chegada ao poder através de uma conspiração, a baixíssima popularidade de Temer e a dificuldade de vislumbrar a possibilidade de um sucessor diretamente vinculado ao governo – todos fatos usualmente desfavoráveis em ordens democráticas – tornam-se vantagens, já que permitem a implantação de uma agenda incapaz de triunfar eleitoralmente, mesmo com o evidente apoio da quase totalidade da mídia. As reformas se mostram capazes de vencer, esmo que parcialmente, apenas através de um golpe.

56 Para uma argumentação exemplar no pós-1989, ver CAMPOS, 1991.

57 A expressão é de Fernando Henrique Cardoso, em seu discurso de despedida do Senado, em 1994.

58 O termo é de Mario Covas, em discurso parlamentar proferido em 1989.

59 Survey disponível no seguinte link <http://gpapai.usp.br/pesquisa/160815/>, 88.60% e 92.30% dos manifestantes de 2015 na Paulista defendem que o Estado deve ser responsável por fornecer, respectivamente saúde e educação para toda a população.

60 https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/12/23/interna_politica,926662/temer-diz-que-popularidade-e-uma-jaula-e-impede-governante-de-realiz.shtml.

Mais popular é uma retórica de decadência moral do país. Com forte ênfase nos temas comportamentais e nos direitos de minoria, muitos atores apostam em discurso com forte feição conservadora e até mesmo reacionária. Arma-se, neste sentido, um ataque contra novas formas de sociabilidade, padrões de sexualidade e valores, vistos como sintomas de uma crise maior, que é consequência, e não causa, do mundo da economia. Não estamos diante de um fenômeno exclusivamente brasileiro. Autores de perspectivas diversas, como Jurgen Habermas (2015) e James Hunter (1991), já apontam há algum tempo a preocupação de uma nova direita com o terreno da cultura, responsável, nas palavras do autor alemão, por um preciso tipo de neoconservadorismo, que compõe o elogio à modernidade econômica, o capitalismo, com a crítica à modernidade cultural. O cenário nacional, entretanto, tem se mostrado extremamente receptivo para tal discurso, que encontra grande recepção nas redes sociais, é responsável por seguidos sucessos editoriais e serve de bula para um candidato à presidência, Jair Bolsonaro, com significativos índices de intenção de voto nas pesquisas. No campo dos intelectuais públicos desse movimento, tem destaque figuras como Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo, Denis Lerrer Rosenfield, Luiz Felipe Pondé, dentre outros, todos marcado por um orgulhoso pertencimento ao campo da direita, o que, já a primeira vista, os distingue de possíveis precursores, mais afeitos a negar a relevância da distinção direita/esquerda. A perspectiva também se distingue por outras características, como o forte tom moral da sua argumentação, a visão extremamente crítica da história nacional, uma certa retórica realista, dentre outros aspectos (CHALOUB & PERLATTO, 2016).

O convívio e alianças recentes entre os dois grupos não devem ofuscar as importantes distinções analíticas. Entre o acento neoliberal do primeiro e a feição neoconservadora do segundo há diferenças importantes. Se ao abandonar a tradicional resistência do conservadorismo ao grande capital os neoconservadores se aproximam do neoliberalismo em concepções econômicas, a ênfase nos temas culturais ganha tom diferente nas duas correntes, a ocupar papel central no neoconservadorismo e surgir apenas como ponto de ataque a intervenções estatais destinadas a redução da desigualdade dentre os neoliberais. Tal concepção tem, por sua vez, outras consequências, já que reduz a importância da economia, pedra angular do mundo neoliberal, para os neoconservadorismos.

Por outro lado, os ganhos interpretativos das tradições não podem esconder que o campo da nova direita brasileira não se caracteriza por adesões irrestritas ou tipos puros dessas linguagens, mas é antes composto por um complexo amalgama de ideários. Ganha força, neste cenário, uma peculiar composição entre neoliberalismo e neoconservadorismo, que superam as diferenças de suas tradições de origem, o conservadorismo e o liberalismo, para compor um discurso de forte acento moral. Boa parte dos políticos e intelectuais possui

uma linguagem mais confortável, conjugando mais naturalmente os verbos neoliberais ou neoconservadores, mas não deixa de transitar bem entre outros idiomas. A fortuna tem sorrido com maior facilidade para os personagens mais maleáveis desse campo, que, por exemplo, não hesitam em acenar com o neoliberalismo atrás do apoio do empresariado, ao mesmo tempo em que recorrem ao neoconservadorismo em seus discursos para as massas.

O Judiciário e o Ministério Público foram fortemente mobilizados por tais linguagens. Influenciados pelos amplos poderes abertos ao mundo jurídico na Constituição de 1988 e pelos ares pós-positivistas de outras latitudes, juízes e promotores assumiram um papel de reformadores sociais, prontos para expurgar os longevos males da sociedade brasileira. Há, entretanto, uma mudança tanto no sentido quanto no grau deste movimento. Em outros tempos, a forte Judicialização da Política e das relações sociais foi aproveitada sobretudo pelas esquerdas, hábeis em utilizar os tribunais como campo para promover avanços dificilmente conquistados através do Legislativo (VIANNA et al., 2007). Recentemente, a Judicialização da política não tem ocorrido pela provocação dos partidos políticos e movimentos sociais, como predominava outrora, mas passa sobretudo pela movimentação autônoma de juízes e promotores, os quais, por sua vez, se mostram especialmente porosos à expansão das ideias de direita presentes no país. Ideário de reforma social por meio do direito, o pós-positivismo perde seu feitio progressista, e é mobilizado em cruzada contra a política partidária e o Estado (ABREU, 2018), vistos como intrinsecamente corruptos (CHALOUB & LIMA, 2018).

Dentre as esquerdas, duas leituras se destacam. Uma primeira, próxima ou elogiosa ao petismo, vê na crise a resistência de grupos sociais com amplo estoque de capital político ao projeto petista, que mesmo com seu feitio muitas vezes moderado ameaçou padrões de privilégio de classe e lógicas de atuação da burguesia nacional. Dois intelectuais são representativos de inflexões nesta interpretação: André Singer e Jessé Souza. O primeiro ressalta o papel da grande burguesia nacional na desestabilização do Governo Dilma, motivada pela oposição à tentativa da presidenta de passar de um “reformismo fraco” para algo mais próximo de um “reformismo forte”, através das suas intervenções nos setores bancário, de energia elétrica e na sua condução das taxas de juros. Sem uma mobilização social mais ampla e com uma anacrônica aposta em uma distinção entre capital produtivo e financeiro, os quais se encontram plenamente integrados no capitalismo contemporâneo, o governo Dilma se mostraria presa fácil a ação organizada do mundo empresarial e das direitas (SINGER, 2015). Singer interpreta a política a partir da classe social lida pela chave marxista, buscando sempre relacionar os movimentos da política institucional aos interesses dos grupos sociais organizados.

Jessé Souza, por sua vez, trata a luta de classes mais pelas lentes de Bourdieu que pelas assertiva de Marx. Ele vê no terreno do capital cultural o fator primordial

para a hegemonia de uma das quatro classes por ele identificadas no Brasil contemporâneo: a dos “endinheirados”. É por meio de uma narrativa amparada na ideia de patrimonialismo, que tem na releitura de Gilberto Freyre por Sergio Buarque de Holanda seu grande momento, que essa reduzida elite do dinheiro convence a “classe média e suas diversas frações” a sujar as mãos, arcando “com o trabalho diário da dominação social realizada em nome dos endinheirados” (SOUZA, 2016, p. 59). A criação de um mito nacional de demonização do Estado através da corrupção, que tem dentre seus colaboradores valorosos Raymundo Faoro, permite justificar a dominação dos endinheirados não apenas sobre a classe média, mas sobretudo sobre as duas outras classes historicamente exploradas: a classe trabalhadora e a ralé estrutural. O golpe de 2016 não mobiliza discursos ou intenções novas na história brasileira, mas retoma o velho mote da corrupção, destinado apenas a garantir a posição privilegiada dos endinheirados. Sua motivação conjuntural decorre da resistência contra os governos petistas, que representariam um dos maiores esforços de inclusão social da história brasileira. Contra esse movimento, ganha força um “racismo de classe” que encontra em antigas fórmulas um impulso para organizar movimentos de caráter “proto-fascistas” com grande aceitação na classe média e forte apoio da mídia. Seria esta movimentação, fortalecida a partir de 2013, o grande fator a impulsionar o golpe.

A segunda interpretação no campo da esquerda constrói uma crítica do projeto petista. Ela também comporta duas inflexões: uma no campo do marxismo, que tem entre seus representantes Ruy Braga, e outra próxima do campo do autonomismo, representada por Vladimir Safatle. Braga vê a crise como consequência da incapacidade do lulismo – entendido como “modo de regulação dos conflitos classistas” (BRAGA, 2016, p. 57) – de continuar a promover a pacificação das disputas de classe. A capacidade promover o “consentimento ativo” das bases e o “consentimento passivo” das direções decaiu após 2013, movimento que serve como demonstração da precariedade da hegemonia lulista, apoiada num virtuoso ciclo de commodities e na criação de empregos, em sua quase totalidade, de baixa remuneração. As naturais insatisfações dessa nova composição de classe do lulismo promoveram uma onda grevista “inédita na história do país” em 2013, revelando às classes dominantes a incapacidade da burocracia sindical de dominar as próprias bases. Paralelamente a isto, a perda de espaços de privilégio das classes médias, como a Universidade e o aeroporto, aproximaram tais setores de um ideário de direita, que serviu de fermento às manifestações contra o Governo Dilma Rousseff e o PT. Neste cenário, os grandes grupos empresariais teriam imposto a presidente um aprofundamento da “estratégia de austeridade” por meio de um “ajuste recessivo”, pauta parcialmente cumprida, mas não o suficiente para garantir a sobrevivência do governo. Braga, deste modo, vê nos efeitos evidentes da crise na política institucional apenas “a face visível de uma crise orgânica cujas

raízes encontram-se na própria estrutura social do país” (BRAGA, 2016, p. 59), a qual revela, por sua vez, os profundos limites do projeto lulista.

Safatle, por outro lado, aponta raízes ainda mais profundas para a presente crise, diretamente relacionadas ao fracasso do Nova República. Apenas o “autoengano” pode ofuscar que “o país não foi capaz de produzir uma democracia minimamente viável depois do fim da ditadura militar” (SAFATLE, 2018, s./n.). A ordem política posterior ao regime autoritário se caracterizaria por uma série de farsas: a farsa da “transição pacífica”, enquanto persistia o núcleo de poder da Ditadura; a farsa da “redemocratização”, quando o poder popular persistia longe do governo; a farsa do “combate gradual contra a desigualdade”, em um governo onde os rentistas mantiveram seus privilégios intactos. A eleição de outubro seria, nesse sentido, apenas outra farsa. A única saída, fora o atual flerte com soluções bonapartistas, passaria pela “radicalização democrática inédita”, mediante a “reinstauração da institucionalidade política nacional” (SAFATLE, 2018, s./n.). O filósofo paulista, mais crítico a Nova República e aos governos petistas que Ruy Braga, não iniciou a defesa dessas saídas após o Golpe de 2016, mas já antes, no final de 2015, não hesitava em advogar que “a única saída realmente à altura da crise atual passa pela convocação de uma Assembleia Constituinte extraparlamentar”, em movimento de retorno ao “grau zero da representação”, que permitiria a solução através da emergência de uma “força extraparlamentar” (SAFATLE, 2015).

AS LEITURAS DE 2013

A última seção demonstra a variedade de leituras sobre a crise. Ela permite questionar certa vulgata, intensamente repetida sobre a atual conjuntura, que vê nas produções intelectuais e políticas a simples reiteração de uma polarização entre petistas e tucanos. Segundo tal perspectiva, um dos problemas do presente cenário estaria na incapacidade de entendimento dessas duas forças partidárias, que escolheriam o confronto aberto às soluções de compromisso.

Algumas disputas certamente decorrem das preferências partidárias mais imediatas pelos dois partidos dominantes nos pleitos presidenciais da Nova República. Não há, aliás, nada de anormal no fenômeno, que transcorre de forma semelhante em regimes democráticos frequentemente elogiados por nossos estudiosos da política. Creio, entretanto, que o atual cenário antes reforça movimento oposto. Se algo mudou na mais recente conjuntura talvez tenha sido o enfraquecimento desses pertencimentos como chave de compreensão dos embates públicos atuais. Tanto no campo da direita quanto no da esquerda, cresce a olhos vistos a força de grupos que não se reconhecem nas identidades petista e tucana, mas reivindicam a construção de outros lugares. Evidentemente já existiam aqueles que não se resumiam a tais partidos no debate público, mas sem a perspectiva de crescimento

vista ao longo dos últimos tempos. O fenômeno pode até mesmo não se mostrar nas eleições presidenciais de outubro, já que os resultados eleitorais expressam apenas parte das pulsações do mundo político, mas os movimentos apontam para a presença de novos personagens em cena.

Caso se conforme esta hipótese, resta saber suas razões e compreender como ela influencia a presente conjuntura. É preciso, todavia, antes recusar as utopias oligárquicas que ainda pairam sobre a política brasileira, tão bem expressas no eterno clamor por um entendimento entre PT e PSDB. Há um constante retorno de certo horror ao conflito na cena política nacional, sempre ciosa de buscar soluções de centro e evitar o dissenso aberto. Essa perspectiva vê nos abertos embates entre forças de concepções diversas um aspecto negativo do campo político, não uma expressão de divergências públicas, legítimas tanto pela perspectiva marxista quanto segundo a liberal. Deve-se distinguir a crítica ao aberto questionamento de resultados democráticos feita pelo candidato Aécio Neves - o que pode ser visto tanto como desprezo pelas liberais "regras do jogo" quanto como desrespeito a uma perspectiva mais substancial de vontade popular - do fetiche por soluções conciliatórias que frequentemente ignoram reais distinções de interesses e visões de mundo.

Voltando aos contornos do atual cenário, creio que um olhar sobre 2013 é fundamental para compreender a nuances e transformações do tempo presente. Este texto, em seus limites, não buscará tratar do evento em si - já objeto de algumas boas análises (ALONSO & MISCHÉ, 2016; SINGER, 2013; BRINGEL & PLEYERS, 2015), mas carente, como é natural em fenômenos do seu tipo, de uma compreensão mais aprofundada -, antes preocupado em compreender o lugar de 2013 nos diagnósticos já delineados sobre a crise.

As Jornadas trouxeram evidentes transformações para a cena política brasileira. Primeiramente, foram responsáveis por uma evidente politização das mais diversas esferas da vida. Breno Bringel e Geoffrey Players veem no evento um momento inicial de "abertura societária", onde "emergiram novos espaços e atores que levaram a um aumento da conflitualidade no espaço público e a um questionamento dos códigos, sujeitos e ações tradicionais que primaram no país durante as últimas duas décadas" (BRINGEL & PLEYERS, 2015). Em tempo posterior das manifestações, tem um lugar um tempo de "transbordamento societário", "momento em que o protesto se difunde dos setores mobilizados para outras partes da sociedade" (BRINGEL & PLEYERS, 2015). Em ambos os processos, a política - compreendida como série de reflexões e disputas acerca da coletividade - adentra rincões pouco explorados antes, aumentando, como é natural, a disputa em torno de certos aspectos da sociedade contemporânea.

As Jornadas trazem também algumas mudanças de repertório, entendidas mais como ênfases em gramáticas pouco presentes do que como absoluta inovação.

Há muitas continuidades em meio a mudança, usualmente pouco destacadas nas análises de 2013, que retomam não apenas movimento mais recentes, como a “Revolta do Buzu”, como uma longa tradição brasileira de motins urbanos (CHALOUB, 2013). Por outro lado, é inegável que o evento ampliou o papel das redes sociais na disputa política e construiu um ambiente onde a performance tende a sobrepujar o conteúdo. Conjuguar as variações dessa gramática se torna fundamental para o sucesso político nesses novos tempos.

Por fim, Junho constrói um inegável clima de insatisfação com a ordem vigente, em um sentimento de fastio que tanto assume contornos pouco definidos, como uma recusa aos próprios fundamentos da sociedade, quanto se volta contra aspectos e personagens bem definidos, questionando determinados eventos esportivos ou práticas da elite política. Essa recusa ganha forte conotação moral, surgindo como momento central da **inflação moral** em curso na política brasileira, que remete os conflitos não a disputas em torno de divergência conjunturais, mas a visões de mundo mais amplas organizadas em torno de conceitos inegociáveis de bem e mal, que dificilmente admitem a existência do outro. Algumas análises do cenário político nacional tomam a **inflação moral** pelo aumento da polarização da cena política, ignorando que é justamente a dificuldade de lidar com as multiplicações de polos de ação munidos de uma exclusiva ética da convicção – os quais tem no Judiciário, Ministério Público e Polícia Federal lugares privilegiados – o fator mais complexo da atual conjuntura.

Em meio aos ventos da mudança, os primeiros atingidos são os mais diretamente identificados com a antiga ordem. Não era simples a tarefa de PT e PSDB antes esta conjuntura. Fazia-se necessária uma boa dose **virtu** para sobrepujar tantos desafios da fortuna. Os partidos, entretanto, não apenas fracassaram em suas estratégias como parecem insistir nos erros já cometidos. No caso dos tucanos, legenda que deriva boa parte da sua força do amplo apoio dentre o empresariado, os erros são menos custosos e menos sentidos, mesmo que sua tarefa – por suas mais bem estabelecidas ligações em setores da mídia e da classe média – seja, sem dúvida, mais fácil. Já os petistas, portadores de vínculos com setores identificados às grandes mobilizações da redemocratização e da década de 1990, são duramente atingidos por sua acrimônia às mobilizações, que os priva do papel de ator portador da transformação – mesmo que gradual, em tempos de governo – da sociedade brasileira, imagem tradicionalmente vinculada ao partido.

O vínculo entre 2013 e 2016, as Jornadas e o Golpe, é estabelecido por boa parte dos mais relevantes intelectuais do PT. Singer – seja em sua análise das Jornadas ou nos artigos de conjuntura na Folha de São Paulo – surge como exceção, mais moderado ao estabelecer relações causais e complexo em seu

olhar para as manifestações.⁶¹ Outras importantes vozes ligadas ao partido, como Fernando Haddad e Jessé Souza, não titubeiam em afirmar a direta relação entre os eventos. O ex-prefeito de São Paulo declara, sem meias medidas: “Tenho para mim que o impeachment de Dilma não ocorreria não fossem as Jornadas de Junho.” (HADDAD, 2017). Jessé Souza, por sua vez, em texto mais marcado por adjetivos, também vaticina sem medidas: “Existe uma linha clara de continuidade entre as glorificadas e midiaticamente manipuladas manifestações de junho de 2013 (...) e o golpe de abril de 2016.” (SOUZA, 2015, p. 87). O sociólogo vai além e vê em 2013 o momento no qual surgiu o ovo da serpente, ou seja, as articulações entre o Judiciário e a mídia, que interromperam o ciclo virtuoso dos governos petistas. Ele admite que havia material para crítica, sobretudo por parte dos “batalhadores” emergentes que encontravam empregos de baixa remuneração, mas defende que o modo pelo qual a contestação foi conduzida foi explicitamente manipulado pela grande imprensa.

É inegável a diversidade ideológica das manifestações, sobretudo no momento posterior a perda do protagonismo do Movimento Passe Livre, que predominou no início dos protestos com sua gramática autonomista (ALONSO & MISCHÉ, 2016). Como bem apontam Angela Alonso e Ann Mische, após um período inicial de predomínio do autonomismo logo desponta num segundo momento um repertório tradicional socialista, até que, por fim, afluem os grupos afeitos a uma gramática classificada como patriótica, que mereceu destaque da mídia e se mostrou capaz de mobilizar um maior número de pessoas. Dentre o grupo adepto deste vocabulário nacionalista, havia também uma ampla variedade de grupos e discursos (ALONSO, 2017, p. 52), que iam de amplos segmentos sem preferências políticas explicitamente formuladas a setores da classe média entusiastas de um vocabulário liberal, chegando à pequenos grupos fascistas. A multiplicidade ganha ainda mais força pela extensão nacional dos movimentos, presentes, com tons diversos, em locais que iam muito além das grandes capitais (ABREU, 2016).

Apesar do predomínio dos tons verde-amarelos e da inegável tentativa de enquadramento da mídia, que tem na reiterada menção à PEC 37 fato exemplar, tratava-se de um campo aberto ao jogo político, que se, por um lado, seria travado em campo desfavorável aos que estavam no governo, por outro, já tendia a produzir resultados ainda mais desastrosos quando da simples recusa ou caricatura dos movimentos. Afinal, é no mínimo pouco pragmático convencer os que estiveram na rua, com a exceção dos militantes mais aguerridos, de que tomaram parte em uma farsa.

61 Mesmo que eu considere problemáticas duas caracterizações das Jornadas em seu mais importante texto sobre o tema (SINGER, 2013): a ideia de que tenha vigorado o pós-materialismo, como preceitua Inglehart, e a vaga caracterização de um predomínio do centro, conceito de difícil aplicação em *surveys* por sua excessiva ambiguidade.

O caráter ambíguo de 2013 fica explícito pela própria postura de setores da nova direita que ganharam força com o movimento, dentre os quais predomina uma narrativa que busca opor a balbúrdia esquerdista das manifestações de 2013 aos ordeiros protestos de 2015. Em texto de 21 de junho de 2013, Reinaldo Azevedo caracteriza os protestos como “superestimados” e ressalta o papel da imprensa: “protestos foram superestimados e, em boa parte, estimulados por setores da imprensa que tentam colar nas redes sociais num esforço meio desesperado e vão de acompanhar o frenesi” (AZEVEDO, 2013, s./n.). Em 12 de março de 2015, o colunista busca distinguir os protestos de 2013 dos de 2015, em artigo cujo título já expõe quase todo o argumento: “Março de 2015 não tem nada a ver com Junho de 2013” (Azevedo, 2015, s./n.). Rodrigo Constantino (2015) segue caminho semelhante em texto de 04 de agosto de 2015, opondo as manifestações de 2013 - movimentos de massa insuflados por esquerdistas e próximos a desvios totalitários - dos eventos de 2015, que seriam manifestações com uma pauta bem definida.

Mais atento a sua linguagem e preciso em seus cálculos políticos, o Movimento Brasil Livre (MBL) não ataca explicitamente 2013, mas silencia sobre o momento que deu um impulso fundamental o próprio MBL. Nos dois vídeos sobre trajetória do grupo em destaque na sua página oficial,⁶² um com texto de Renan Santos e outro escrito pelo mesmo ao lado de Kim Kataguiri, há uma ênfase em 2016 - visto como grande vitória dos heróis do MBL contra os “zumbis” da esquerda presos na “Matrix” de uma imprensa e de sistema educacional corrupto - mas uma ausência das Jornadas.

Com a exceção de Olavo de Carvalho, que à época estimulou os protestos como forma de derrotar as esquerdas e depois passou a atacar as demais forças da Nova direita, os demais atores do campo se mostraram temerosos em apostar num movimento que todo o tempo investiu na direta contestação, frequentemente violenta, de uma ordem que, apesar da retórica antiestablishment da nova direita, acaba responsável pelo próprio surgimento desta. Uma breve consulta aos financiadores de **think tanks** como Millenium e Instituto Liberal, assim como das relações dos movimentos sociais e atores com partidos tradicionais da direita brasileira, demonstram isso.

O PSDB se mostrou, desde o início, ambíguo ante o movimento, que ganhava feição positiva como forma de contestar a longa hegemonia petista, então sem nenhum sinal de esmorecimento, mas, por outro lado, aparecia como ameaça à liderança do partido na oposição e concedia demasiada força às ruas. Os diretos danos sofridos por Geraldo Alckmin, após uma selvagem repressão aos protestos no seu início, por certo também contribuíram para uma postura de crítica e defesa ante o inesperado sugerido pelas Jornadas. Destoa, nesse sentido, entrevista de

62 Disponível em www.mbl.org.br.

Fernando Henrique Cardoso⁶³ no calor dos acontecimentos, quando ele aproveita o movimento para fazer críticas ao PT e lamenta que os partidos não tenham “capilaridade” para aproveitar a força de Junho. As razões da falta de capilaridade passam não apenas por fatores organizacionais, como o termo pode sugerir, mas pela dificuldade dos tucanos de ganharem eleições presidenciais com um discurso francamente impopular ante a maioria da população. Não sem o motivo o partido abandonou na campanha de 2014 sua postura tendencialmente progressista no campo dos costumes, da qual a política de drogas era um bom exemplo, e passou a abraçar pautas ícones de uma direita de tintas morais, como a redução da maioridade penal.

Os movimentos dos atores mais direita mostram que, não obstante as dificuldades de lidar com manifestações dessa monta à frente do governo, Junho criou um espaço para o PT não apenas ganhar dividendos políticos, mas se renovar em meio a seu franco processo de burocratização. Leituras como as de Jessé Souza e Haddad, entretanto, prevaleceram e o petismo acabou engolfado não pelas Jornadas, mas por manifestações derivadas das suas consequências, como as de 2015 e 2016. O diagnóstico da crise atual do partido não apenas persiste em tal percepção, mas responsabiliza explicitamente 2013 pelo fim de um ciclo virtuoso. Coube aos setores à esquerda do partido, organizados em torno do PSOL, uma leitura positiva dos eventos, exposta nas visões sobre a crise de intelectuais como Ruy Braga e Vladimir Safatle. Mesmo ante uma direita que, quase predominantemente negava legitimidade às ruas de 2013, já que encontrou outras manifestações para chamar de suas, o partido majoritário da esquerda brasileira manteve arisco ao evento, retratando-o, com frequência, como uma astuciosos seus adversários. A fortuna não favoreceu o PT, atingido pela força das ruas e por conspirações golpistas, mas sem dúvida faltou virtude para confrontá-la.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Rafael. ***Ainda sobre junho/2013***: heterogeneidades e homogeneidades no território nacional – proposta para uma agenda de pesquisa. Disponível em: <https://revistaescuta.wordpress.com/2016/05/23/ainda-sobre-junho2013-heterogeneidades-e-homogeneidades-no-territorio-nacional-proposta-para-uma-agenda-de-pesquisa/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. ***Bulletin of Latin American Research***, v. 36, nº 2, abr., p. 139-280, 2017.

63 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1299535-nenhum-partido-vai-ganhar-com-protestos-afirma-fhc.shtml>.

ALONSO, Angela. A política das ruas. *Novos Estudos Cebrap especial*, junho, p. 49-58, 2017.

BRAGA, Ruy. O fim do lulismo. *In*: Jinkings, Ivana; Doria, Kim; Cleto, Murilo (orgs.) **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016.

AZEVEDO, Reinaldo. Brasil Cadê as ruas? A turma do “não é pelos 20 centavos” deveria lançar o movimento “Não é pelos R\$ 170 milhões”. *Revista Veja* 20 de setembro de 2013. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/cadê-as-ruas-a-turma-do-nao-e-pelos-20-centavos-deveria-lancar-o-movimento-nao-e-pelos-r-170-milhoes/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. Março de 2015 não tem nada a ver com Junho de 2013. Ou: Mais fervura na água do estado de direito. *Revista Veja*, 12 de março de 2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/marco-de-2015-nao-tem-nada-a-ver-com-junho-de-2013-ou-mais-fervura-na-agua-do-estado-de-direito/> Consultado em 15 de dezembro de 2021. Leia mais em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/marco-de-2015-nao-tem-nada-a-ver-com-junho-de-2013-ou-mais-fervura-na-agua-do-estado-de-direito/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRINGEL, Breno. Sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. *In*: **Dossiê Temático (NETSAL): As Jornadas de Junho em perspectiva global**. Rio de Janeiro. Dez., p. 18, 2013.

_____; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois. *Revista Nueva Sociedad*, especial em português, out., p. 07, 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso de despedida do Senado Federal: filosofia e diretrizes de governo**. Brasília: Presidência da República, 1995.

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. Intelectuais da Nova Direita no Brasil: ideias, retórica e prática política. *Insight Inteligência* nº 72, jan./mar., 2016.

CHALOUB, Jorge. **As ressacas de Junho**. Disponível em: <https://revistaescuta.wordpress.com/2016/02/15/as-ressacas-de-junho/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. A eloquência das ruas. *Boletim Cedex* – julho-setembro 2013.

CONSTANTINO, Rodrigo. Qual a diferença entre 2013 e 2015? *Gazeta do Povo*, 04 agosto de 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/qual-a-diferenca-entre-2013-e-2015/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

HABERMAS, Jürgen. A crítica neoconservadora da cultura nos Estados Unidos e na

Alemanha. *In: A nova obscuridade*: pequenos escritos políticos V. São Paulo: Unesp, 2015.

HADDAD, Fernando. Vivi na pele o que aprendi nos livros. *Revista Piauí*, edição 129, junho 2017.

CHALOUB, Jorge; LIMA, Pedro. Os juristas políticos e suas convicções: para uma anatomia do componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, mar., 2018.

PESSOA, Samuel, A Crise Atual. *Novos Estudos CEBRAP* 102, julho, p. 9-14, 2015.

SAFATLE, Vladimir. A Nova República acabou. Carta Capital, 15/03/2015.

_____. Não há redenção por meio de eleições. Folha de São Paulo, 09/03/2018.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas - O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos CebRAP* 102, p. 43-71, 2015.

_____. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP*, 97, nov., p. 23-40, 2013.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

Páginas consultadas

FOLHA DE S. PAULO. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1950157-gustavo-franco-defende-valor-de-moeda-nacional-em-livro.shtml>. Acesso em: dia mês ano.

VALORECONÔMICO. Disponível em: <http://www.valor.com.br/cultura/5356209/um-pais-nas-maos-do-acaso>. Acesso em: dia mês ano

USP. Disponível em: <http://gpopai.usp.br/pesquisa/160815/>. Acesso em: dia mês ano.

ESTADO DE MINAS. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/12/23/interna_politica,926662/temer-diz-que-popularidade-e-uma-jaula-e-impede-governante-de-realiz.shtml. Acesso em: dia mês ano.

VEJA. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/>. Acesso em: dia mês ano.

6. A Constituição de 1988 e os regimes políticos

*Jorge Chaloub
Christian Edward Cyril Lynch⁶⁴*

INTRODUÇÃO

A atual Constituição fez trinta anos em outubro de 2018. O aniversário, porém, passou quase despercebido fora dos círculos jurídicos. Embora próxima de alcançar trinta anos, ela foi idealizada para organizar um regime baseado em valores muito diferentes daquele que agora se avizinha, e que parece fenecer diante de nossos olhos. A resposta não pode ser ensaiada, todavia, sem antes compreender sua trajetória como personagem da história recente do país. Mesmo balzaquiana, essa história ainda está por ser feita; uma história capaz de descrever a riqueza das clivagens que atravessaram seu nascimento e das disputas políticas e ideológicas que marcaram a sua existência até a violenta crise de legitimidade por ela experimentada há cinco anos. Este artigo apresenta um possível ponto de partida. Ele descreverá três momentos do imaginário político-constitucional. O primeiro concerne à questão da natureza e dos limites do poder constituinte e, por conseguinte, do modelo de Constituinte que ficaria encarregada de encerrar o ciclo autoritário (1977-1994). O segundo se refere aos debates jurídicos e politológicos travados depois que o regime político encontrou sua rotina, e que diziam respeito ao seu modelo de governabilidade, ou seja, ao modo por que os poderes políticos – Executivo, Legislativo e Judiciário – deveriam se relacionar (1994-2013). Por fim, o artigo arriscará uma explicação para a atual crise constitucional (2013-2018), partindo da tese de entrelaçamento dos dois modelos por meio dos quais a Constituição vinha sendo interpretada e que até então vinham se complementando: aquele do presidencialismo de coalizão, interpretado por certa versão hegemônica do institucionalismo, e aquele outro, da judicialização da política, interpretado por certa versão do neoconstitucionalismo.

64 Professor de Ciência Política do IESP-UERJ e da UNIRIO.

1. AS ORIGENS INTELECTUAIS DA CONSTITUIÇÃO E AS DISPUTAS ENTRE PROGRESSISTAS E CONSERVADORES DURANTE SUA ELABORAÇÃO (1977-1994)

Desde os seus inícios, o regime militar foi atravessado por uma ambivalência. Seus próceres justificavam-no a partir da necessidade de continuar a perseguir o ideário das reformas e do desenvolvimento, circunscrevendo a democracia aos limites ditados pela ideologia da segurança nacional. Em outras palavras, o regime não podia ou desejava assumir-se abertamente autoritário e por isso manteve um Legislativo, ainda que emasculado; autorizou a existência de um partido de oposição, ainda que limitado; elaborou uma Constituição nova e buscou sempre argumentos jurídicos para os seus atos de força. As contradições resultantes da natureza híbrida do regime foram aproveitadas pela oposição democrática a partir das eleições de 1974. O próprio sucesso do modelo autocrático de desenvolvimento tornou visível o descompasso entre as limitadas instituições criadas pelo regime e os anseios de uma sociedade civil de crescente complexidade. Percebendo a gradual perda de legitimidade e a impossibilidade de sustentar na longa duração as restrições impostas à liberdade, o regime admitiu a necessidade de uma gradual abertura política. Já a oposição buscou o apoio da sociedade para o retorno ao Estado de direito, através da anistia política, eleições diretas para presidente e uma nova Constituição.

A disputa em relação ao modelo de Constituinte expunha diferentes visões sobre o próprio sentido da redemocratização, que opunha aqueles que queriam a mudança do regime de constitucionalidade por reforma àqueles que pretendiam ruptura. Os próprios juristas ligados ao regime, como Miguel Reale e Manoel Gonçalves Ferreira Filho, reconheciam a necessidade de enquadrá-lo em alguma moldura institucional aceitável, na forma de uma “democracia à brasileira” ou “democracia possível” (FERREIRA FILHO, 1972, p. 126). Mas a iniciativa deveria ser do governo militar e passava por uma emenda abrangente da Constituição. A ideia de uma Constituinte era sumariamente rejeitada como demonstração do idealismo utópico de um liberalismo que nunca reconhecera a natureza da cultura nacional e suas prioridades de desenvolvimento na ordem (REALE, 1977, p. 152). A tentativa do regime de neutralizar a vitória eleitoral do MDB por meio do “Pacote de Abril” (1977) tornou a convocação da Constituinte uma prioridade da oposição. Foi por essa época que o jurista e historiador Raymundo Faoro, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), publicaria famoso texto - **Assembleia Constituinte: a legitimidade recuperada** -, no qual combatia a proposta conservadora de se reformar a ordem por emenda à Constituição. Faoro entendia que só uma Constituinte soberana poderia romper com um passado

nacional marcado desde a colonização pela negatividade, obediente à tradição autoritária e patrimonialista ibérica. Apenas o protagonismo da soberania popular evitaria que aquela nefasta herança se perpetuasse através de transformismos conciliatórios (FAORO, 2003 [1981], p. 254-256).

Os setores progressistas se encontravam em uma frente que reunia desde radicais, nos núcleos formados em torno do PT, do PDT e de parte do setor progressista do PMDB, até moderados que pregavam uma transição pactuada, como a maior parte do antigo MDB. A parte majoritária da aliança, todavia, se mostrava inclinada a uma solução intermediária. Antigo líder do PSD, Tancredo Neves declarava: “Não vemos, no Brasil, como transformar a ordem existente brutalmente, de um só golpe, para, em seu lugar, impor, revolucionariamente, a ordem nova. O reformismo lúcido, enérgico, clarividente se nos afigura o método ideal para alcançarmos as metas de uma sociedade pluralista” (NEVES, 2010 [1980], p. 548). Idêntica era a posição de Afonso Arinos de Melo Franco, antigo líder da UDN, cujo constitucionalismo moderado se opunha ao radicalismo de Faoro. Quando começou seus trabalhos, a comissão encarregada de elaborar o anteprojeto, presidida por Arinos, recebeu críticas pelo suposto conservadorismo de seus membros. Conforme se delineava o anteprojeto, todavia, os radicais foram deixando as críticas de lado: tratava-se, nas palavras do principal constitucionalista do grupo, José Afonso da Silva, de “estudo sério e progressista”, os radicais foram deixando as críticas de lado (SILVA, 2009, p. 89). Foi a vez da direita acusar a comissão, como fez Ney Prado: “O texto do nosso anteprojeto, na sua abrangência, revela sua face casuística, preconceituosa, utópica, socializante, xenófoba e, em muitos casos, perigosamente demagógica” (*In*: FERREIRA FILHO, 1987, p. 3). Em **O Anteprojeto dos Notáveis**, Ferreira Filho terminaria pouco depois de fulminar o anteprojeto devido ao seu caráter programático, seu detalhismo, seu verbalismo, sua demagogia, seu “bom-mocismo”, suas promessas impossíveis, sua falta de originalidade, sua xenofobia, sua péssima redação, dentre outros argumentos do tipo (FERREIRA FILHO, 1987, p. 100-105).

O receio de uma Constituição conservadora não se confirmou. Para tanto, concorreram diversos fatores, tais como a mobilização cívica pelas Diretas Já; a influência do constitucionalismo democrático europeu do pós-guerra; a mobilização da sociedade em busca de direitos e garantias; e a baixíssima popularidade do governo Sarney. O clima progressista da época retratava o passado nacional em chave negativa e pretendia refundar do zero a República. O texto final acabou semelhante ao do anteprojeto da comissão Arinos, de que fora José Afonso da Silva o principal colaborador. A adoção do figurino programático da “constituição dirigente”, marcado por um perfil analítico, assegurava o rompimento com os padrões da ordem anterior. Constitucionalizavam-se não apenas as principais questões do jogo político, como as próprias políticas públicas que deveriam ser adotadas

pelos governos a ele submetidos. A dimensão “progressista” da Constituição foi reconhecida pelos próprios conservadores derrotados. Um sintoma desta percepção foi a obra coletiva organizada por Paulo Mercadante, cujo título dava a dimensão da crítica: **O avanço do retrocesso** (1990). A coletânea questionava o suposto anacronismo da nova Constituição, que consagrava um programa socializante sabidamente superado pelos acontecimentos históricos. Entre os autores críticos, estavam José Guilherme Merquior, Miguel Reale, Antonio Paim, Vicente Barreto e Ubiratan Borges de Macedo. A tônica libertária aparecia com toda a força no artigo de Roberto Campos:

A Constituição de 88 praticamente nos exclui das correntes dinâmicas da economia mundial. Gera atmosfera mais adequada a sociedades cartorial-mercantilistas do passado que às sociedades do presente, caracterizadas pela integração dos mercados e interdependência tecnológica. Numa sociedade dinâmica, a Constituição deve confinar-se às normas de organização e funcionamento do Estado e aos direitos fundamentais do cidadão. Conquistas sociais não se alcançam por simples inserção no texto constitucional. Dependem da produtividade da sociedade, das prioridades orçamentárias, da criatividade dos indivíduos, da conjuntura das empresas (CAMPOS, 1990, p. 138).

Mas a Constituição atravessou seus primeiros anos sob o signo da desilusão. Contribuíram para isso a queda do Muro de Berlim, o desaparecimento da União Soviética, a crise dos Estados de Bem-Estar e o prestígio do neoliberalismo na Inglaterra e nos Estados Unidos, a recusa inicial do Judiciário em assumir seus novos papéis constitucionais, o fracasso dos governos Sarney e Collor no combate à crise econômica e à inflação. Os conservadores apostaram tanto na revisão constitucional de 1993, que constitucionalistas como Paulo Bonavides e Marcelo Cerqueira vieram a público alertar sobre os riscos do retrocesso nela embutido (BONAVIDES, 1991; CERQUEIRA, 1993). A verdade é que a revisão resultou pífia, tendo retocado a Carta em pontos secundários. Mais atenção mereceu a campanha em torno do plebiscito sobre o regime e a sistema de governo, que opôs o PSDB, na defesa do parlamentarismo, a PT e PDT, na preservação do presidencialismo. No campo acadêmico, a querela teve como protagonistas Bolívar Lamounier e Wanderley Guilherme dos Santos. Bolívar argumentava que a democracia brasileira se assentava sobre um tripé exaurido: o corporativismo, o consociativismo e a presidência plebiscitária. O parlamentarismo conviveria melhor “com a pluralidade, com a fragmentação, com o pluripartidarismo que aí está (...). Ele terá mais flexibilidade, mais maleabilidade para ajustar-se à realidade pluriforme e fragmentada da política brasileira” (LAMOUNIER, 1993, p. 51). Já Wanderley alegava

não haver garantias de que a “pajelança institucional” parlamentarista funcionasse à luz da história e da cultura política nacionais, acusando os parlamentaristas de incorrem em reificação institucional (SANTOS, 1994, p. 22). No que tange ao regime de governo (monarquia ou república), o clima da época continuava tão progressista que os próprios defensores da monarquia, como Mario Henrique Simonsen, não acenaram com a tradição, mas com sua “modernidade” em matéria de democracia liberal. Apontaram como exemplo a bem-sucedida restauração monárquica promovida na Espanha, então governada por um primeiro-ministro socialista (SIMONSEN, 1993). Embora o plebiscito de 1993 tenha sido vencido pelos presidencialistas, as eleições presidenciais do ano seguinte levaram ao Planalto, na esteira do exitoso Plano Real, de um parlamentarista e expoente do liberalismo progressista, Fernando Henrique Cardoso. Ele não só aderiu ao presidencialismo como fez aprovar a emenda da reeleição, prosseguindo a abertura da economia ao liberalismo, sustentado por uma base parlamentar exemplarmente ancorado no **presidencialismo de coalizão** por ele planejado.

2. A ROTINA POLÍTICO-PARTIDÁRIA DO REGIME CONSTITUCIONAL E OS DEBATES EM TORNO DO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO E O NEOCONSTITUCIONALISMO (1994-2013)

A oposição entre PSDB e PT ao longo do plebiscito foi o prelúdio da animosidade que polarizou a política brasileira pelas duas décadas seguintes. Ao longo da decadência do regime militar, as duas agremiações haviam apontado, de formas distintas, para a ruptura com a tradição supostamente estatista e autoritária do Brasil, conforme o diagnóstico de Raymundo Faoro (aí incluso o “populismo” trabalhista). Como tal, tucanos e petistas apostaram em uma agenda crítica do papel histórico do Estado na sociedade brasileira. Em seu berço, o PSDB acusava o PMDB de terem preferido “aderir às estruturas autoritárias do Estado em vez de reformá-las”, compactuando com a “ineficiência burocrática, no empreguismo, no clientelismo e na corrupção” (PSDB, 1989). Identificando o estatismo com autoritarismo, os próceres tucanos acreditavam que o advento da modernidade brasileira passava pela sociedade de mercado. Era o que sustentava Mário Covas em junho de 1989: “Basta de tanto subsídio, de tantos incentivos, de tantos privilégios sem justificativas ou utilidade comprovadas. Basta de empreguismo. Basta de cartórios. Basta de tanta proteção à atividade econômica já amadurecida. Mas o Brasil não precisa apenas de um choque fiscal. Precisa também de um choque de capitalismo” (COVAS, 1989). Encerrando a longa crise inflacionária, o sucesso do Plano Real deu ao partido – FHC – um candidato com chances reais de poder.

Em seu discurso de despedida do Senado Federal, Fernando Henrique expôs seu objetivo maior: acabar com o “legado da Era Vargas”:

Eu acredito firmemente que o autoritarismo é uma página virada na história do Brasil. Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda atravança o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas – ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado Intervencionista.

Do ponto de vista constitucional, o legado getulista encontrava expressão justamente em determinadas expressões da Carta de 1988. A opção pelo controle estatal de certos setores da economia e serviços essenciais, assim como o protagonismo do Estado na condução da política econômica, exprimiam uma visão de país que, consagrada pela primeira vez na Constituição de 1934, passara relativamente incólume por todas as sucessoras. Por outro lado, o pensamento político de Fernando Henrique ecoava tanto as formulações liberais radicais de Faoro, que identificava os males que assolam a trajetória nacional na atuação de um Estado patrimonialista herdado da colonização, quanto suas próprias reflexões, desenvolvidas em seu tempo de sociólogo político em São Paulo. Sua presidência operou uma ampla cirurgia na Constituição, destinada a despi-la, o tanto quanto possível, de sua roupagem varguista. Entretanto, Cardoso manteve distância dos argumentos neoliberais de Hayek ou Mises, que tinham poucos adeptos no país. Preferiu associar-se aos movimentos de “terceira via” que empolgavam parte considerável da socialdemocracia internacional, vendo na redução do intervencionismo um meio de combater a estagnação atravessada pelos Estados de Bem-Estar social. A companhia do PFL, porém, e a crescente adesão da ala direita do PSDB a postulados de economistas monetaristas acabavam por embaralhar o liberalismo social da “terceira via” com o neoliberalismo.

A tendência do PSDB de converter-se em um partido liberal mais arquetípico teve como fator suplementar a crescente polarização com o PT. O PT havia surgido nos anos 1970 sob o signo da ruptura com o passado e construindo sua identidade com idênticas críticas ao nacional-estatismo e à sua tradição sindical, rejeitada como “pelega” (VIANNA, 2002). Símbolo maior dessa postura havia sido a famosa declaração de Lula segundo a qual a Consolidação das Leis do Trabalho seria o “AI-5 dos trabalhadores”. A condenação das tradições da esquerda nacionalista, vinculadas ao trabalhismo e ao comunismo, era uma constante. A hegemonia deveria partir da sociedade e não do Estado, considerado uma esfera autônoma e hipertrofiada pairando sobre a realidade nacional, conforme concordavam intelectuais como Florestan Fernandes, Raymundo Faoro, Francisco Weffort e Dalmo de Abreu Dallari. Inconformado com o texto final da Constituição, que lhe parecia tímido demais,

o PT a denunciou em seus anos iniciais a Carta. Mas a polarização com o PSDB, somada à conquista do partido por correntes mais pragmáticas, mudou o antigo modo petista de ver as coisas. Os petistas passaram a defender o texto original da Constituição, reputado “progressista”, contra o ímpeto reformador do PSDB, atacado como “neoliberal”.

Foi durante a presidência de Fernando Henrique, portanto, marcado pela polarização com o PT e sustentado pelo presidencialismo de coalizão – isto é, a repartição de ministérios e cargos na administração federal como meio de obtenção de maiorias parlamentares –, que o regime de 1988 encontrou sua rotina. Ao longo desse período, marcado pela estabilização e pelo avanço da agenda social, o debate constitucional foi dominado pela discussão em torno de como os poderes deveriam se relacionar e pelos desafios para a consolidação de uma cultura democrática. Em que pese as diferenças entre os respectivos campos, tanto a Ciência Política neoinstitucionalista quanto a Ciência Jurídica neoconstitucionalista encararam o texto constitucional com o mesmo ânimo de conferir-lhe efetividade. A Ciência Política debateu a natureza positiva ou negativa do arranjo instituído entre os poderes Executivo e Legislativo pelo presidencialismo de coalizão. Já a Ciência Jurídica tratava de absorver a teoria do neoconstitucionalismo, entendida como uma filosofia e hermenêutica da Constituição, responsável por nortear o processo de judicialização da política decorrente do desenho institucional da Carta de 1988, que conferira grande centralidade ao Judiciário e ao Ministério Público.

Na Ciência Política, o neoinstitucionalismo emergiu na década de 1990 com os estudos relativos ao trânsito dos regimes autoritários para os liberais perderam centralidade. Pelo menos duas grandes perspectivas aí despontaram na esteira do debate do plebiscito de 1993. Algumas análises sobre o sistema político consagrado pela Constituição retratavam-no como marcado pelos mesmos vícios que haviam levado à derrocada da República de 1946. Brazilianistas como Scott Mainwaring e Barry Ames viam a combinação de presidencialismo, voto proporcional, lista aberta e federalismo uma fórmula explosiva, propensa a produzir uma ordem instável e personalista. A incentivo à fragmentação de partidos ideologicamente vazios e paroquiais impediria a governabilidade. Esta interpretação crítica das escolhas institucionais dos constituintes, foi desafiada por cientistas políticos como Argelina Figueiredo e Fernando Limongi, para quem as regras de funcionamento do Congresso Nacional, o poder de agenda da Presidência da República e as prerrogativas dos líderes partidários garantiriam a governabilidade. As maiorias parlamentares indispensáveis à estabilidade decorreriam do “grau de colaboração do Congresso e sua disposição em cooperar para a aprovação da agenda do governo” e do manejo adequado dos “poderes legislativos presidenciais” (FIGUEIREDO & SANTOS, 2016, p. 204). A cena era assim diferente daquela de 1946, quando o constituinte optara por um Executivo fraco. Ao contrário,

o Poder Executivo criado em 1988 passara a deter “poder de agenda” sobre o Congresso, graças ao considerável aumento de seus poderes legislativos herdados do regime militar. Em momento de fortes ataques à Constituição, a perspectiva institucionalista favorecia à aposta na carta constitucional enquanto documento capaz de superar os entraves da sociedade.

No campo do Direito, buscando legitimar o crescente papel do Poder Judiciário, ganhavam destaque novas doutrinas constitucionais de caráter pós-positivista. Os juristas progressistas se opunham ao regime militar criticando o positivismo jurídico pela via do marxismo e da apologia de formas supostamente espontâneas de regulação do social. Essa crítica não era capaz, porém, de proporcionar alternativa ao positivismo. Ela foi sendo criada ao longo da década de 1980 por juristas como Paulo Bonavides e José Afonso da Silva, que revitalizaram o direito constitucional recorrendo ao novo constitucionalismo desenvolvido na Europa depois da Segunda Guerra (BONAVIDES, 1991; SILVA, 2009). Extraído da experiência italiana, portuguesa e espanhola, a nova doutrina que tinha a obra de Canotilho como referência central recomendava constituições “dirigentes” capazes de constranger governantes e legisladores a seguirem diretrizes progressistas. Ao mesmo tempo, elas se orientavam conforme uma hermenêutica que reconhecia o caráter relativamente indeterminado da norma e atribuía ao juiz papel de relevo na efetividade das regras e princípios constitucionais. Ao longo da década de 1990, aquela orientação sofreu a inflexão decorrente do desaparecimento do socialismo real e da recepção do neoconstitucionalismo alemão, por meio de autores como Konrad Hesse e Peter Häberle e Friedrich Müller; e, por fim, do impacto das teorias da Justiça norte-americanas formuladas por liberais como Ronald Dworkin e John Rawls.

A nova configuração “neoconstitucionalista” encontrou sua expressão arquetípica na obra do jurista fluminense Luís Roberto Barroso. Contra o que julgava ser uma história de permanente inefetividade constitucional, marcada por falsas promessas de liberalismo feitas por elites insinceras, Barroso apostou em um projeto de revitalização da disciplina por intermédio da jurisdição constitucional (LYNCH & MENDONÇA, 2017). A **doutrina da efetividade da Constituição** passou a tratar princípios constitucionais como regras e, devido aos seus enunciados relativamente vagos, autorizaria o juiz a interpretá-los com discricionariedade ampla em certos casos a fim de concretizá-los conforme valores políticos éticos e comunitários. O advento da ordem de 1988 é vista como um marco decisivo: desde então, o direito constitucional teria passado a ser levado a sério, passando os juristas a preocuparem com a efetividade de seus preceitos. A doutrina não se constrói, todavia, como um elogio irrestrito à Constituição de 88. Partindo das interpretações anti-iberistas do Brasil, elaboradas por autores como Raymundo Faoro, Sérgio Buarque e Roberto da Matta, Barroso identifica no patrimonialismo, no estatismo, na falta de ética,

na impunidade dos ricos e na desigualdade perante a lei as causas do retardo civilizacional brasileiro (BARROSO, 2014; CHALOUB, LIMA, 2018). Assim, a despeito de seu caráter democrático e garantidor dos direitos, a Constituição albergaria dispositivos que prejudicavam a construção de uma sociedade mais livre, justa e igualitária, em contrariedade com seus próprios princípios. Na visão de Barroso, caberia à comunidade jurídica empregar os princípios liberais do progressismo norte-americano para superar parte dos problemas da Constituição. Ele apostava assim na possibilidade de se promover avanços pela assunção, por parte do Judiciário, de funções tradicionalmente relacionadas ao Executivo e ao Legislativo (TATE & VALLINDER, 1995, p. 5). A necessidade de lutar pela efetividade dos princípios constitucionais imporia o protagonismo às elites jurídicas, capazes de fazê-los prevalecer contra leis ordinárias que preservariam privilégios, inclusive políticos, por meio de um ativismo bem temperado. Fazia-se assim o elogio do **judiciarismo**, exercido com prudência e moderação (BARROSO, 2010, p. 11).

A aposta em uma judicialização da política norteada por juízes esclarecidos e acionada por promotores e advogados civicamente mobilizados como fórmula de fortalecimento da democracia foi endossada por parte significativa dos sociólogos do direito na virada do século. Baseada em uma soberania a ser apreendida em termos complexos, Luiz Werneck Vianna sustentava que a democracia contemporânea não estava mais encerrada nos estreitos limites eleitorais e que a Constituição de 1988 apostara em um desenho institucional revolucionário na parte concernente aos órgãos essenciais da Justiça. Da mesma forma, a centralidade adquirida pelo Judiciário em geral, e pelo Supremo Tribunal Federal em especial, era saudada com positividade e saudável. Ela representava o primado da vontade do poder constituinte sobre as limitações intrínsecas do Legislativo, de resto em processo de esvaziamento no mundo inteiro. Nessa chave, haveria uma relação de complementariedade entre os dois tipos de representação, o eleitoral e o funcional. A convivência entre uma ciência política neoinstitucionalista, que enaltecia os benefícios do presidencialismo de coalizão e uma ciência jurídica neoconstitucionalista, entusiasta da judicialização e do ativismo na busca pela efetividade dos direitos humanos, permitiu durante quinze anos uma relativa harmonia entre os três poderes. Foi um círculo virtuoso que favoreceu o avanço da agenda brasileira, sobretudo em matéria de direitos sociais e das minorias.

3. O COLAPSO DO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO, A REVOLUÇÃO JUDICIARISTA E O RETORNO DO CONSERVADORISMO: ASPECTOS DA ATUAL CRISE CONSTITUCIONAL (2013-2018)

A partir de certa altura, porém, os pratos da balança começaram a se desequilibrar. De um lado, o presidencialismo de coalizão começou a ser questionado e, com ele, o grosso da classe política, identificada com o Congresso Nacional. Em decorrência, a legitimidade do modelo que sustentava as relações entre Executivo e Judiciário começou a erodir. Entre as causas, podem ser mencionadas a percepção cada vez mais difusa de que o fisiologismo se tornara a moeda de troca básica para angariar maiorias, e que a crescente fragmentação partidária não tinha diversidade ideológica que a justificasse, levantando suspeitas sobre as chamadas “siglas de aluguel”. As maiorias legislativas dependeriam do emprego dos recursos governamentais financiando a eleição de aliados, através da triangulação de empreiteiras contratadas por licitações fraudulentas. Embora reconhecida por todos, a necessidade de uma reforma capaz de coibir a degradação do sistema não encontrava verdadeiros interessados, fosse porque o estado de dispersão de poder e de fragilização eleitoral favorecia a construção de maiorias pelo governo federal, fosse porque os congressistas já se haviam acomodado. Assim, durante as celebrações dos vinte anos da Constituição (2008), enquanto a ascensão política dos juízes e dos promotores era saudada pela literatura e pelo público, o cientista político Bruno Wanderley Reis chamava a atenção para o fato de que o Poder Legislativo corria “o sério risco de vir a ser considerado o ‘patinho feio’” da efeméride:

Receio que, nos últimos tempos, a banalização da ideia de que os políticos são um amontoado de bandidos tenha chegado a um ponto que arrisca comprometer gravemente a autoridade do sistema”. (...). Se nos habituarmos à rotinização de práticas pouco justificáveis perante a opinião pública, então tenderá a disseminar-se no público a opinião de que o *modus operandi* do sistema político é vil – e com tanto mais força quanto mais a estabilidade do sistema vier a depender em alguma medida dessas práticas (REIS, 2008, p. 58-75).

Por outro lado, a ascensão do neoconstitucionalismo, a judicialização da política e o judicialismo começaram a ser vistos como soluções ou compensações para a perda de centralidade do Legislativo. Era o que sugeria o filósofo Renato Lessa quando reconhecia a positividade da “preeminência do Judiciário e do Direito Constitucional como dimensões nas quais estão fixados os objetivos e os valores substantivos da sociedade brasileira”. E concluía: “Com executivos fortemente personalizados e tribunais políticos, *pero* apartidários, a vida dos partidos e da representação parece seguir o caminho da coadjuvância, senão o da irrelevância progressiva” (LESSA, 2008, p. 384 e 390). Era semelhante diagnóstico pró-judiciarista que, no campo do direito, instava Luís Roberto Barroso a sublinhar a necessidade de empregar o ativismo judiciário para ocupar os vazios deixados

por um Legislativo. Este último poder passaria “por uma crise de funcionalidade e representatividade. Nesse vácuo de poder, fruto da dificuldade de o Congresso Nacional formar maiorias consistentes e legislar, a Corte Suprema tem produzido decisões que podem ser reputadas ativistas” (BARROSO, 2012). A necessidade de colocar o país no caminho da civilização exigia emancipar o mercado e a sociedade civil do estatismo; acabar com a impunidade dos ricos e dos políticos; reduzir as desigualdades raciais, sociais e de gênero; introduzir o semipresidencialismo, o voto distrital misto; e acabar com as coligações nas eleições proporcionais (BARROSO, 2015a). Assumindo sua cadeira no Supremo Tribunal, Barroso passou a defender abertamente que aquele tribunal agisse de modo a suprir aquele déficit de legitimidade: “Para além do papel puramente representativo, supremas cortes desempenham o papel de vanguarda iluminista, encarregada de empurrar a história quando ela emperra. Trata-se de uma competência perigosa [...]. Mas, às vezes, trata-se de papel imprescindível” (BARROSO, 2015b). A validação da crença no emprego generalizado da corrupção política como moeda de governabilidade pela Operação Lava Jato permitiu que muitos juízes e promotores, já habituados a interferir nas políticas públicas, se investissem da condição de vanguarda destinada a refundar o país com base em princípios constitucionais republicanos e democráticos, retirando de circulação os próceres do regime comprometidos nas investigações.

Terminara o ciclo virtuoso de convivência entre neoinstitucionalismo e neoconstitucionalismo. O colapso do presidencialismo de coalizão acarretou *ipso facto* a ocupação do vazio pelo ativismo judiciário, dando origem a uma “revolução judicialista” pilotada pelo então procurador geral da República, Rodrigo Janot, e apoiada pela maioria dos ministros do Supremo Tribunal, investida do dever cívico de liquidar o carcomido establishment político da Nova República. É verdade que a virada neoconstitucionalista foi um movimento mais geral, bem como a ascensão do Judiciário como corporação encarregada de garantir os direitos humanos e a democracia liberal, que na Alemanha e nos Estados Unidos teria adquirido caráter exemplar. Esquece-se, porém, de que na Alemanha os juízes constitucionais não passam de dezesseis, e que nos Estados Unidos, embora todos os juízes tenham, diversamente, competência para exercer a jurisdição constitucional, a Constituição é bastante enxuta, envolvendo pouco mais de quarenta comandos. No Brasil, a vigência de uma Constituição detalhista, de centenas de princípios constitucionais e milhares de comandos, cuja concretização foi atribuída pelo neoconstitucionalismo a 16 mil juízes, tornados virtualmente livres de controle político, criou uma situação verdadeiramente revolucionária. Cada qual se viu investido de poder político implícito para, conforme o próprio entendimento, promover a “purificação” do regime. Por outro lado, o conservadorismo ressurgiu com força depois de quase 30 anos de marginalização forçada pelo consenso progressista forjado ao fim do regime militar. A longa hegemonia da esquerda, com sua orientação socialista nacionalista, de corte

estatista e suas políticas redistributivas e de gênero, seguidas por uma profunda crise econômica, criou as condições daquela ressurgência. A nova direita se revela adaptada ao contexto de uma sociedade de massas. Apresenta-se erudita para os eruditos e desabusada para a massa, alcançando um público que as gerações conservadoras anteriores jamais sonharam alcançar (CHALOUB & PERLATTO, 2016).

No entanto, toda ação tem uma reação, e toda revolução, uma contrarrevolução. Na medida em que o Judiciário foi empregado para derrubar Dilma Rousseff e tentar derrubar Michel Temer, começaram a surgir à direita e à esquerda críticas ao ativismo judiciário. A perseguição da classe política pelo judicialismo deu origem a uma reação antijudiciarista. Senado e Câmara passaram a desrespeitar decisões do STF relativas aos seus membros acusados de corrupção, sob a alegação de serem inconstitucionais. A bancada evangélica passou a intimidar o Supremo com projetos destinados a submeter a referendo do Congresso suas decisões “iluministas” relativas a costumes, como o aborto ou o casamento **gay**, ou que confirmam às igrejas legitimidade processual de questionar judicialmente suas decisões.⁶⁵ No próprio STF, estimulado por Temer, o ministro Gilmar Mendes passou a recorrer de modo retórico à doutrina garantista para condenar a atuação do Ministério Público e reverter ordens de prisão contra empresários e políticos. Pelo lado da esquerda, situada desde o impeachment de 2016, ministros a ela simpáticos, como Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli, passaram a se alinhar com Mendes. Em momentos como o do julgamento da chapa Temer/Dilma em 2017 no TSE, o situacionismo passou a brandir argumentos de razão de Estado para manter o **status quo**, priorizando a estabilidade política e econômica e defendendo o recuo do STF em decisões tomadas para combater a impunidade, como a restrição do foro privilegiado e a execução automática da sentença criminal depois da segunda instância. Por fim, advogados conservadores começaram a publicar artigos nos quais, resgatando argumentação do **establishment** oligárquico da República Velha (1889-1930), negavam, pura e simplesmente, a supremacia da Corte Constitucional em nome da separação de poderes. Executivo e Legislativo estariam livres para cumprir ou não decisões tomadas pelo Judiciário (NUNES & NÓBREGA, 2017). Também à esquerda, cientistas políticos têm criticado fortemente o judicialismo a partir de um ponto de vista que reserva a legitimidade democrática apenas para as instituições eletivas: “O giro da **accountability** na democracia brasileira favoreceu o surgimento de inovações institucionais no sistema judicial, propiciando uma espécie de pretorianismo jurídico. Este, por sua vez, desembocou em um cenário de criminalização da atividade política que coloca em risco a democracia brasileira” (AVRITZER, MARONA, 2017).

65 <http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2015-07-15/bancada-evangelica-tenta-dar-as-igrejas-poder-de-questionar-supremo.html>.

Em síntese, o avanço do judiciarismo liberal a título de combater a corrupção, causando baixas no *establishment* político, gerou reação dos setores prejudicados à direita e à esquerda. Submetida a um estresse inédito, a Constituição de 1988 passou a ter sua legitimidade questionada. Economistas liberais, como Samuel Pessoa (2015) voltaram a afirmar que a atual Constituição não seria compatível com os modernos padrões econômicos. Marcos Lisboa e Gustavo Franco atualizaram a crítica de liberais como Roberto Campos. O discurso se alastrou nos arraiais conservadores, hoje fortalecidos. Editorial do jornal *O Estado de São Paulo*, na sugestiva data de 31 de março de 2017, enunciava: “A Constituição de 1988 já cumpriu suas funções, e a principal delas foi servir de lastro para a consolidação do processo democrático que então se iniciava. Vencida essa etapa, é hora de pensar e desenhar uma nova Constituição, realista e funcional, resultado de uma sociedade madura, que se deu conta de que a explicitação de direitos no papel nada é, se tais direitos não tiverem como ser exercidos na prática. O desafio que se impõe agora é o de formular um marco jurídico adequado aos tempos atuais” (ESTADO DE SÃO PAULO, editorial 31 de março 2017). Pouco depois, em um “Manifesto à Nação”, publicado pelos juristas Modesto Carvalhosa, Flávio Bierrenbach e José Carlos Dias, a 9 de abril de 2017, proclamava-se a necessidade de uma nova Constituição, escrita por uma Constituinte originária e independente dos partidos existentes. Segundo seus subscritores, “os constantes escândalos comprovam a inviabilidade do vigente sistema político-constitucional. Ele representa um modelo obsoleto, oligarca, intervencionista, cartorial, corporativista e anti-isonômico, que concede supersalários, foros privilegiados e muitos outros benefícios a um pequeno grupo de agentes públicos e políticos, enquanto o resto da população não tem meios para superar a ineficiência do Estado e exercer seus direitos mais básicos” (CARVALHOSA et al., DIAS, 2017). A medida recebeu feição acadêmica pelo endosso que lhe deu em seguida o sociólogo político Simon Schwartzman, de orientação conhecidamente liberal:

Constituições não se trocam toda hora. Isto acontece quando existem grandes rupturas políticas e institucionais, depois de uma guerra ou uma revolução, e as novas constituições acabam sempre refletindo, de alguma maneira, os valores e as correntes de ideias que predominam em seu momento. Não passamos por nenhuma guerra ou revolução, mas por um terremoto suficientemente profundo para justificar que a proposta seja discutida com a profundidade que merece (SCHWARTZMAN, 2017).

Em 2018, conforme a nova coalização conservadora encabeçada pelo candidato Jair Bolsonaro foi se delineado, reapareceram desejos de uma nova

Constituição. Seu candidato a vice, o general Mourão, sugeriu, à maneira de Miguel Reale e Manoel Gonçalves Ferreira Filho no começo da década de 1970, um novo texto constitucional a ser produzido apenas por “notáveis”. Mas também começaram a aparecer sinais de que os conservadores poderiam conviver com a Constituição. Em artigo publicado no jornal **Folha de São Paulo**, a 18 de setembro de 2018, o principal jurista da coalizão, o tributarista Ives Gandra Martins, ofereceu uma interpretação antijudiciarista da Constituição de tendência positivista e desejosa de repor a hermenêutica constitucional no ponto em que ela se encontrava em torno de 1995, antes do advento do neoconstitucionalismo e do judicialismo que grassou sob Gilmar Mendes, Joaquim Barbosa e Luís Roberto Barroso. Sua crítica foi direta: “Infelizmente, nada obstante a inquestionável qualidade dos ministros da Suprema Corte, têm eles invadido as competências dos Poderes Legislativo e Executivo, legislando e tomando decisões administrativas, sem reação dos respectivos titulares, acuados que estão seus membros por denúncias e investigações” (MARTINS, 2018a). Diante do princípio da tripartição de poderes iguais e equivalentes em força, o Poder Judiciário deveria se limitar ao papel de legislador negativo, não podendo inovar em matérias de competência do Legislativo. Em sendo o Congresso Nacional omissivo na elaboração de leis destinadas a dar efetividade à Constituição, o Supremo deveria retomar a prática de simplesmente notificar o Legislativo de sua omissão ao invés de legislar em seu lugar. Diante do ativismo judiciário dos ministros do Supremo, o Congresso Nacional estaria autorizado a não cumprir suas decisões. Por fim, Ives Gandra retira do Supremo Tribunal sua pretensa posição de poder moderador da República para devolvê-la às Forças Armadas. Mas Ives Gandra vai mais além, ao enunciar que a Constituição precisa de reformas como a adoção do voto distrital misto, o parlamentarismo e de um enxugamento geral de suas cláusulas, mediante uma “lipoaspiração” (MARTINS, 2018b). Essa orientação do principal jurista conservador via no sentido de manter a Constituição, reformando-a em alguns de seus pontos centrais e reinterpretando o papel do Judiciário para obrigá-lo à autocontenção. O fim da “revolução judiciarista” diante da manifestação conservadora das urnas, foi sacramentando pelo novo presidente do Supremo Tribunal, Dias Toffoli: “É hora do Judiciário se recolher. É preciso que a política volte a liderar o processo de desenvolvimento do país e as perspectivas de ação” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2 de dezembro de 2018).

CONCLUSÃO

Não há dúvida sobre o lugar central da Constituição no cenário posterior a sua confecção. Entre críticos e apóstolos, a questão passava pela disputa em torno da interpretação e, sobretudo, das supostamente necessárias modificações que a conjuntura impunha ao texto constitucional. O contexto mais recente deu

outras roupagens a este embate, mas continua a transcorrer em uma política fortemente “constitucionalizada”, onde as principais lutas políticas desaguam no terreno construído pela carta de 1988. Como novidades, um ainda maior protagonismo do Judiciário e o crescente fortalecimento de autores que não buscam reformar, mas substituir a atual Constituição. Por um lado, Constituição nunca foi tão reivindicada como instrumento de legitimação pelos que a tomam - caso de alguns juízes e membros do Ministério Público - como fundamento das suas respectivas ações políticas. Por outro lado, nem nos momentos de forte ataque da Presidência da República, ao longo do governo Sarney, ou durante a onda reformista da década de 1990, nos Governos Collor e Fernando Henrique, tantas e tão enfáticas vozes se levantaram para defender a caducidade do texto. O ataque coligado ao judicialismo, oriundo dos setores da esquerda e da direita, identificados com o *establishment* por ele atacado, embora possam conter seus excessos, podem também resultar em prejuízo da causa progressista, levando no limite ao fim da atual ordem constitucional. Reconstruir as disputas em torno do sentido da Constituição, dos seus procedimentos e das suas relações com o passado demonstra seu caráter plural, como fruto de embates marcados e naturais em um longo, e intrincado processo de transição democrática. Ao retomar as querelas do mundo da política e da academia, joga-se também luz, de certo modo, para aspectos pouco percebidos do texto e da realidade constitucional, apontando caminhos pelos quais a Constituição possa ser interpretada em tempos difíceis como os atuais.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie. A Tensão entre Soberania e Instituições de Controle na Democracia Brasileira. *Dados*, vol. 60, nº 2, p.359-393, 2017.

BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito (O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil). *R. Dir. Adm.*, Rio de Janeiro, 240, p. 1-42, 2005.

_____. *O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas*. Rio de Janeiro, Editora Renovar, [1984], 2006.

_____. Constituição, democracia e supremacia judicial: direito e política no Brasil contemporâneo. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, nº 21, 2012.

_____. *Estado, sociedade e direito: diagnósticos e propostas para o Brasil*. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/discurso-barroso-conferencia-o-ab.pdf>, 2014. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **A razão sem voto**: o Supremo Tribunal Federal e o governo da maioria. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*. Volume 5, número especial, 2015a.

_____. Reforma política no Brasil: os consensos possíveis e o caminho do meio. 2015b. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/reforma-politica-harvard-ministro-luis.pdf>. Acesso em: dia mês ano.

BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes. **História Constitucional do Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 8ª. edição. São Paulo Malheiros, 1991.

CARVALHOSA, Modesto; BIERRENBACH, Flávio; DIAS, José Carlos Dias. **Manifesto à Nação**. 2017. Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/general,manifesto-a-nacao,70001732061>, Acesso em: 15 dez. 2021.

CERQUEIRA, Marcelo. **A Constituição na História: origem e reforma**. Rio de Janeiro, Revan, 1993.

CAMPOS, Roberto. Razões da urgente reforma constitucional. *In*: Paulo Mercadante. (org.). **Constituição de 1988: o avanço do retrocesso**. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora, 1990.

CHALOUB, Jorge; LIMA, P. L. Os juristas políticos e suas convicções: para uma anatomia do componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil. **Revista de Ciências Sociais (UFC)**, v. 49, p. 202-252, 2018.

COVAS, Mário. **Discurso 28 de junho de 1989**. Disponível em: <http://tucano.org.br/historia/choque-do-capitalismo>. Acesso em: 15 dez. 2021.

FAORO, Raymundo. Assembleia Constituinte: a legitimidade recuperada. *In*: **República Inacabada**. São Paulo: Globo, 2003.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **A democracia possível**. São Paulo, Sarai-va, 1972.

FIGUEIREDO, Argelina; SANTOS, Fabiano. Estudos Legislativos no Brasil. *In*: AVRITZER; MILANI; BRAGA. **A ciência política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

LAMOUNIER, Bolívar. A questão institucional brasileira. *In*: NOHLEN, D. (orgs.). **Presidencialismo ou parlamentarismo: perspectivas sobre a reorganização institucional brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

LESSA, Renato. A Constituição de 1988 como experimento de filosofia pública: um ensaio. *In*: Ruben George Oliven; Marcelo Ridenti; Gildo Marçal Brandão. (Org.). **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: Hucitec, p. 363-395, 2008.

LYNCH, Christian Edward Cyril; MENDONÇA, Jose Vicente Santos de (2017). Por uma história constitucional brasileira: uma crítica pontual à doutrina da efetividade. **Rev. Direito e Práxis Rio de Janeiro**, vol. 08, nº 2, p. 974-1007, 2017.

MARTINS, Ives Gandra. Os 30 anos da Constituição Federal. São Paulo, Folha de São Paulo, 2018. Edição de 18 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/09/os-30-anos-da-constituicao-federal.shtml>. Acesso em: dia mês ano.

_____. A Constituição precisa de uma lipoaspiração. Brasília, Correio Braziliense, 2018. Edição de 5 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/10/05/interna-brasil,710304/entrevista-ives-gandra-martins.shtml>. Acesso em: dia mês ano.

MEDEIROS, Francisco Josué. Para além do lulismo: O fazer-se do petismo na política brasileira (1980-2016). Tese IESP-UERJ, 2016.

MONTENEGRO, Darlan. O Averso do Príncipe: Programa e organização na origem do Partido dos Trabalhadores. Tese (doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2009.

NEVES, Tancredo. **Perfis parlamentares**. NEVES, Lucília (org.). Brasília: Senado, 2010.

NUNES, Jorge Amaury & Nóbrega, Guilherme Pupe. Separação de poderes: o Judiciário fala por último? 2017. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/ProcessoeProcedimento/106,MI268246,31047-Separacao+de+Poderes+O+Judiciario+fala+por+ultimo>. Acesso em: 10 dez. 2022.

PSDB. Manifesto de Fundação, 1988. Disponível em http://www.psdb.org.br/sc/files/2014/06/manifesto_250688.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022

REALE, Miguel. **Da Revolução à democracia** (2ª. edição). São Paulo, Editora Convívio, 1977.

REIS, Bruno Wanderley. Sistema eleitoral e financiamento de campanhas no Brasil: desventuras do Poder Legislativo sob um hiperpresidencialismo conso-

ciativo. *In*: Ruben George Oliven, Marcelo Ridenti, Gildo Marçal Brandão. (Org.). ***A Constituição de 1988 na vida brasileira***. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Razões da desordem. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon. ***A crise brasileira e a Constituição***. <http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=5706&lang=pt-br>, 2017. Acesso em: 10 dez. 2022.

SILVA, José Afonso da. ***Curso de direito constitucional positivo***. São Paulo, Saraiva, 2009.

SIMONSEN, Mario Henrique. A monarquia é a melhor opção para o país. Revista Exame, edição de 6 de janeiro de 1993.

TATE, C. Neal & VALLINDER, Torbjörn. The global expansion of Judicial Power. Nova York, New York University Press, 1995.

TOFFOLI, Dias. “Passada a eleição é hora do Judiciário se recolher”. São Paulo, Folha de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/passada-a-eleicao-e-hora-de-o-judiciario-se-recolher-diz-toffoli-em-debate.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2022.

VIANNA, Luiz Werneck. Os intelectuais da tradição e a modernidade: os juristas-políticos da OAB. *In*: VIANNA, Luiz Werneck. ***Travessia***: da abertura à Constituinte. Rio de Janeiro: Livraria Taurus, 1986.

_____. ***A democracia e os três poderes no Brasil***. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2002.

_____. O terceiro poder na Carta de 1988. *In*: Ruben George Oliven, Marcelo Ridenti, Gildo Marçal Brandão. (Org.). ***A Constituição de 1988 na vida brasileira***. São Paulo: Editora Hucitec, v. 1, p. 23-56, 2008.

7. Ecos de Getúlio

Alguns indivíduos ultrapassam o limitado tempo das suas vidas e perpetuam-se como mitos, capazes de inspirar gerações futuras, transformar perspectivas sobre o passado e representar as questões de um povo, época ou país. Na trajetória brasileira, Getúlio Vargas é, talvez, a mais significativa expressão desse fenômeno. A frase “Saio da vida para entrar na História”, que encerra sua “carta-testamento”, funcionou como profecia autorrealizada: continuou ecoando por todos os lados e para muito além dos tempos de sua morte, quando os principais protagonistas da cena política ainda podiam ser divididos entre seguidores e adversários do varguismo.

A longa ditadura militar iniciada em 1964 por um golpe contra seu principal herdeiro político, João Goulart, não foi capaz de apagar o legado do gaúcho de São Borja, que teve parte do seu espólio arduamente disputado após a redemocratização – a começar pela férrea disputa que travaram Leonel Brizola e Ivete Vargas, filha de Getúlio, para ficar com a sigla PTB, partido criado em 1945 sob direta ingerência do presidente.

As décadas se passam, e as marcas deixadas pelas ações e pelo personagem político de Vargas continuam evidentes. Críticas a seu legado permearam a formação dos dois principais partidos brasileiros contemporâneos, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Fundado com a missão de renovar a esquerda nacional, o PT tinha na tradição trabalhista do varguismo um dos principais oponentes em seus primeiros anos. Lula, futuro presidente do Brasil e o mais destacado líder operário da época, por inúmeras vezes em discursos no fim dos anos 1970 desqualificou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – talvez a maior realização varguista no campo dos direitos – tachando-a de “AI-5 dos trabalhadores”, em referência ao Ato Institucional mais repressivo do período da ditadura.

Anos mais tarde, em 1995, no discurso que antecedeu sua posse, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, elegeu o “Fim da Era Vargas” como maior objetivo do mandato. A afirmação do reformismo neoliberal, que marcou o governo do sociólogo paulista e alastrou-se por quase toda a América Latina, passava necessariamente pela desconstrução da obra varguista em terras brasileiras. E, uma vez no governo, o PT muda seu discurso. Se antes era crítico do trabalhismo e entusiasta de um “novo sindicalismo”, passou a reivindicar a herança varguista e a associar o PSDB aos críticos liberais de Getúlio (em seu tempo, concentrados na União Democrática Nacional, a UDN).

Grande parte dessa longevidade de Vargas no cenário político nacional se deve à ambiguidade de sua trajetória. No mesmo corpo, conviveram o presidente

dos direitos trabalhistas e aquele que reprimiu duramente trabalhadores ao longo do Estado Novo. Revolucionário em 1930, ditador em 1937 e líder democrático de massas com plataforma de esquerda em 1950, o mesmo nome parece denominar muitos personagens, o que permite uma ampla variedade de apropriações. Não faz sentido falar em apenas uma linhagem varguista, mas sim em múltiplas tradições.

Podem existir afinidades entre linhagens diferentes como o trabalhismo e o autoritarismo, e elas próprias são diversas em seu interior. Essa demarcação de tradições também não se explica apenas por critérios cronológicos, como o de um varguismo antes e outro depois do Estado Novo – pois vertentes positivas como a dos direitos trabalhistas podem conviver em épocas de feições gerais terríveis. O próprio Vargas foi o ponto de encontro de antigas e arraigadas tradições políticas brasileiras, como o positivismo castilhisto – linhagem organizada em torno de Júlio de Castilhos e seus seguidores, com forte presença no Rio de Grande do Sul – e o iberismo, que apostava no Estado como protagonista na organização da vida nacional, em razão da relativa desorganização da sociedade.

As recusas ou as adesões ao varguismo podem abrigar, portanto, distintas crenças e práticas políticas no largo e indeterminado terreno das definições pela negação. Simplesmente porque tudo vai depender do varguismo contra o qual se luta ou ao qual se adere. A recusa ao Vargas da CLT não implica a oposição ao ditador do Estado Novo. O elogio ao Vargas nacionalista não leva necessariamente à simpatia pelo ferrenho anticomunismo do ditador.

O lugar de Vargas na política nacional sofre releituras e comparações periódicas, de acordo com o momento que o país atravessa. O Estado Novo (1937-1945), por exemplo, sempre perdurou como paradigma de regime autoritário e centralizador no Brasil, mas ao longo do tempo ganhou outros qualificativos. Logo após o golpe de 1964, Tancredo Neves chamou a ditadura recém- instaurada de “Estado Novo da UDN”, ironizando os liberais que criticaram o Vargas autoritário e acabaram apoiando outro golpe. Quando chega ao fim esse regime de exceção, Raymundo Faoro retorna à metáfora e acena para o possível surgimento de um “Estado Novo do PMDB”, numa crítica às escolhas do rebento do partido de oposição à ditadura, o MDB. E o termo continua válido nos anos 2000, utilizado por Luiz Werneck Vianna numa referência ao estatismo e à centralização do primeiro governo petista, que batiza de “Estado Novo do PT”.

Em todas as suas variações, o trabalhismo compõe, ao lado do comunismo, uma das mais relevantes tradições da esquerda brasileira, com grande impacto no meio sindical e nas organizações estudantis. Sua origem é Getúlio Vargas, fundador de um dos mais relevantes partidos da história da esquerda nacional, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – e, no entanto, um aliado das oligarquias e também fundador do conservador PSD. Não é fácil entender como um ditador pode representar um símbolo da esquerda democrática no Brasil.

A questão começa a se tornar mais clara quando se percebe que a ditadura militar, mais longo regime autoritário brasileiro, foi motivada, dentre outros fatores, pelo combate ao trabalhismo. Não apenas o presidente derrubado, João Goulart, era o principal herdeiro político de Vargas, como um dos principais oponentes dos golpistas e maior inimigo do regime instalado, Leonel Brizola, também se vinculava às hostes trabalhistas. A oposição ao trabalhismo – que era apontado como ferramenta para manipular e agitar as incautas massas populares – foi, aliás, combustível não só do golpe de 1964, mas de outros movimentos golpistas do período, como os de 1954 e 1961.

A UDN, maior partido de oposição a Vargas, teve participação relevante em todas essas sublevações ilícitas, seja pelo apoio quase unânime de seus membros (1954 e 1964) ou pelo protagonismo de alguns, caso de Carlos Lacerda (1961). Os liberais udenistas criavam um clima de constante instabilidade, questionando a legitimidade da democracia então vigente, pela relação entre o varguismo e as massas populares. A ideia de “udenismo” entrou para o vocabulário comum da política brasileira, ou ao menos o da esquerda, entendida como um modo de ação política pernicioso à democracia. Por esse raciocínio, se os opositores de Vargas eram identificados como inimigos do regime democrático, seria natural vincular sua figura a esses ideais. Ao atacar e derrubar o governo legitimamente eleito em 1950, os udenistas fortaleceram a face democrática do presidente e relegaram as arbitrariedades do ditador a uma memória distante.

Vargas foi um dos primeiros a perceber como ator político fundamental um grupo social até então visto apenas como fonte de distúrbios para a ordem oligárquica que o antecedeu: as grandes massas urbanas. Se os direitos trabalhistas garantidos pela CLT decorrem também da luta dos trabalhadores, ele foi um dos pioneiros dentro da elite política da época a reconhecer a necessidade de instaurar esses novos marcos legais. Conduta, sem dúvida, transformadora. Mesmo seu maior adversário, Carlos Lacerda, reconheceu isso: “Foi mérito seu, indiscutível, o de haver compreendido o valor do homem sem importância (...). Enquanto muitos políticos continuavam a falar apenas para um grupo, ele e outros, depois de 1930, passaram a falar às grandes massas do povo”.

A relação de Vargas com os militares também passa por inúmeras flutuações. Aliadas fundamentais para a construção e a manutenção do Estado Novo, as Forças Armadas foram responsáveis diretas por suas duas derrubadas, em 1945 e 1954. No entanto, a vertente nacionalista desse setor, liderada por nomes como Estillac Leal, antigo ministro da Guerra de Getúlio, tinha no mito de Vargas um dos seus principais bastiões. O varguismo dividiu o campo militar, justamente por um dos pontos de maior permanência em sua trajetória: o nacionalismo. Nacionalistas eram tanto o Estado Novo quanto o segundo governo Vargas. No nacionalismo convergiam o ditador e o presidente.

Normalmente associado à expressão desenvolvimentismo – com o nacional-desenvolvimentismo elevado à grande vertente econômica da Era Vargas – o nacionalismo merece, porém, tratamento à parte. Enquanto o desenvolvimentismo era comungado por quase todos os grupos relevantes, não havia o mesmo consenso em torno do nacionalismo, que rachava opiniões e correntes. O varguismo passa a ser visto como sinônimo de desenvolvimento pela via nacional. Já seus adversários, udenistas ou não, são tachados de antinacionalistas.

O discurso nacional é um dos principais motivos do esforço do PSDB para acabar com a “Era Vargas”, desde o Plano Real, implantado em 1994. Não fazia sentido, para o modelo econômico desenhado pelos economistas da PUC-Rio, ater-se a ideias vagas como o nacionalismo, se o mercado internacional era para eles mais eficiente em alocar capitais que favorecessem o desenvolvimento do país. Ressoavam também nessa escolha alguns argumentos da escola de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) das décadas de 1960 e 1970, da qual o próprio Fernando Henrique Cardoso foi um dos principais expoentes.

Grandes opositores do nacionalismo de instituições, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), os acadêmicos da USP construíram uma dura crítica ao modelo político-social da República de 1946, com destaque para a relação entre Vargas e a classe trabalhadora. Surge daí a teoria do populismo, que retratava o cenário político da época a partir da cooptação das massas urbanas passivas pelos líderes carismáticos, marcada pelo protagonismo de Francisco Weffort, com contribuição relevante de Fernando Henrique. Se era crítico do modelo varguista na academia, viu-se na missão de destruí-lo quando assumiu a Presidência: a “Era Vargas” transformou-se em responsável pelo atraso que ainda marcava o país, vista através da ótica do populismo e da cooptação do proletariado.

O nacionalismo é também elemento relevante para a aproximação entre os governos petistas e a tradição varguista. A oposição entre partido nacionalista e elites antipovo é uma das principais representações da disputa PT e PSDB pelos olhos petistas. O confronto reeditaria, assim, o embate entre PTB e UDN, roteiro no qual Lula e Dilma, amados pelo povo e atacados pela imprensa, desempenhariam o papel que na época coube a Vargas. Mas esse Vargas recuperado pelo PT é apenas o presidente eleito em 1950, ao qual se vinculam bons feitos da época do Estado Novo, como muitos dos direitos trabalhistas. Acabam esquecidos seus malfeitos do período autoritário. Nada mais natural, uma vez que a escolha sobre qual passado recuperar é inseparável do olhar do presente e da expectativa do futuro.

8. A América Latina como outro: um discurso da direita brasileira

OS MOMENTOS DE UM DISCURSO

No dia 28 de outubro de 2018, à noite, Paulo Guedes deu sua primeira entrevista à imprensa internacional depois da vitória de Jair Bolsonaro no segundo turno da eleição presidencial. O economista já fora indicado pelo futuro presidente como um dos seus “superministros”, enquanto futuro titular de um “superministério” que incluiria as áreas da Fazenda, Planejamento e Indústria, Comércio e Desenvolvimento, então dispersas em três ministérios. Segundo declarações do próprio Bolsonaro, em razão da sua plena ignorância em temas econômicos, Guedes teria total liberdade para implementar seu programa. Como foi amplamente noticiado na imprensa à época, o futuro ministro era um dos grandes fiadores do Governo perante a burguesia nacional e alguns meios de comunicação, como o grupo Globo, onde Guedes escrevera durante onze anos.⁶⁶

A entrevista tinha, portanto, o peso de uma declaração oficial de intenções do novo governo. Como era esperado, as perguntas tratavam dos caminhos da economia brasileira nos próximos anos. Depois de anunciar, fiel a sua agenda ultraliberal, que seus objetivos iniciais eram o ataque ao **déficit** fiscal e a “abertura da economia”, Guedes causou a primeira crise diplomática, das muitas futuras, do governo ao reagir a uma pergunta da jornalista Eleonora Gosman, do jornal Argentino “O Clarín”, sobre o Mercosul. Fiel a seu estilo agressivo, Guedes afirmou: “O Mercosul é muito restritivo. O Brasil ficou prisioneiro de alianças ideológicas. Isso é ruim para a economia.”⁶⁷ Quando questionado se o bloco ainda mantinha viés ideológico, Guedes segue em seu raciocínio: “Não será conosco, mas foi ideológico, no sentido de que somente negociava com gente com inclinações bolivarianas.”⁶⁸ O diálogo segue com outras declarações impactantes do ministro, que vaticina que

66 Paulo Guedes escreveu semanalmente no Jornal O Globo entre 2007 e 2018. O perfil de Paulo Guedes, publicado na Revista Piauí em setembro de 2018, tem, por exemplo, o sintomático título “O fiador”. O artigo está disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fiador/>.

67 “El Mercosur es muy restrictivo. Brasil quedó prisionero de alianzas ideológicas. Y eso es malo para la economía.” Disponível em: https://www.clarin.com/mundo/futuro-jefe-hacienda-brasil-mercosur-argentina-prioridad_0_x2oQw-tbO.html.

68 “No lo será con nosotros, pero fue ideológico. En el sentido que usted solo negocia con gente que tiene inclinaciones bolivarianas.”. Disponível em: https://www.clarin.com/mundo/futuro-jefe-hacienda-brasil-mercosur-argentina-prioridad_0_x2oQw-tbO.html.

“não é prioridade a Argentina. O Mercosul tampouco é prioridade”⁶⁹ e questiona em tom irônico: “De novo, pergunta mal-feita, a pergunta é o seguinte: eu só vou comercializar com a Argentina? Não. Só vou comercializar com a Venezuela, a Bolívia e a Argentina? Não. Nós vamos comercializar com o mundo.”⁷⁰

As menções a Venezuela e Bolívia revelam, por um lado, a pouca informação de Guedes sobre o Mercosul e o próprio Estado brasileiro, mas, sobretudo para esse texto, interessam como sintoma da importância de um discurso contrário a América Latina no centro da ultradireita brasileira contemporânea.⁷¹ As “inclinações bolivarianas” mencionadas por Guedes não são uma exceção no discurso do grupo do qual ele é um dos protagonistas, mas a retomada de um tema constantemente mencionado e relevante para a construção da sua identidade política. Ao lado da adesão irrestrita aos Estados Unidos e da retórica conspiracionista que vê uma grande hegemonia comunista global, volta à tona nas últimas décadas um velho mote da direita brasileira, que vê na “latino-americanização” do Brasil um caminho de desordem, anarquia e crise.

O tema não emergiu na conjuntura apenas pelas vozes da ultradireita, tendo sido frequente nos editoriais dos grandes jornais e nos discursos de centro-direita e direita. As vitórias eleitorais de uma série de governos progressistas na América do Sul, ocorridas a partir do início dos anos 2000, responsáveis pelos que alguns chamaram de “onda rosa”, produziu como uma de suas consequências a forte presença da política externa no debate público brasileiro. As menções negativas a Venezuela, Argentina e Bolívia passaram a ser frequentes nas páginas da grande imprensa e nas disputas eleitorais. A padronização dessas experiências diversas, que acabavam frequentemente reunidas nas vagas categorias de populismo e bolivarianismo, servia como crítica aos governos petistas, que eram cobrados com suas relações diplomáticas com os vizinhos latino-americanos, e o “Sul Global” em chave mais ampla, e constantemente comparados com eles, a despeito de condutas mais moderadas e menos conflituosas. Mesmo que o “reformismo fraco” petista (SINGER, 2012) não tenha construído uma nova ordem constitucional, como nas experiências de Venezuela, Bolívia e Equador, ou confrontado diretamente setores da classe dominantes, como o kirchnerismo na Argentina, eram frequentes os prognósticos, realizados pelos grandes jornais e políticos de centro-direita, de que

69 “No, no es prioridad la Argentina. El Mercosur tampoco es prioridad.”. Disponível em: https://www.clarin.com/mundo/futuro-jefe-hacienda-brasil-mercosur-argentina-prioridad_0_x2oQw-tbO.html.

70 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/paulo-guedes-diz-que-mercosul-nao-sera-prioridade-em-governo-bolsonaro-23194734>.

71 O termo ultradireita, que será desenvolvido na última seção do texto, se refere aos grupos que defendem uma radical ruptura ante a ordem democrática da 1988, a partir de um projeto político de uma direta afirmação de valores que vão da reconstrução de valores pré-modernos, em retórica francamente reacionária, até a implantação de um mercado não regulado, ainda mais radical que o neoliberalismo da escola austríaca, que, ao fim e ao cabo, recusa controles democráticos sobre o mundo da economia.

o país estaria próximo de se tornar algo próximo das experiências da Venezuela ou de Cuba.

O discurso, entretanto, não se iniciou na mais recente conjuntura, mas remete à longeva construção da América Latina como outro da modernidade brasileira. Alguns importantes trabalhos sobre o conceito de América Latina no Brasil apontaram nesse sentido, tendo constituído um amplo inventário sobre as representações dos demais países do subcontinente e os sentidos do conceito de América Latina no Brasil (CARVALHO, 1999; BETHELL, 2009; TRILLO, 2012).⁷² Durante o Império, a imagem das instáveis repúblicas vizinhas surgia como justificativa da centralização imperial, capaz de, distintamente daqueles, manter a ordem. A defesa da ordem saquarema em um autor como o Visconde de Uruguai, que defendia as virtudes da centralização (SOUSA, 2002) e o papel pedagógico do Estado (CARVALHO, 2002), passava pela recusa dos caminhos latino-americanos. Como não tínhamos o viço da sociedade inglesa, nos restava, segundo o membro do Partido Conservador, adotar a centralização francesa, já que a descentralização e a república implicariam na anarquia do governo dos caudilhos do subcontinente.

Dotado de maior entusiasmo ante a experiência norte-americana, Joaquim Nabuco, cultor de um liberalismo matizado com as tintas conservadoras da ordem, e crítico da emergência republicana, convergia com Uruguai na visão negativa da América Latina. Em livro sobre o Presidente chileno José Manuel Balmaceda, escrito como crítica aos primeiros anos da Primeira República brasileiro e lançado em 1895, Nabuco afirma que, ao longo do século XIX, Brasil e Chile eram “exceções genuínas na América do Sul, saliências de terras firmes entre ondas revoltas e ensanguentadas” (NABUCO, 2008, p. 33).

A República traria outros críticos dos caminhos sócio-políticos latino-americanos, discurso que unia desde o arielista⁷³ anti-estadunidense Eduardo Prado a Euclides da Cunha e Oliveira Lima, estes defensores da inevitabilidade da hegemonia norte-americana (BETHEL, 2009, p. 303). O período, todavia, também teve representações mais positivas da América Latina, tanto entre intelectuais, como Manuel Bonfim, quanto como influência institucional, como bem demonstrado pela inspiração da Constituição Argentina em institutos centrais da Constituição brasileira de 1891 (LYNCH, 2012).

72 Deve-se registrar que há uma ampla bibliografia sobre a origem e trajetória do conceito de América Latina. Dos muitos textos disponíveis, podemos mencionar ARDAO, 1980; FERES, 2004; MIGNOLO, 2005.

73 O arielismo é certa tradição da ensaística latino-americana crítica ao utilitarismo dos Estados Unidos e à plena vigência de uma ordem competitiva, à qual contrapõe retorno à certas raízes ibéricas aristocráticas e anti-utilitárias. Sua maior referência é o autor uruguaio Juan Enrique Rodó.

A massificação da política brasileira no pós-1945 daria um novo sentido ao velho discurso. A modernização e ampliação do nacional-popular⁷⁴ no subcontinente e a proximidade, em meio a profundas diferenças, entre a construção das personas políticas de Vargas, Domingos Perón e Lázaro Cárdenas – todas marcadas, em algum grau, por uma nova linguagem nacionalista e uma nova perspectiva de inclusão das massas – dariam um lugar de maior destaque ao pertencimento do Brasil à América Latina. Nesse contexto, as semelhanças entre o varguismo e as experiências políticas de países vizinhos, com destaque para o peronismo, passaram a frequentar com mais assiduidade o debate político.

Assim como na conjuntura mais recente, o período entre a Segunda Guerra Mundial e o Golpe de 1964 foi um momento no qual a presença de temas da política externa no debate público interno foi particularmente sensível. Essa **porosidade** nem sempre é uma marca do Brasil, país que por uma série de características históricas e geopolíticas apresenta um cenário político onde os temas globais, mesmo que sempre relevantes, são por vezes secundários ou ausentes na superfície do debate público. Não foi o caso no cenário da Grande Guerra e dos primeiros momentos da Guerra Fria, nem da conjuntura das duas últimas décadas.

O novo sentido do discurso passa pelas profundas mudanças políticas do pós-1945. A maior complexidade da ordem econômico-social brasileira e a ampla inclusão de massas na cena político-institucional aumentaram o número de linguagens e posições políticas presentes na cena pública brasileira (BRANDÃO, 2007). Nesse cenário, cresceu a tensão entre posições opostas no mundo político, que agora comportava divergências mais intensas entre as posições à direita e à esquerda. Em meio a esse processo, o discurso de crítica a América Latina, como forma de identificá-la como um outro do “verdadeiro Brasil”, passou a ser mobilizado quase que exclusivamente por autores à direita, como os udenistas e militares cosmopolitas.

É central para esse movimento a reorganização da cena política brasileira após o fim do Estado Novo. Como já apontado por importante bibliografia, a construção de uma ampla coalizão política antivarguista, que conjugava desde lideranças militares do Estado Novo, algumas delas simpatizantes de véspera das potências do Eixo, como Góes Monteiro, até oligarquias regionais de discurso liberal que apoiaram Vargas na Revolução de 1930 (BENEVIDES, 1981; CHALOUB, 2015), levou Vargas a apostar em um discurso mais próximo das massas populares (ALMINO, 1980) e a compor alianças com setores progressistas. Um bom exemplo é o protagonismo do outrora ilegal Partido Comunista do Brasil (PCB) no Queremismo. A frente anti-varguista contava com nomes de clara vinculação à esquerda, como

74 O conceito de nacional-popular se refere a uma tradição latino-americana que conjuga uma retórica nacionalista, de mobilização das massas, com a proposta de reformas estruturais amparadas em políticas sociais. Sobre essa tradição, ver KAYSEL, Andre, 2020.

os membros da Esquerda Democrática e importantes intelectuais brasileiros, como Caio Prado Junior (LAHUERTA, 2014), mas os desdobramentos daquele momento fariam com que o varguismo, outrora o discurso legitimador de uma ditadura, caminhasse progressivamente para a esquerda, em peculiar movimento ideológico, no qual os membros de um antigo regime autoritário passam a ocupar posições mais progressistas que as dos seus críticos liberais. O fenômeno seria ainda mais intenso após a morte de Vargas, quando o trabalhismo organizado em torno do PTB assume feição progressivamente reformista (DELGADO, 1989) e passa ser alvo de ataques cada vez mais intensos de forças políticas que reivindicam um alinhamento com o Ocidente norte-americano e uma inserção não nacionalista do Brasil no mundo. Se durante a Segunda Guerra cresceu uma franca hostilidade contra os países do Eixo, ao longo da Guerra Fria ganhou força um discurso do trabalhista e do comunista como inimigo interno. O **outro** se distinguia por práticas corruptas e subversivas, que submetiam os verdadeiros interesses nacionais a potências estrangeiras, em movimento supostamente escamoteado por uma falsa retórica nacionalista.

O discurso anticomunista (MOTTA, 2002) quase sempre assumia as vestes de uma forte adesão ao lado americano, então presente tanto dentre lideranças da direita udenista, como era o caso de Carlos Lacerda e Bilac Pinto (CHALOUB, 2015, 2018, 2019), como dentre os militares, como bem expõem as manifestações da ala **cosmopolita** do Exército (PEIXOTO, 1980), que tem nos textos de Golbery Couto e Silva (1967, 1981, 2003) um bom exemplo.

A questão central para o presente texto é que, em meio ao discurso anticomunista e anti-trabalhista, o imaginário crítico à América Latina era fortemente presente e uma chave importante para compreender a topologia ideológica da época. Primeiro com a menção ao peronismo Argentino, uma obsessão de Lacerda, que chegou a divulgar cartas falsas entre João Goulart e o deputado peronista Antonio Jesús Brandi, às vésperas das eleições de 1955. Depois com o temor da via cubana, após da Revolução de 1959 e a crise dos mísseis de 1961, que levou o anticomunismo ao centro do debate público (MOTTA, 2002). Se a existência do polo soviético fazia a recusa a América Latina menos presente que na atual conjuntura, a construção do inimigo próximo como local da subversão era ponto comum e com muitos aspectos semelhantes.

O presente artigo pretende refletir sobre as rupturas e continuidades entre os usos do conceito de América Latina, assim como dos conceitos a ele relacionados, como peronismo e bolivarianismo, ao longo da República de 1946 e posteriormente à vitória eleitoral do PT nas eleições de 2002. O objetivo é identificar a longa duração de alguns dos argumentos da ultradireita brasileira contemporânea, de modo a não os tomar como absoluta novidade no debate político atual. Trata-se, de certo modo, de uma maneira de abordar os aspectos distintivos da ultradireita que

despontou no centro do cenário político em 2013, com certos grupos das Jornadas de Junho, e que chegou ao poder com Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2018. Mais do que debater a pertinência do conceito de “nova direita” (CASSIMIRO, 2018; ROCHA, 2019), que depende mais do recorte de cada trabalho do que do objeto em si, o trabalho pretende refletir sobre em que sentido se pode falar em novidade. Se despontam, por certo, mudanças, seja pelo modo de construção de identidades políticas ou pelo lugar de determinados discursos e ideias, há, por outro lado, continuidades que merecem ser destacadas. Mesmo que tais continuidades, como no caso em análise, ganhem sentidos diversos em conjunturas distintas.

Para tanto, o presente texto fará, em um primeiro momento, uma breve exposição das representações sobre a América Latina ao longo da República de 1946, a partir dos editoriais de Carlos Lacerda na Tribuna da Imprensa. A escolha do ator passa pela sua centralidade em todo o campo da direita ao longo da República de 1946, haja vista a influência de Lacerda no liberalismo udenista, no setor cosmopolita das Forças armadas e dentre os setores críticos à esquerda do empresariado. O político carioca também é aquele que mais claramente conjugou a defesa de um alinhamento aos Estados Unidos à representação crítica dos caminhos políticos latino-americanos.

Posteriormente, o texto abordará a presença desse discurso na ultradireita brasileira contemporânea, com a análise de três intelectuais públicos do campo: Olavo de Carvalho, Ernesto Araújo e Paulo Guedes. A escolha se deve à influência pública dos citados, todos eles influentes no Governo Jair Bolsonaro e com amplo espaço na mídia, e ao fato de permitirem uma boa representação das três principais linguagens do campo: a reacionária, a neoconservadora e a ultraliberal. Por fim, o texto levantará algumas hipóteses sobre as razões das continuidades e rupturas que marcam esse discurso.

PERONISMO, AMERICANISMO E GUERRA FRIA: O MUNDO DE CARLOS LACERDA

Juan Domingos Perón era figura frequente nos textos da Tribuna da Imprensa, jornal criado e comandado por Carlos Lacerda. A análise dos editoriais do periódico - nos anos de 1950, 1951, 1954 e 1955⁷⁵ - não deixa dúvidas sobre a centralidade do líder político argentino para o discurso do tribuno udenista. As críticas ao peronismo e a denúncia contra o governo argentino eram não apenas tema frequente

75 A escolha dos anos se deve à sobreposição entre o período de Perón à frente do Governo da Argentina e à particular intensidade do confronto político. Se em 1950 e 1951 Lacerda liderava forte campanha contra a candidatura e a posse de Vargas, em 1954 ele levanta ainda mais seu tom, já usualmente virulento, em defesa da derrubada do então presidente por todos os meios. Em 1955, por sua vez, Lacerda lidera uma das suas mais famosas pregações golpistas, por meio da clara defesa do adiamento das eleições. Por essas razões, mesmo tendo sido também consultados os editoriais de 1952 e 1953, dado o grande material de análise, o artigo optou por não mobilizar essas fontes.

de reportagens do jornal, muitas vezes com destaque na primeira página, como constituíam um dos mais recorrentes motes retóricos dos editoriais da Tribuna, redigidos pelo próprio Lacerda.

O principal motivo para essa reiterada presença decorre do fato de que o peronismo se tornou para Lacerda, à época, uma categoria central para a representação do principal oponente do udenista: Getúlio Vargas. As proximidades entre Brasil e Argentina, mesmo em meio a suas profundas diferenças, tornavam Perón uma interessante fonte de analogias para os opositores do varguismo. As representações do líder argentino permitiam a Lacerda lembrar o grande público dos malfeitos ditatoriais do Estado Novo, que nutria de elementos próximos ao regime argentino, como a exploração do carisma do líder e o corporativismo (NEIBURG, 1997), e apontar para um futuro de crise, onde seriam reproduzidas, de forma ainda pior, as mazelas da sociedade argentina.

O peronismo surge nos textos de Lacerda do período em três sentidos: como um **regime político latino-americano**, como **variante do “social-fascismo” europeu** e como a **coalizão que governou a Argentina entre 1946 e 1955**. Nos dois primeiros usos, o termo usualmente remete a um esforço de caracterização ideológica de Vargas e do varguismo, quase sempre definido a partir de comparações com o fascismo e o comunismo, enquanto no terceiro Lacerda quase sempre mobiliza uma narrativa conspiracionista, com acusações de efetiva articulação de Perón para dominar a América do Sul. A questão, todavia, não passa apenas pela caracterização do discurso, como será feito nas próximas páginas, mas também demanda uma ampla reflexão sobre os motivos dessas escolhas narrativas.

Para compreender a construção dos argumentos, é necessário antes esclarecer alguns pressupostos. Lacerda parte de uma oposição binária entre o capitalismo cristão, campo da democracia e do liberalismo, e os regimes totalitários, que compartilham de uma mesma recusa fundamental aos fundamentos dessa “civilização”, que se define tanto por um determinado lugar, o Ocidente, quanto por certo substrato cultural, inerente ao conceito de cristianismo. O udenista não tem dúvidas do lugar do Brasil nessa perspectiva geopolítica: somos cristãos e ocidentais.

Tal questão remete a reiterados debates do Pensamento brasileiro e passa por uma reflexão sobre os fundamentos da cultura nacional, extensamente desenvolvida na área e destacada na obra de autores como Joaquim Nabuco, que opõe o sentimento brasileiro à imaginação europeia, e Gilberto Freyre. Tratava-se, por outro lado, de questão na ordem do dia em tempos de Guerra Fria. O tema do confronto entre civilizações já encontrava antecedente na própria construção da modernidade central (SAID, 2008), mas ganhou força ao longo da Segunda Guerra Mundial e, sobretudo após o final da década de 1940, encontrou no combate ao comunismo uma nova versão.

Da periferia, Lacerda replicava questões prementes no centro estadunidense. A política norte-americana era então abalada pelo agressivo anticomunismo do Senador Joseph McCarthy, que em fevereiro de 1950 aumenta sensivelmente o tom e o radicalismo das suas declarações. Posteriormente, a defesa do legado macartista, mesmo com eventual reconhecimento dos seus erros, seria um dos principais motes do conservadorismo e neoconservadorismo americano. Atento ao cenário internacional e especialmente ao norte-americano já há alguns anos, como bem demonstram suas colunas no Correio da Manhã, Lacerda se torna o mais influente representante deste discurso em terras brasileiras.

Segundo o jornalista, a Guerra Fria, acirraria e daria novo sentido a um confronto já existente, que não admitiria conciliações ou composições, pois transcorreria não apenas no campo dos interesses, mas no campo da cultura e das visões de mundo, de forma a opor realidades inconciliáveis (CHALOUB, 2018).

Pela primeira vez na civilização cristã ocidental, o reino do anti-Deus adquiriu forma política e social, e surge contra a cristandade como uma anti-Igreja, com os seus próprios dogmas, suas escrituras, sua infalibilidade, sua hierarquia, sua cabeça visível, seus missionários e sua invisível cabeça (LACERDA, 05 de abril de 1950).

A linguagem religiosa, sinal da conversão de Lacerda ao catolicismo por meio de Dom Lourenço de Almeida Prado, reforça o caráter moral do embate e ideia de confronto entre mundos⁷⁶. Lacerda compartilhava com bacharéis udenistas como Milton Campos e Afonso Arinos de Melo Franco – assim como, em meio às muitas e explícitas diferenças, com o Integralismo – a crítica à defesa do puro interesse e de um mundo organizado a partir da economia, como ocorreria no comunismo e no nazismo. Esta seria uma característica dos regimes totalitários, todos eles inimigos da liberdade, da democracia e do Ocidente e, por tais motivos, profundamente similares: “Há uma semelhança essencial entre fascismo, nazismo e comunismo. O fascismo é a subordinação da pessoa ao Estado, o nazismo à raça, o comunismo à classe.” (LACERDA, 05 de abril de 1950). O puro discurso econômico levava ao comunismo russo e ignorava nosso lastro civilizacional:

...arriscamos agora entregar-nos a um neutralismo que só interessa a Rússia e ao comunismo, porque nos recusamos a considerar os problemas econômicos como uma decorrência, e não como fundamento, da estrutura moral da civilização cristã... nosso capital ideológico, ou seja, a conceituação da vida

76 A identificação entre “Ocidente” e cristandade é tema de uma série de trabalhos. Sobre o assunto, ver IFVERSEN, 2007. Um discurso clássico sobre o Ocidente, como se verá na próxima seção, influente até os presentes dias, é SPENGLER, 1973. Um bom exemplo contemporâneo do discurso, que bem exemplifica sua contemporaneidade pode ser visto em HUNTINGTON, 1996.

social como um conjunto de atos, de ações e interações, que não se subordinam a uma infraestrutura econômica, como, em verdade, não se subordinam a infraestrutura alguma: que são uma composição de interesses, de sentimentos, de impulsos, de ideais, que, no seu conjunto, nas suas próprias contradições, nas suas negações e afirmações e sínteses são, afinal, aquilo que se pode chamar 'o patrimônio espiritual de uma civilização' (LACERDA, 1964, p. 151-152).

Nesse mundo plenamente dividido não haveria lugar para indecisões. Se, na perspectiva de Lacerda, os Estados Unidos eram indubitavelmente a nação líder do mundo Ocidental, discursos de autonomia e não alinhamento usualmente ocultavam a adesão a um dos lados. Até havia espaço para uma posição "nacionalista", como a inglesa, desde que compartilhada com um claro apoio aos norte-americanos. Em editorial sobre o discurso anti-imperialista da campanha de Vargas, o político carioca afirma:

Quando, precisamente, há que optar entre a política de resistência à Rússia e à de submissão à Rússia, que é hoje a grande potência expansionista no mundo, os homens de bem, quaisquer que sejam as suas diferenças de ideias e opiniões, ainda quando sejam contra o capitalismo, veem nos Estados Unidos, como quando aconteceu quando da resistência anglo-americana à ocupação nazista, o centro de resistência do mundo livre ao mundo automatizado. Existe, por certo, em termos de elaboração ideológica, uma terceira posição. Mas, na prática, mormente na dos governos, que não lidam apenas com ideologias e sim com problemas muito mais concretos e imediatos, a terceira posição é ainda uma miragem, e quando surja terá que ser, como já é a da Inglaterra com seu governo trabalhista, ou a da Índia, com seu governo de emancipação nacional, de cooperação e amizade com os Estados Unidos da América do Norte (LACERDA, 31 de outubro de 1950).

Futuro crítico e opositor da Política Externa Independente, de San Tiago Dantas e Afonso Arinos, Lacerda já atacava o nacionalismo desde a década de 1940. Em discurso como Governador da Guanabara, ele distingue o impulso de afirmação nacional, legítimo, do nacionalismo, usualmente relacionado com a exploração desse sentimento na direção dos interesses do comunismo internacional (LACERDA, 1964, p. 90). O discurso nacionalista, anti-americanista e anti-imperialista, usualmente amparado em interesses escusos, pode também derivar do simples ressentimento ante os norte-americanos, que nada constrói e na verdade inferioriza a pátria, ao tornar a economia mais importante que os valores morais: "Sem perceberem que, moralmente, as nações podem igualar-se independente de seu progresso material,

esses “nacionalistas” inferiorizados no fundo desprezam sua pátria.” (LACERDA, 31 de outubro de 1950). Para Lacerda, o verdadeiro interesse nacional não apenas é perfeitamente consonante, mas mesmo demandaria um pleno alinhamento com os Estados Unidos.

A ideia de que a construção de uma posição independente do Brasil no mundo não passava pelo anti-americanismo possui predecessores tão relevantes para construção da política externa brasileira quanto Joaquim Nabuco, Barão de Rio de Branco e Rui Barbosa. Lacerda, todavia, aumentava as exigências do alinhamento e a tolerância com eventuais desvios. A retórica da guerra, mesmo sem um efetivo confronto bélico, fazia com que os dissensos dos tempos de paz resvassem na traição. Nesse aspecto, o udenista constrói discurso extremamente próximo do setor cosmopolita e anti-nacionalista das Forças Armadas, de grande influência na construção da Escola Superior de Guerra.⁷⁷

A ideia de Ocidente, de forte afinidade com as formulações de Spengler (1973), e a definição da nação a partir do pertencimento a uma cultura mais ampla aproximam Lacerda de Golbery do Couto e Silva, o mais importante intelectual militar sobre temas geopolíticos (1967, 1981, 2003). A construção de “civilizações” a partir de uma ideia transnacional de “cultura”, de forte acento conservador e marcada pelo corte religioso, aproxima os dois protagonistas do Golpe de 1964. Eles também comungam da recusa ao puro discurso econômico, mesmo que também cultuassem uma segunda alma, que não negava a técnica da gestão e do planejamento econômico (MOTTA, 2005; CHALOUN, 2018). Esse gosto pela gestão estava presente, por exemplo, na defesa da Doutrina de Segurança Nacional formulada em meios militares em fina sintonia com os interesses americanos da Guerra Fria (REZNIK, 2004). Nessa narrativa, cabia aos militares não apenas a defesa no Estado no plano internacional e a luta contra os inimigos externos, mas também a batalha contra os inimigos internos⁷⁸. Em discurso no Congresso Nacional nos idos de 1955, Lacerda afirma:

...chefes das Forças Armadas, a quem incumbe não apenas a defesa externa - cumpre salientar sempre isso - mas também a defesa interior do Brasil. Tenho aqui ouvido dizer-se ser preciso que os militares dispam a farda para opinarem sobre os assuntos internos da Nação. Desde quando, em que época, em que momento da História nacional essa exigência foi feita? Num país sem partidos verdadeiros, num país sem partidos que correspondam de fato às correntes da opinião nacional,

77 Sobre o lugar da nação e do nacionalismo nas Forças Armadas, boas referências são REZNIK, 2004, e CARVALHO, 2005.

78 Na década de 1960, o discurso da Guerra Revolucionária aproximou ainda mais udenistas e militares, já próximos em muitos momentos da sua lógica argumentativa. Maria Victoria Benevides (1981) expõe bem em sua clássica obra o militarismo da UDN. Para um bom exemplo desse discurso, ver Bilac Pinto (1964).

num país em que a opinião nacional, no momento em que se desencadeou e pode opinar e decidir, foi desviada por um traumatismo e tem sido conduzida não pela razão, mas pelas emissões sucessivas de cada crise, de cada momento, de cada paixão, de cada facção, neste país assim constituído é grotesco que se venha trazer o exemplo daquelas nações em que, aí sim, o Exército é mudo, porque há séculos não existem ali ditaduras (LACERDA, 1982, p. 33-34).

Em meio a todas essas semelhanças, as distinções também eram significativas e passavam pelas vestes liberais de Lacerda, centrais para o seu papel de tribuno eloquente e intelectual público. Enquanto Golbery, e outros cosmopolitas da ESG, preferiam as coxias, o udenista ocupava a frente do palco. Golbery também não dedicava a mesma atenção de Lacerda à influência política dos demais países latino-americanos. Se a datação posterior das principais obras de Golbery justifica a ausência do tema, vale notar como mesmo no Manifesto dos Coronéis, de 1954, que teve no então jovem militar um dos seus principais formuladores, não há grande destaque para o argumento. Para Lacerda, todavia, o peronismo dava maior concretude aos desdobramentos e influências externas na política interna. O peronismo era uma chave para interpretar, seja em perspectiva mais ampla ou na denúncia de conspirações concretas, o lugar das ideologias comunista, fascista e trabalhista no Brasil. Voltemos agora aos usos do peronismo no discurso lacerdista.

O primeiro sentido do termo peronismo nos textos de Lacerda o retrata como um novo tipo de experiência totalitária, capaz de adaptar para o cenário sul-americano as demais experiências do tipo, como o fascismo, o nazismo e o comunismo. Perón estaria à frente, neste sentido, de um tipo particular de regime político, resultado do encontro entre a realidade periférica e as ideologias anti-ocidentais. Se, nos parágrafos acima, buscou-se destacar no pensamento de Lacerda a similaridade entre os vários totalitarismos, vistos como a negação do Ocidente liberal cristão, é também necessário destacarmos como Lacerda vê as realidades periféricas, como a brasileira. Para o jornalista, a fragilidade das instituições tornaria países latino-americanos mais propícios para a penetração de ideológicas totalitárias exógenas. Em editorial que analisa, em chave elogioso, o golpe contra Perón, o udenista afirma: "...a falta de densidade e de continuidade, nas instituições e nos líderes, coloca-nos mais à mercê dos comunistas. Na Argentina, Perón encarnou um movimento de inegável profundidade" (LACERDA, 20 de setembro de 1955).

Segundo o raciocínio lacerdista, mesmo que na Europa os partidos comunistas tenham maior relevância eleitoral - afirmação que ignora a força eleitoral do PCB

antes da ilegalidade⁷⁹ - as condições latino-americanas propiciam uma situação mais crítica, que somente deixa dois caminhos políticos: a liderança das elites esclarecidas ou o sangrento caminho do peronismo. O udenista mais uma vez explicita sua usual organização do mundo em termos binários, onde a política se vê submetida às lógicas da moral:

A crise de maturidade das nossas nações não permite alternativas, não permite soluções parciais nem contemporização por perplexidade ou divisionismo. Ou os movimentos se desencadeiam sob a direção dos grupos mais esclarecidos, mais apercebidos dessa realidade, para permitir ao país o seu “coming of age”, a sua transição de nação semifeudal, primária e precária para nação moderna, industrial e de reforma agrária, ou se processam através de penosos caminhos como os do movimento peronista, que ensanguentam as nações depois de tiranizá-las - inclusive pela tirania do número, o despotismo exercido em nome das maiorias, sejam essas as “humildes” a que se referia, hipocritamente, a carta falsa atribuída a Vargas, ou a dos descamisados, segundo a expressão bem conhecida de Perón (LACERDA, 20 de setembro de 1955).

Lacerda presta seu tributo aos motes populares da época, organizados em torno do conceito de desenvolvimento, como a ideia de uma “nação moderna, industrial e de reforma agrária”. O desenvolvimentismo, como bem aponta Cesar Guimarães (2001), nem sempre vem acompanhado do “nacionalismo”, distintamente de certa bibliografia que trata os temas como um único substantivo composto indivisível. Como bem aponta o autor, se o desenvolvimentismo, com a exceção de poucos liberais, como Eugênio Gudín, é quase regra, o nacionalismo é fator de divisão ao longo da República de 1946.

Lacerda também defende um certo fundamento sociológico para o regime peronista. O discurso em nome dos “humildes” e “descamisados”, presente no trecho acima citado, encontrava amparo em uma coalizão policlassista, cujo “domínio” se fundava “sobre uma aliança das classes médias com o proletariado urbano, sob a liderança deste último, na verdade exercida por uma minoria que manobrava com as massas fascinadas pela propaganda e dementadas pelo incitamento à guerra de classes e ao ressentimento” (LACERDA, 20 de setembro de 1955).

O ‘ressentimento’ era, pela perspectiva de Lacerda, um dos fundamentos do ocaso das verdadeiras elites. Arguto leitor dos processos de ampliação da cena político-institucional, o udenista soube se aproveitar do novo cenário ao articular uma linguagem política mais popular do que a do velho liberalismo oligárquico.

79 O PCB era não apenas o quarto partido mais votado para o Congresso Nacional, como tivera um candidato à Presidência com mais de 10% dos votos e mesmo alcançara a maioria em algumas relevantes Câmaras Municipais, como a do Rio de Janeiro.

Sua posição, todavia, era contrária a esse movimento de ampliação democrática. Lacerda recusava uma perspectiva tocquevilliana, que critica seus problemas, mas vê na democratização um movimento irreversível. Para o jornalista, era necessário colocar outra vez no poder as verdadeiras elites, únicas capazes de preservar o interesse nacional.

A democracia é um regime difícil e árduo. Ao contrário do que geralmente se pensa, por culpa de alguns generalizadores bocós, ela não é o regime do homem comum, do homem qualquer, do qualquer um, do homem da rua. O regime ideal dessa e para essa gente é precisamente o fascismo, com a sua demagogia estridente, ou algumas de suas modalidades igualmente totalitárias (peronismo, estadonovismo, stalinismo). A democracia é um regime de seleção. Nela devem governar os melhores e não os “qualqueres”. Os aventureiros devem ser dela banidos precisamente porque ela vive do povo, mas não dos que enganam o povo; estes não a fazem viver, estes a matam com suas próprias armas (LACERDA, 25 de maio de 1950).

A verdadeira democracia é o governo dos melhores, justamente os perseguidos em regimes totalitários, como o peronismo, marcados por uma retórica que manipula as massas em favor do interesse de falsas elites. O predomínio do “homem comum”, do “homem da rua”, é a base dos totalitarismos, conhecidos pelo seu nivelamento das diferenças que nega as particularidades e, portanto, a liberdade. É possível encontrá-lo, por exemplo, no trabalhismo brasileiro, criado por Vargas e continuado por João Goulart, que se assemelha ao peronismo por seu esforço de dar forma nacional aos regimes totalitários.

Em outros momentos no discurso lacerdista, entretanto, o peronismo perde sua cor local periférica e soa como simples implantação dos regimes totalitários na América do Sul. Como fora o Estado Novo varguista, ele não passaria de uma cópia dos preceitos totalitários para outra realidade. A narrativa emula os antigos ares da Segunda Guerra, momento quando a oposição ao regime autoritário ganhou densidade e contou com Lacerda dentre as suas fileiras (LAHUERTA, 2014). À época, a representação do Estado Novo como um regime fascista reforçava a identificação entre o varguismo e as nações do Eixo, que atacaram forças brasileiros. Posteriormente, ganhava força a analogia entre a derrota dos fascistas na Europa e a derrubada da ditadura fascista no Brasil.

Nas palavras de Lacerda, trabalhismo, peronismo, nazismo e fascismo teriam poucas diferenças: “Tudo o que o sr. Getúlio Vargas tem feito é a confirmação do caráter neo-fascista do chamado “trabalhismo”, que tem muito mais de nacional socialista do que trabalhista e é muito mais peronismo do que qualquer outra coisa.” (LACERDA, 19 de Junho de 1950). A experiência varguista e o peronismo seriam,

deste modo, simples transplantações de experiências europeias, em discurso que nega maior especificidade à realidade latino-americana na sua construção.

A narrativa de uma grande conspiração totalitária global ganharia ainda mais força com o recrudescimento da Guerra Fria, que levaria Lacerda a reforçar sua interpretação do cenário político a partir de um grande embate global entre duas civilizações, cada uma liderada por uma superpotência. Nesse cenário, torna-se mais frequente o vocabulário conspiracionista da infiltração estrangeira, que se faz presente no discurso anticomunista desde a década de 1930 e se faz mais frequente depois da Revolução Cubana (MOTTA, 2002).

O discurso, todavia, já tinha grande presença no pensamento de Lacerda desde o final da década de 1940 e não elegia apenas a União Soviética como potência imperialista desejosa de determinar os rumos do Brasil: o peronismo era frequentemente mencionado em acusações de “infiltração estrangeira”, em editoriais de Lacerda, reportagens de destaque na Tribuna de Imprensa ou nos textos de opinião assinados por colunistas como Alceu de Amoroso Lima e Hélio Silva. Este é o terceiro sentido do peronismo no discurso de Lacerda, que em diversos momentos fez acusações concretas sobre a influência de Perón no Brasil, com menções constantes a Vargas, João Goulart e João Batista Luzardo, político gaúcho que era próximo de Vargas e Perón entre o final da década de 1930 e o início de 1950.

O tema era frequente na primeira página do jornal e inspirava uma série de artigos, como os da série “A verdade sobre Perón”, composta por 14 textos publicados por Mário Martins a partir do seu livro “Perón, um confronto entre a Argentina e o Brasil”, que mereceu enorme destaque. Lacerda, por sua vez, chegou a publicar o conteúdo integral de cartas falsas, as Cartas Brandi, também na primeira página, em 17 de setembro de 1955. Na narrativa do jornalista, o documento forjado seria uma carta entre o deputado argentino Antônio Jesús Brandi e João Goulart, que planejava armar sindicalistas brasileiros com o intuito de derrubar violentamente o governo e atacar opositores. Uma vez demonstrada a falsidade do documento, sua publicação na Tribuna da Imprensa e divulgação na televisão deu azo a pedido de cassação do mandato parlamentar de Lacerda. Tal tipo de acusação não era, todavia, eventual, mas constante. Nas edições de 15 de março e de 03 de abril de 1954 há, por exemplo, grande destaque um depoimento do ex-chanceler João Neves da Fontoura, que confirmaria um plano peronista para tomar o poder no Brasil e no Chile, com a direta participação de Getúlio Vargas. Na edição de 8 de abril de 1954, há, por sua vez, reportagem de destaque com o título “Getúlio aceitou dinheiro de Perón”.

De acordo com essa narrativa, havia um plano concreto de intervenção no país, que envolviam o Presidente do Brasil e um “ditador” vizinho. Ainda tomavam parte na articulação ministros, como Jango, e líderes do Exército, como o ex-

Ministro da Guerra Newton Estillac Leal, que teria participado, segundo editorial da Tribuna de Imprensa de 16 de outubro de 1950, de reunião com Vargas e Batista Luzardo sobre o tema. Lacerda mais uma vez emula os motes retóricos da direita americana dos anos 1950, onde as teorias da conspiração, como o marcartismo, desempenhavam um papel central (HOFSTADTER, 1964).

Ante esse cenário, Lacerda defendia, sem meias palavras, todas medidas possíveis para apartar todos os envolvidos do poder. Em tempos excepcionais, a “legalidade” servia como instrumento para os “traidores”, como João Goulart. Em 25 de janeiro de 1954, a Tribuna da Imprensa tem edição com reportagens amplamente favoráveis ao golpe que levou o General Alfredo Stroener ao poder no Paraguai, de onde ele só sairia 34 anos depois. No editorial do dia, Lacerda elogiava a “revolução sem sangue” e comentava em tom positivo que o “primeiro a ser liquidado politicamente foi o “Jango paraguaio”, Epifânio Mendes Fleitas, presidente do Banco Paraguaio, agente número um de Juan Domingos Perón.” (LACERDA, 20 de setembro de 1955). Já em outro editorial, no qual comemorava o golpe contra Perón, o udenista afirma:

Assim como Perón representava a ‘legalidade’ e em nome dela sufocava a República e degradava a Nação, Goulart em nome da ‘legalidade’ une-se a Kubitschek e ambos ao comunismo, para – brandindo a espada da demagogia e protegendo-se no escudo da lei, feita para situações normais, mas incapaz de atender e resolver as anormais – subir ao poder e, no poder, destruir a República e instaurar uma nova ‘legalidade’ de tipo peronista (LACERDA, 20 de setembro de 1955).

O peronismo funcionava para Lacerda como uma justificativa de ruptura institucional. Como já apontado, ele surgia, primeiramente, enquanto um modo de ressaltar a particular fragilidade latino-americana para resistir às influências totalitárias do centro. Crítico ao nacionalismo, Lacerda não via problemas em ressaltar as maiores virtudes das grandes nações do Ocidente Cristão, com destaque para os Estados Unidos. O objetivo maior de Lacerda era fustigar seus adversários trabalhistas, como Vargas e Jango, com o exemplo próximo que, por algumas semelhanças, poderia remeter tanto ao passado estadonovista como ao hipotético futuro, construído pelo discurso de Lacerda, de um domínio peronista em toda a América Latina. Se, segundo o jornalista, Perón já havia construído uma “cortina de ferro” na América do Sul, o próximo passo era levar o Brasil para o outro lado.

BOLIVARIANISMO, COMUNISMO E GLOBALISMO: OS INIMIGOS PRÓXIMOS DA ULTRADIREITA BRASILEIRA

Décadas depois, o discurso do inimigo latino-americano voltaria ao centro da cena política brasileira. A narrativa ganhou corpo com o período petista à frente da Presidência da República, quando as menções à Venezuela, ao bolivarianismo e a um eixo comunista na América Latina passaram a ser tema frequente de colonistas da grande mídia e críticos do governo. A narrativa passava tanto por uma sobrevalorização da força da esquerda latino-americana, como pela construção do *inimigo próximo*, frente ao qual a boa identidade brasileira definia-se por exclusão.

Os três mais influentes jornais impressos brasileiros – Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e O Globo – seguiam discurso bem semelhante em relação ao tema. Em editorial sobre a posse de José Serra como chanceler, no início do Governo Temer, a Folha de São Paulo assim caracterizava a política externa dos governos petistas: “tinha muito de seletivo, de forma que a uma hostilidade automática em face de parceiros relevantes e aliados tradicionais, como os EUA, correspondia uma tolerância que raiava a subserviência perante autocracias como as do Irã, de Cuba e da Venezuela.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016). Já “O Globo”, em editorial publicado em 20 de abril de 2016, poucos dias depois da abertura do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados, inclui o governo petista dentro da lógica bolivariana: “O governo lulopetista segue o padrão de regimes bolivarianos ainda espalhados pelo continente, os quais ao primeiro sinal de fortalecimento da oposição — dentro da Lei — denunciam “golpe” (O GLOBO, 2016).

O discurso perdurou mesmo após o fim do período petista à frente da Presidência. No dia do primeiro turno da eleição de 2018, o Estado de São Paulo publicou violento editorial contra o candidato petista, Fernando Haddad, onde o acusava de “radicalização antidemocrática”, comparava os conselhos de políticas públicas e as conferências nacionais à experiência chavista na Venezuela e interpretava a ideia de cooperação sul-sul ao predomínio da ideologia sobre a razão (ESTADO DE SÃO PAULO, 2018).

As analogias entre o Brasil e experiências autoritárias não se limitavam aos editoriais da grande imprensa, mas despontavam nas tribunas parlamentares e campanhas eleitorais. Também marcavam as manifestações públicas de importantes políticos e intelectuais da oposição de então. Em texto publicado em 2009, no Estado de São Paulo, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que mantém seu lugar como uma das grandes vozes públicas do PSDB, então grande oponente do PT nas eleições presidenciais, escreveu um texto onde classificava a experiência petista como um subperonismo:

Se há lógica nos despautérios, ela é uma só: a do poder sem limites. Poder presidencial com aplausos do povo, como em toda boa situação autoritária, e poder burocrático-corporativo, sem graça alguma para o povo. Este último tem método. Estado e sindicatos, estado e movimentos sociais estão cada vez mais fundidos nos alto-fornos do Tesouro. (...) Partidos fracos, sindicatos fortes, fundos de pensão convergindo com os interesses de um partido no governo e para eles atraindo sócios privados privilegiados, eis o bloco sobre o qual o subperonismo lulista se sustentará no futuro, se ganhar as eleições (CARDOSO, 2009).

A narrativa dos perigos de um desvio bolivariano da esquerda e centro-esquerda brasileiras, e sobretudo do PT, foi bem-sucedida em seu objetivo de desconstrução do petismo e se tornou um dos motes da mídia e dos partidos de direita e centro-direita para justificar a derrubada de Dilma Rousseff. As desculpas formais de consistência precária, como o conceito de ‘pedaladas fiscais’, são secundárias na quase totalidade dos discursos sobre o tema, seja na mídia ou no Parlamento, e não demandam grande sofisticação para expor a narrativa central para o golpe parlamentar (SANTOS, 2016): o “conjunto da obra”. O que seria, entretanto, esse conjunto da obra? O conceito mais frequente para caracterizá-lo é o de corrupção, que, nesse discurso, tanto possui um sentido econômico de clara inspiração neoliberal, diretamente identificado a uma expansão indevida do Estado, como carrega repercussões morais mais amplas, que sugerem um desvio moral quase que intrínseco à esquerda (CHALOUB & LIMA, 2020).

Durante esse processo ocorre, todavia, uma sensível mudança no cenário da direita brasileira. O neoliberalismo progressista (FRASER, 2016), já em crescente desprestígio no PSDB desde 2006, perde definitivamente o centro do discurso público da direita brasileira. Ganha destaque uma ultradireita, que chegará à Presidência da República, ao governo de alguns estados e ganhará força no Congresso Nacional na eleição de 2018. O “perigo bolivariano” é ainda mais forte nesse grupo, que tem no discurso da ameaça iminente (HIRSCHMAN, 2019) um dos elementos de coesão de uma ampla coalizão, construída a partir de diversas linguagens políticas, como a ultraliberal, a neoconservadora e a reacionária.⁸⁰

Antes de prosseguirmos, é necessário destacar que linguagens políticas não são atores. Tanto cada ator frequentemente conjuga mais de uma linguagem política, como dentro de cada uma dessas linguagens há margem para usos diversos por grupos sociais distintos. Há, sem dúvida, a preponderância de linguagens em determinados meios e personagens. Assim, o apoio de Bolsonaro no mercado financeiro e no setor de serviços decorre sobretudo da sua adesão a uma linguagem

80 A delimitação dessas linguagens será objeto de texto vindouro, apenas dedicado a isso. No presente artigo, nos interessa apenas uma definição mínima, que nos permita perceber o papel das representações do bolivarianismo neste discurso.

ultraliberal, sua popularidade nos meios militares das narrativas neoconservadores, e sua mobilização nos meios olavistas, e em outros setores radicais, passa pelos símbolos reacionários presentes em sua narrativa. Não existe, todavia, um vínculo de exclusividade entre as linguagens e os atores. O bolivarianismo ocupa um lugar distinto em cada uma dessas linguagens, mas existem substratos comuns na interpretação e algumas razões para a escolha desse inimigo.

O tema da infiltração é uma continuidade ante o discurso anticomunista hegemônico (MOTTA, 2002), mas agora ganha força em um cenário onde não há um polo comunista tão claro quanto a União Soviética. O papel mais ambíguo e menos expansionista da China no terreno ideológico propicia uma definição mais fluida do comunismo e uma ideia de que a disputa se faz de modo subterrâneo. Sem dúvida, o autor que há mais tempo se dedica a construir essa narrativa é Olavo de Carvalho. Seja por meio de artigos na grande imprensa, publicados em jornais como “O Globo”, livros, aulas ou manifestações em redes sociais, ele se dedica há algumas décadas a identificar e denunciar o que seria o predomínio ideológico global da esquerda, sobretudo a partir da sua capacidade de construir discursos hegemônicos.

Para Carvalho, o ator hegemônico no mundo contemporâneo seria o que ele chama de “Consórcio”, uma “organização de grandes capitalistas e banqueiros internacionais, empenhados em instaurar uma ditadura mundial socialista” (CARVALHO & DUGIN 2011, p. 48). Essa organização dinástica teria surgido há mais de cem anos por iniciativa dos Rothschild e reuniria centenas de bilionários interessados em implantar o socialismo em decorrência do que seriam os dois limites de um estado socialista, que tornavam necessária a aliança entre grande Capital e Estado Socialista. O primeiro seria a incapacidade de criação de um Estado socialista, definido por ele como aquele que detém a posse dos meios de produção, já que nunca um Estado revolucionário pode ter a propriedade dos bens, pois a relação de propriedade exige um regime legal com uma autoridade superior, o que inexistiria em um Estado revolucionário. Assim, nunca haveria um Estado Socialista de fato, mas apenas um “Estado socializante”, de modo que o socialismo nunca seria mais que um processo. O segundo fato decorreria da incapacidade do Estado socialista de controlar preços em uma sociedade complexa, momento em que Carvalho subscreve fielmente as formulações de Mises (CARVALHO & DUGIN 2011, p. 51), o que faria com que esse “Estado socializante” se tornasse necessariamente uma ditadura. De tais limites, depreende-se o que seria uma consequência incontornável:

À medida que os controles estatais iam crescendo em número e complexidade, as pequenas empresas não tinham recursos financeiros para atendê-los e acabavam falindo ou sendo

vendidas a empresas maiores – cada vez maiores. Resultado: o “socialismo” tornou-se a mera aliança entre o governo e o grande capital, num processo de centralização do poder econômico que favorece a ambos os sócios e não arrisca jamais desembocar na completa estatização dos meios de produção. Os grandes beneficiários dessa situação são, de um lado, as elites intelectuais e políticas de esquerda; de outro, aqueles a quem chamei “metacapitalistas” – capitalistas que enriqueceram de tal modo no regime de liberdade econômica que já não podem continuar se submetendo às flutuações do mercado (CARVALHO & DUGIN, 2011, p. 52).

Ainda segundo Carvalho, os socialistas logo perceberam que tinham dois caminhos para a implantação do socialismo: uma ditadura cruenta, de implantação imediata através da revolução, ou um método gradual, operado por meio do aparato jurídico-político da sociedade burguesa, com a ajuda dos organismos internacionais, como ONU, FMI e OMS. A ideologia desse processo seria o globalismo, discurso que busca subjugar tanto os Estados Nacionais quanto a liberdade individual a essa ordem global, dominada por esses bilionários e alinhada com os interesses de China e Rússia.

O discurso segue em parte a linha de outras narrativas de intelectuais de destaque da ultradireita global contemporânea, como Steve Bannon e Alexandr Dugin (TEITELBAUM, 2020), críticos da ordem global pós-1945 e, de modo mais amplo, dos fundamentos da modernidade ocidental, como a secularização e o iluminismo. Soam evidentes em todos, e textualmente mencionadas em Carvalho e Dugin, as referências a tradicionalistas como Rene Guenon e Julius Evola. No caso do brasileiro, Guenon foi sua mais relevante influência em obras ao longo da década de 1980, como “Astros e Símbolos” e “Astrologia e Religião”, tendo inclusive motivado uma pregressa conversão ao islamismo, e permaneceu como uma das suas grandes inspirações teóricas. Carvalho também emula Guenon em sua recusa a se admitir como um pensador político, mesmo ante os evidentes indícios nesse sentido.⁸¹

Olavo de Carvalho tem, todavia, uma significativa diferença ante Dugin e Bannon: sua aversão ao nacionalismo⁸². Enquanto os outros dois teóricos contrapõem ao globalismo liberal um mundo de civilizações e nações, o brasileiro é um forte defensor do universalismo. Seu universalismo não se confunde, entretanto, com o iluminista, mas assume um caráter antissecular e confere às religiões um papel

81 Para os mais influentes traços da obra de Guenon, ver GUENON, 2001.

82 Em seu debate com Olavo de Carvalho, Dugin afirma: “Para dizer a verdade, estou um pouco desapontado com este debate com o Prof. Olavo de Carvalho. Pensei que encontraria nele um representante dos filósofos brasileiros tradicionalistas na linha de Guénon e Evola, mas ele acabou por se mostrar algo muito diferente e, de fato, muito esdrúxulo.” (CARVALHO & DUGIN, 2011, p. 66).

central enquanto atores (CARVALHO & DUGIN, 2011, p. 62-63). A conjunção entre a aversão ao nacionalismo e o universalismo o levam a uma forte adesão à categoria de Ocidente, em leitura que emula autores como Oswald Spengler, Arnold Toynbee e seus diagnósticos sobre a decadência do Ocidente. O excessivo materialismo e a perda dos fundamentos espirituais do Ocidente, que remontariam à Grécia, seriam responsáveis por um processo de decadência civilizatória, só passível de ser interrompida por um retorno a essas raízes espirituais.

Carvalho constrói uma direta relação entre o Ocidente e os Estados Unidos da América, ou, seria melhor dizer, certo Estados Unidos da América. Em chave distinta às formulações conservadoras e fascistas mais frequentes, que no caso brasileiro tem em autores como Eduardo Prado e Plínio Salgado bons exemplos, o ideólogo da ultradireita brasileira não identifica os Estados Unidos necessariamente ao materialismo, mas vê o país como uma sociedade com fortes traços comunitários, grande generosidade e um peculiar arranjo capaz de conciliar liberdade individual a um sentimento de solidariedade ante o próximo. Com essa descrição, que emula uma América idílica, Carvalho pretende demonstrar como as utopias coletivistas críticas ao individualismo não passam de fantasias autoritárias.

Os Estados Unidos, todavia, também seriam vítimas de um processo de infiltração globalista de comunistas, representados não apenas pelos grandes bilionários, mas por políticos de “esquerda”, como o ex-presidente Obama. Para justificar essa narrativa, Carvalho contrapõe a América globalista a uma verdadeira América, afinada às ideias do “nacionalismo conservador americano”, que comporia, ao lado das comunidades cristãs e da nação judaica um dos três grupos com narrativas globais que se encontravam dominados, na atual conjuntura, pelas forças hegemônicas do globalismo, qual sejam, “os militaristas russo-chineses, os oligarcas ocidentais e os apóstolos do Califado Universal” (CARVALHO & DUGIN, 2011, p. 54). O autor conclui: “Os EUA não são o centro de comando do projeto globalista, mas, ao contrário, sua vítima prioritária, marcada para morrer.”

Se, como apontado acima, o discurso retoma motes clássicos do discurso anticomunista, ele inova em dois aspectos. Primeiramente por fazê-lo na contracorrente do discurso global. O anticomunismo de Lacerda e sua construção do perigo peronista atuavam num momento onde a divisão de mundo entre zonas de influência era amplamente reconhecida e a Guerra Fria um tema quase incontestado. Carvalho, por sua vez, retoma certo mote conspiracionista do início dos anos 1950 nos Estados Unidos (HOFSTADTER, 1964), diretamente relacionado ao macartismo, em cenário onde a retórica da conspiração soa ainda mais engenhosa e fundada em aspectos pouco evidentes.

As narrativas possuem, todavia, uma dissonância ainda mais profunda, já que apenas em Carvalho há uma contestação à própria ideia de modernidade. Lacerda flertava com a narrativa do conservadorismo católico, o que aproximava sua

autoimagem liberal de linguagens autoritárias e motes conservadores (CHALOUB, 2018), mas não questionava os marcos iluministas. Olavo de Carvalho, por sua vez, avança rumo a uma visão de mundo que é antes reacionária que propriamente conservadora. Por um lado, é inegável que ele tem no conservadorismo e neoconservadorismo⁸³ norte-americano - de personagens como William Buckley, Russel Kirk e Irving Kristol - uma inspiração, tanto em relação aos argumentos quanto ao seu estilo de atuação pública. O estilo neoconservador, que emula os polemistas públicos daquele cenário, por vezes oculta, contudo, a faceta mais propriamente reacionária de Carvalho, amparada nas influências de autores tradicionalistas, como os já mencionados Guenon e Evola.⁸⁴

A distinção entre o neoconservadorismo e o reacionarismo se ampara em uma visão abrangente de história, já que enquanto a tradição conservadora aceita as mudanças no processo histórico e, mesmo com o importante papel de argumentos de fundo religioso, não defende a plena submissão da política à religião, a linguagem reacionária, por sua vez, advoga a possível retomada de momentos históricos distantes e vê a política dos homens como simples reflexo de uma ordem divina superior. A verve reacionária de Carvalho o leva à recusa do moderno, seja em relação ao Estado secularizado ou a qualquer mudança no terreno do comportamento e da cultura. Há, nesse sentido, a negação profunda da própria ideia de direitos individuais, vistos como desagregadores de valores mais relevantes, e uma rejeição ético-estética a qualquer inovação no terreno da arte do pensamento. A ponderação em relação às mudanças da modernidade fica por conta do capitalismo, que é pensado por Olavo em chave ética, como relacionado à liberdade individual e à recusa do coletivismo, e diretamente confrontado com a opção socialista (CARVALHO, 2013, p. 199-200).

Nesse sentido, em relação à tradição do pensamento político brasileiro, Carvalho se aproxima mais do integralismo, sobretudo da vertente de um autor como Plínio Salgado, que de Lacerda. Mesmo que o nacionalismo, marca do líder integralista, os afaste, a crítica radical à modernidade e a oposição extremada entre uma ordem espiritual e outra material os aproxima (BENZAQUEN, 1988). Também os afastaria, se considerarmos a autoimagem do próprio Carvalho, o sentimento revolucionário, recusado pelo autor contemporâneo e abraçado por Salgado. A recusa à ideia de revolução frequentemente está mais na autoimagem de Carvalho, fiel a Guenon e a certo conservadorismo católico, do que nas consequências das

83 Há discussões relevantes sobre as classificações do campo conservador americano e os limites entre conservadorismo e neoconservadorismo. Sobre o tema, ver NASH, 1976; VAISSE, 2010; PHILLIPS-FEIN, 2011. Como nossa preocupação no presente artigo é a recepção desse pensamento no Brasil, e não a reconstrução do debate americano ou europeu, a variedade do movimento conservador e neoconservador nos Estados Unidos é organizada em torno do conceito de linguagem neoconservadora.

84 Poderíamos mencionar também a interpretação que Olavo faz de Eric Voegelin, mas as distinções desse autor em relação a Guenon e, sobretudo, a Evola, e a sua aproximação por meio da leitura de Olavo de Carvalho não poderiam ser suficientemente desenvolvidas nos limites desse texto.

suas ideias políticas, e comporta uma interpretação mais adequada do que simples recusa de qualquer mudança brusca da ordem social. A importância da distinção entre reacionarismo e neoconservadorismo se torna mais evidente quando a análise trata da sociedade brasileira.

O Brasil seria, para Carvalho, um terreno ainda mais propício para o globalismo do Consórcio. O país teria contribuição modesta à cultura universal, com apenas quatro pensadores de importância global: Mario Ferreira dos Santos, Otto Maria Carpeaux, Miguel Reale e Gilberto Freyre (CARVALHO, 1997). Mesmo seu suposto catolicismo não passaria de uma farsa, tendo-se em vista o predomínio de elites anticatólicas durante a maior parte da sua história, em narrativa supostamente confirmada pelo predomínio dos maçons e sincretismo brasileiro (CARVALHO, 1997, p. 53-54). O cenário de decadência se adensaria ainda mais depois da ditadura militar, quando a esquerda, com a complacência dos militares, foi bem-sucedida em excluir a direita de todo o debate público:

Quando terminou a era dos governos militares, em 1988, só quem era ainda conservador no Brasil era o povão mudo, desprovido de canais para fazer valer suas opiniões, enquanto o espaço cultural inteiro (...) já era ocupado, gostosamente, pela multidão de tagarelas da esquerda que ainda mandam e desmandam no panorama mental brasileiro. (...) A direita saiu da política nacional, porque, com a complacência e até a ajuda do governo militar, foi primeiro banida da cultura nacional (CARVALHO, 2012, p. 52).

Nesse cenário, o debate público brasileiro passou a ser dominado por duas tendências: a Nova Era, de Fritjof Capra, e as formulações marxistas de Gramsci. O autor dedica três obras para desmascarar a miséria do pensamento brasileiro: “A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci”, “O Jardim das Aflições” e “O Imbecil Coletivo”. O primeiro livro apresenta o problema, o segundo localiza o Brasil na reflexão ocidental, retornando à Epicuro, e o terceiro oferece exemplos dessa miséria no debate público brasileiro. Em sua primeira versão mais extensa do argumento, em 1994, Carvalho tende a equipar as duas doutrinas exógenas apenas no Brasil, uma que pecava pela fluidez capitalista pós-moderna e outra pela insidiosa penetração marxista, já que fora do Brasil a Nova Era teria derrotado definitivamente o marxismo (CARVALHO, 1994, p. 24).

Nas futuras edições, sobretudo após a vitória do Partido dos Trabalhadores, em 2002, o argumento contra Gramsci passa a ocupar o centro da cena e a influência de Capra começa a ser apresentada como uma consequência da

infiltração gramsciana (CARVALHO, 1994, p. 15).⁸⁵ O argumento central, todavia, é de uma intelectualidade marcada por limitações intelectuais e pela incapacidade de compreender do mundo, a qual, justamente por isso, se tornou uma presa fácil para o gramscianismo. Uma vez hegemônico, o pensamento de Gramsci reforça as condições que permitiram sua popularidade, em ação que aumenta a mediocridade da cena intelectual brasileira:

A geração que, derrotada pela ditadura militar, abandonou os sonhos de chegar ao poder pela luta armada e se dedicou, em silêncio, a uma revisão de sua estratégia, à luz dos ensinamentos de Antonio Gramsci. O que Gramsci lhe ensinou foi abdicar do radicalismo ostensivo para ampliar a margem de alianças; foi renunciar à pureza dos esquemas ideológicos aparentes para ganhar eficiência na arte de aliciar e comprometer; foi recuar do combate político direto para a zona mais profunda da sabotagem psicológica. Com Gramsci ela aprendeu que uma revolução da mente deve preceder a revolução política; que é mais importante solapar as bases morais e culturais do adversário do que ganhar votos; que um colaborador inconsciente e sem compromisso, de cujas ações o partido jamais possa ser responsabilizado, vale mais que mil militantes inscritos. Com Gramsci ela aprendeu uma estratégia tão vasta em sua abrangência, tão sutil em seus meios, tão complexa e quase contraditória em sua pluralidade simultânea de canais de ação, que é praticamente impossível o adversário mesmo não acabar colaborando com ela de algum modo, tecendo, como profetizou Lênin, a corda com que será enforcado. A conversão formal ou informal, consciente ou inconsciente da intelectualidade de esquerda à estratégia de Antonio Gramsci é o fato mais relevante da História nacional dos últimos trinta anos.” (CARVALHO, 1994, p. 04).

O anti-americanismo seria uma das mazelas dessa intelectualidade decadente, que importa as últimas modas da esquerda americana, igualmente decadente, e se mostra frágil perante as influências externas do consórcio: “o nacionalismo brasileiro (...) se degradou ao ponto de transformar-se num anti-americanismo histriônico usado para encobrir o sacrifício da soberania nacional às exigências do globalismo.” (CARVALHO & DUGIN, 2011).

O discurso crítico à integração latino-americana é central na análise política e visão de mundo de Carvalho, que tem no Foro de São Paulo um dos seus temas mais frequentes e conhecidos. Na narrativa do autor, o fórum de partidos e movimentos de esquerda na América Latina é uma organização paramilitar e estratégica, destinada a tomar o poder em todos os países do continente, no

85 Em recente texto na revista Jacobin, Daniela Mussi e Alvaro Bianchi (2020) demonstram como os ataques à Gramsci são um mote comum à vários intelectuais conservadores, como Roger Scruton e Alain De Benoist, os quais por certo surgem como inspiração de Carvalho.

que já fora bem-sucedida, pois em 2007 ela dominaria o governo de nove países (CARVALHO, 2007). Ele não tem qualquer dúvida da centralidade e extensão desse movimento, que para ele assume o caráter de fato evidente:

Que o Foro de São Paulo é uma entidade estrangeira, multinacional, criada em Havana por Fidel Castro e Lula; que a maior parte das organizações que o compõem são de fala espanhola; e que uma das especialidades do Foro, conforme confessou o próprio Lula, é ajudar os governantes esquerdistas a interferir em segredo na política interna dos países vizinhos - nada disso é coisa de que se possa duvidar razoavelmente (CARVALHO, 2014).

O bolivarianismo seria, nesse sentido, uma face mais explícita de uma articulação internacional do comunismo globalista, de inspiração gramsciana. As menções a uma suposta reunião do Foro com Fernando Henrique Cardoso e o Partido Democrata Americano, em 1993 (CARVALHO, 2014), exporiam a pretensa influência da instituição na política continental. Sua particularidade no cenário brasileiro decorre da mediocridade das elites intelectuais da periferia, ainda menos consciente que as do centro do seu lugar subordinado a uma grande ordem global.

A exposição do pensamento de Carvalho é central não apenas por sua ampla influência intelectual no debate público, tanto pelo número como pela relevância dos seus alunos no cenário da ultradireita brasileira, mas também merece atenção particular pelo seu prestígio no governo Bolsonaro. O intelectual é não apenas responsável por “nomear” Ministros, inclusive dois da educação, mas desempenha inquestionável ascendência sobre o ativo núcleo familiar do Presidente, inclusive sobre o próprio, que simbolicamente expunha um livro de Carvalho em seu discurso de posse. No discurso em torno das relações do país com o mundo, o intelectual tem grande autoridade sobre os três nomes mais ativos na construção da política externa do país: o chanceler Ernesto Araújo, o assessor presidencial Felipe Martins e Eduardo Bolsonaro, o filho do presidente que mais se manifesta sobre o tema.

Dos três personagens, Araújo é o que formulou de modo mais claro a sua concepção da inserção do país no mundo, bem explícita em seu discurso de posse e no texto “Trump e o Ocidente”. Na posse, Araújo explicitou sua vinculação a Olavo de Carvalho, definindo-o como o “homem que, após o presidente Jair Bolsonaro, talvez seja o grande responsável pela imensa transformação que o Brasil está vivendo” (ARAUJO, 2019). O chanceler cultivava uma retórica mais empolada, longe do coloquialismo com o qual Carvalho constrói mesmo os argumentos com mais referências eruditas. Há, todavia, uma grande coincidência entre as visões de mundo de ambos, que partilham de um repertório intelectual muito semelhante - formado por personagens como Spengler, Guenon e Evola - de recusa à modernidade e à

secularização. Araújo não se limita aos elogios, mas constrói um cenário de perda de valores e expansão do globalismo perfeitamente condizente com o discurso de Carvalho. Por outro lado, sua crítica ao universalismo e defesa de valores amparados na nacionalidade destoam das do autor, marcadamente universalista. Araújo, nesse sentido, é muito mais próximo do tradicionalismo do que seu mestre.

O chanceler define o Ocidente como uma comunidade de Nações amparadas em valores e experiências, algo ignorado por uma “elite hiperintelectualizada e cosmopolita” (ARAUJO, 2017, p. 326). As experiências não ocorrem numa sociedade global, como pretende o Iluminismo com seu discurso liberal e revolucionário, mas dentro das comunidades nacionais. Elas também não prescindem da religião, mas nela se amparam. Trump, para Araújo, seria o líder do retorno do Ocidente às suas raízes, que remontam a Ésquilo e a uma suposta ideia de “pátria”, já presente na Grécia. Anacrônico, Araújo parece antes retomar certa tradição romântica de crítica à modernidade, presente em determinados conceitos de história e cultura, e conjugá-la aos discursos reacionários de crítica à revolução francesa, construídos por autores como Joseph de Maistre. A inspiração mais evidente, todavia, é Spengler, quase fielmente reproduzido em sua ideia sobre a decadência do Ocidente.

Araújo transita entre dois discursos. Por um lado, o Ocidente é um composto de experiências nacionais, que compartilham alguns valores, por outro lado, essas experiências somente se realizam dentro de fronteiras bem-marcadas. A formulação ambígua de construção de um Ocidente comum “a partir das nacionalidades (e não por cima das nacionalidades)” (ARAUJO, 2017, p. 328) parece ser a melhor fórmula, dentro do seu repertório, que o chanceler encontrou para conciliar sua retórica nacionalista, muito próxima ao Integralismo, à defesa de uma política externa fortemente alinhada aos Estados Unidos.

De uma ideia essencialista de nacionalismo até a oposição entre materialismo e espiritualismo, passando pelo elogio ao herói e até mesmo por um determinado uso do idioma tupi, Araújo emula vários dos motes do integralismo, sobretudo de Plínio Salgado (BENZAQUEN, 1988). Falta o partido, talvez dispensável a essa nova cepa do ideário. A busca pelo verdadeiro Brasil, que perdeu sua identidade deve, por um lado, ser buscada dentro do próprio país, que carece resistir à ordem globalista hegemônica. Citando Trump, Araújo afirma:

Trump não fala de “valores universais” ou algo assim, porque em sua visão não existem “valores universais” que se superponham à identidade de cada nação e de cada civilização. Os valores só existem dentro de uma nação, dentro de uma cultura, enraizados em uma nação, e não em uma espécie de éter multilateral abstrato. O exemplo, por outro lado, vem de fora de Donald Trump que desponta como salvador do Ocidente (ARAUJO, 2017, p. 332-333).

Ironicamente, o exemplo vem de fora, da liderança americana que retoma o fio perdido da identidade ocidental, ameaçada por um inimigo externo, o islamismo, mas sobretudo por um inimigo interno: a perda da própria identidade ocidental. Araújo segue fielmente a interpretação de Olavo de Carvalho sobre os Estados Unidos, vistos antes como o lugar da tradição e da comunidade que como o mais acabado exemplo do capitalismo e da lógica utilitária. Como pátria, eles empunharam “a bandeira desse Ocidente moribundo” (ARAÚJO, 2017, p. 344) depois da decadência europeia posterior à Primeira Guerra Mundial. Também ameaçados pelo globalismo, eles nunca deixaram de cultuar seus heróis, pelo que merecem toda a admiração (ARAÚJO, 2019), e recentemente encontraram em Trump um defensor dos valores da verdadeira América construída sobre a comunidade, a religião, e, portanto, dos mais caros valores do Ocidente. Na interpretação de Araújo, as tensões entre Estados Unidos e Rússia estão cada vez mais suaves em razão do respeito à soberania e aos valores nacionais, e da aversão ao multilateralismo e globalismo, preconizados pelo atual presidente americano.

Crítico do globalismo, mas defensor de um nacionalismo de corte integralista, Araújo parece ter a intenção de traduzir o pensamento de Olavo para o contexto de um governo liderado por Jair Bolsonaro e com forte presença militar. O tradicionalismo de Guénon é mitigado por uma outra perspectiva sobre o lugar dos Estados Unidos, talvez repercutindo mudanças nos próprios intelectuais contemporâneos do tradicionalismo, como sugerem as informações sobre uma recente reaproximação entre Steve Bannon, antigo assessor de Trump, e Dugin, grande teórico do tradicionalismo russo e figura influente do entorno de Vladimir Putin (TEITELBAUN, 2020).

Destoam, à primeira vista, o nacionalismo anti-universalista de Araújo do universalismo de Olavo de Carvalho. A discordância de fundo não impede, todavia, a convergência de objetivos mais imediatos, como a política de alinhamento aos Estados Unidos, representados enquanto líderes do Ocidente, e a rejeição ao globalismo e ao bolivarianismo do Foro de São Paulo, mote olavista também presente no discurso do chanceler: “Admiramos os países latino-americanos que se libertaram dos regimes do Foro de São Paulo” (ARAÚJO, 2019).

A dissonância entre interesse nacional e alinhamento aos Estados Unidos, com a necessária rejeição ao perigo do caminho latino americano, repercute não apenas em ações do Presidente Jair Bolsonaro, mas também nas convicções de lideranças relevantes do Exército, como o General Eduardo Villas Boas, ex-comandante das Forças Armadas e conselheiro do Presidente⁸⁶. Palestra pública do General, disponível nas redes sociais,⁸⁷ permite, entretanto, ver grande consonância

86 Os militares não são objeto importante nesse artigo.

87 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iKx5_5k1hhA.

de temas com o do embaixador Araújo. Com as especificidades do discurso militar, estão presentes o discurso sobre o temor do globalismo, institucionalizado nas Organizações Internacionais e ONG's e marcado em discursos de minorias raciais e sexuais da esquerda, além da defesa de um resgate da tradição nacional, definida em chave essencialista, e da autoridade. As divergências ante os textos do chanceler ficam por conta do papel das Forças Armadas, que na palestra de Villas-Boas despontam como intérpretes dessa verdadeira identidade nacional, e da ausência de uma crítica à modernidade ocidental no discurso do militar. Se o caráter anti-moderno, com seus traços de recusa à secularização e à ciência, é central nas visões de mundo dos tradicionalistas Carvalho e Araújo, o mesmo não se faz presente no discurso de Villas Boas, no qual predomina apenas a linguagem neoconservadora, e não a conjunção do neoconservadorismo com reacionarismo dos outros dois atores.

A conjunção entre recusa do caminho latino americano e alinhamento aos Estados Unidos não vem, contudo, apenas dos atores mais afeitos às linguagens reacionária e neoconservadora. Dentro do ultraliberalismo, influente corrente da ultradireita brasileira contemporânea (ROCHA, 2019), há forte preocupação em evitar o caminho do populismo, o qual é discursivamente identificado à experiência latino-americana. Termo tão frequente quanto impreciso, o populismo é utilizado principalmente como política econômica, mesmo que haja frequente relação, nesse discurso, entre políticas econômicas estatistas e um estilo personalista de liderança política.⁸⁸

Formado em Chicago e autor de elogios públicos à Milton Friedman, Paulo Guedes se aproxima mais de algumas correntes libertárias, defensoras de uma desregulamentação quase irrestrita do mundo da economia, do que do neoliberalismo, mais preocupado com a regulação privada da economia do que com o conceito de *laissez-faire* hegemônico até a crise de 1929 (SLOBODIAN, 2018; LAVAL & DARDOT, 2010). As preocupações sobre as relações e influências “bolivarianas” são constantes nas suas colunas semanais, publicadas entre 2007 e 2018 no Jornal O Globo, assim como em suas manifestações públicas depois de sua posse como Ministro da Economia.

Guedes estrutura seu discurso em torno de uma radical oposição entre Estado e mercado, tomados como conceitos antitéticos tanto no campo da teoria político-econômica quanto no terreno da história política brasileira. O Estado é usualmente atrelado às ideias de ineficiência e corrupção, em narrativa onde ele beneficia as corporações capazes de se apossar dos seus recursos. Tal ocorre, pois

88 Sobre os variados usos do conceito de populismo, ver KAYSEL & CHALOUB, 2020. Se o discurso em torno do populismo já estava presente no discurso de Lacerda, o conceito era secundário no cenário político da República de 1946. Muito mais relevante foi sua recepção no cenário intelectual, sobretudo o paulista a partir dos anos 1960, mesmo que a primeira formulação brasileira no sentido mais contemporâneo do conceito esteja em Hélio Jaguaribe, em sua época do ISEB.

o Estado é um sistema fechado, capaz de controlar seus valores, em oposição ao predomínio do mercado, vigência do que, inspirado em Popper, ele chama de “sociedade aberta” (GUEDES, 2013, 2017). Para conseguir alcançar essa nova ordem e superar o ciclo vicioso de estagnação e corrupção de décadas, é necessário romper com o establishment: “estão associados o dirigismo na economia e a corrupção na política. A opinião pública sabe hoje que de um lado estão os defensores de um establishment degenerado, e de outro lado os que exigem mudanças rumo à Grande Sociedade Aberta em terras brasileiras.” (GUEDES, 2017b).

Roberto Campos já diagnosticara, segundo Guedes, há muito tempo a morte anunciada da “classe política brasileira”, que seria devorada pelo “colapso do intervencionismo dirigista”, que produziria não apenas “corrupção” e estagnação econômica”, mas também injustiça social: “A Velha Política não se revela apenas corrupta, mas também injusta” (GUEDES, 2017a). A ruptura com ela é necessária, após os fracassos da direita e da esquerda:

A “direita” brasileira afundou com a redemocratização por estar associada ao autoritarismo político e à insensibilidade social do regime militar. A “esquerda” brasileira afunda agora com a morte da velha política por estar associada à roubalheira, ao colapso do crescimento econômico e à insegurança nas ruas de uma decrépita Nova República. A “direita” hegemônica governou por duas décadas, e a “esquerda” hegemônica por três, ambas com um modelo econômico dirigista desastroso para o desenvolvimento social e político do país. O baixo crescimento e a corrupção sistêmica marcaram a transição do capitalismo de Estado do regime militar para um capitalismo de quadrilhas sob obsoleta e despreparada social-democracia (GUEDES, 2017b).

Por mais que, em seu discurso de posse, Guedes retrate o governo como “uma aliança entre conservadores, em princípios e costumes, e liberais na economia”, finalmente vitoriosa “depois de 30 anos de aliança política de centro-esquerda” (GUEDES, 2019), ele não reivindica um ostensivo pertencimento à direita, mas antes postula certa superioridade técnica dos seus diagnósticos. Por isso sua curiosa caracterização do governo como de “centro-direita”. Tal como Milton Friedman, sua economia política, terreno onde se postulam as mudanças sociais e juízos de valor, decorre da melhor “ciência econômica” disponível (GUEDES, 2006).

As esperadas mudanças postuladas pela “nova política” vieram a partir da ação do Judiciário e do Ministério Público. Com frequentes elogios à operação Lava-Jato, Guedes elege as instituições nela envolvidas como carrascas da velha política: “A morte da velha política em 2017, sob a guilhotina da Lava-Jato, é o nosso mais importante episódio de aperfeiçoamento institucional desde a redemocratização e a convocação da Assembleia Constituinte.” (GUEDES, 2017b). As afinidades

entre a crítica de Guedes e a da Lava Jato ao Estado justificam os elogios do atual Ministro da Economia, que vê no trabalho de destruição da Lava-Jato uma etapa fundamental para emergência do novo:

A independência do Ministério Público, da Polícia Federal e do Poder Judiciário é a grande novidade de nosso traumático, mas inegável, avanço institucional. A revelação de um sistema político degenerado é um inestimável serviço ao aperfeiçoamento de uma democracia emergente. Mas a tarefa de reconstrução caberá às novas lideranças que emergirão das urnas em 2018 (GUEDES, 6 de março de 2017).

O novo virá de forças dispostas a construir uma “sociedade aberta”, com a necessária centralidade da ordem do mercado. Os elogios ao mercado são tão extremados que, seguindo Milton Friedman, mesmo a crise de 1929 decorreria de “uma trágica atuação do Fed, o banco central americano, e não uma falha sistêmica das economias de mercado” (GUEDES, 2006). O mercado tem problemas, mas esses sempre podem ser resolvidos dentro da sua própria ordem. A força da mitologia de um capitalismo cruel – que tornou “Karl Marx, um economista pós-ricardiano menor do século XIX, o mais influente ideólogo do século XX” (GUEDES, 2014) – oculta a responsabilidade central do Estado na produção de um cenário de concentração de riqueza, crises econômicas e corrupção. Mais desastrosas do que o capitalismo são suas alternativas. Se há ordens capitalistas melhores e piores, a escolha pelos caminhos da esquerda latino-americana é certamente desastrosa:

O único caminho inexorável para o abismo, o verdadeiro beco sem saída escolhido pelos nossos vizinhos kirchneristas e bolivarianos, é o ‘socialismo do século XXI’. O fervor religioso de seus crentes resiste aos fatos. Pouco importa que um apocalipse do regime socialista tenha mergulhado na miséria 3,5 bilhões de eurásianos, que buscam agora, em desespero, sua inclusão nos mercados globais, derrubando salários e aumentando os lucros em todo o mundo. A culpa é sempre do capitalismo (GUEDES, 2014).

A argumentação de Guedes mostra como, em sua perspectiva, as experiências da esquerda latino-americana pouco diferem das soviéticas. O argumento é coerente com a sua visão de mundo, organizada em torno de uma oposição radical entre eficiência e ineficiência, corrupção e razão, Estado e mercado. A narrativa em torno de pares binários radicalmente opostos, confere aos argumentos um caráter moral e ao autor uma feição de missionário, que luta contra o mal. Se a grande chave de divisão do mundo ocorre entre Estado e mercado, tudo o que não é liberalismo econômico, em sua versão extrema, se torna indistinto. Assim, sem muitas mediações, comunismo, nazismo, fascismo, peronismo e bolivarianismo logo se

transformam em um todo indistinto, que escolhe os caminhos das sociedades política e economicamente fechadas. Esse é o pressuposto da sua argumentação quando ele define os regimes trabalhista e previdenciário brasileiros como “politicamente anacrônicos, economicamente desastrosos e socialmente perversos”, por terem sido formulados em “sistemas políticos fechados (na Alemanha imperial de Bismarck e na Itália fascista de Mussolini), e desde então cultivados por obsoletos programas social-democratas” (GUEDES, 2018). O argumento emula Mises e o Hayek de “O Caminho da Servidão”, ainda distante das formulações mais sofisticadas da trilogia **Law, Legislation and Liberty**. Como consequência, Guedes constrói duas Américas Latinas, uma comprometida com sociedades fechadas e outra com o mercado, tido como sinônimo de democracia.

De um lado, no cinturão do Pacífico, estão Chile, Peru, Colômbia e México. Transformando a crise em oportunidade, aprofundam reformas de modernização e mergulham suas economias nos mercados globais, em busca de uma integração competitiva à nova ordem mundial. De outro lado estão Cuba, Venezuela, Bolívia, Equador e Argentina, na rota equivocada das pequenas sociedades política e economicamente fechadas. Do trágico peronismo do século XX ao socialismo bolivariano do século XXI, acumula-se a evidência empírica de um grande desastre causado por ideologias obsoletas (GUEDES, 2012).

Podemos, então, retornar às declarações do mesmo Guedes, reproduzidas no início do presente texto. A recusa ao Mercosul é, na verdade, a recusa às ideologias obsoletas, que impedem o livre curso da razão individual. O liberalismo econômico, por sua vez, não é uma ideologia, mas a fiel representação do único caminho realista para uma sociedade livre, eficiente e democrática. Para Guedes, o mercado é não apenas uma forma de organizar a economia, mas um modelo político aplicável sem mediações e mesmo um esquema de circulação das ideias.

A escolha pelas sociedades abertas da América Latina é, portanto, uma escolha pelo capitalismo, que não constrói fronteiras e segue apenas o curso da eficiência. O alinhamento com os Estados Unidos não ocorre em razão de um Ocidente culturalmente delineado, como se dá no misto de reacionarismo e neoconservadorismo de Olavo de Carvalho e Ernesto Araújo, ou mesmo no neoconservadorismo dos militares, mas antes decorre de uma imagem de eficiência e livre-vigência do mercado, que tem no bolivarianismo seu extremo oposto.

A convergência em relação ao objetivo prático imediato, o alinhamento aos Estados Unidos, pode esconder as diversas feições de cada um desses americanismos. Como em outros terrenos, a heterogênea coalizão, agora organizada em torno do Governo Bolsonaro, revela divergências de fundo em meio a suas convergências. Quais seriam, entretanto, as razões da convergência dessa imagem

da América Latina como outro, um inimigo próximo, em perspectivas ideológicas e temporais diversas?

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ALGUMAS RAZÕES PARA A PERSISTÊNCIA DE UM DISCURSO

A persistência de um discurso por certo sugere hipóteses, seja sobre as feições do próprio discurso, seja sobre os seus objetos e contextos. O presente artigo pretendeu expor a longevidade de representações negativas da América Latina no debate público brasileiro e como, sobretudo após 1945, a narrativa dos países latino-americanos como um *inimigo próximo* ou um *exemplo equivocado* foi relevante para construir a identidade de várias tradições da direita brasileira. A presença dessa ideia em atores e contextos diversos nos permite esboçar algumas possíveis interpretações.

A retórica da *ameaça* (HIRSCHMAN, 2019) é uma das marcas de discursos à direita do espectro político e frequentemente constrói inimigos de forma a produzir coesão dentre suas hostes. Trata-se, ademais, de narrativa que, por sua dimensão esquemática e simples, pode ser reproduzida em contextos diversos e contra adversários distintos, já que a determinação da figura desse outro passa, sobretudo, pela representação da própria identidade. Se a longevidade do discurso se deve, em parte, à sua capacidade de se adaptar a cenários diversos, desponta a questão sobre a reincidência da escolha da América Latina, que passa a constituir um tipo de *oriente próximo*, em dinâmica semelhante ao orientalismo exposto por Edward Said.

Algumas respostas, mais vinculadas às conjunturas específicas, são delineadas ao longo no texto. Nesse sentido, tanto a disparidade entre os processos de independência do Brasil e do resto do subcontinente, assim como dos distintos regimes políticos então produzidos, como a trajetória da esquerda latino-americana ao longo da segunda metade do século XX são parte central da resposta. Há, todavia, certa questão, de mais longo fôlego, que passa pela própria visão do lugar do Brasil no mundo. A menção ao perigo latino-americano, que por vezes sugere uma ameaça de infiltração iminente, e em outros momentos emerge como via política indesejável, frequentemente está relacionada ao temor das rupturas possíveis em um contexto de emergência das massas na política. Esse temor frequentemente iguala a via revolucionária, como em Cuba ou mesmo no Chavismo, e a implantação de reformas nacional-populares de redução das desigualdades e inclusão, mesmo que por meio de aparatos corporativistas.

Há, nessa narrativa, a revelação de um falso igualitarismo como razão de uma corrupção de valores, que aproxima o discurso de Carlos Lacerda sobre o peronismo, os de Olavo de Carvalho e Ernesto Araújo sobre o bolivarianismo

comunista do Foro de São Paulo, e a recusa ao populismo econômico de Paulo Guedes. Dessas continuidades, é possível refletir sobre um possível modo de se definir o campo da ultradireita no pensamento político brasileiro. O campo se distinguiria pela compreensão da emergência das massas subalternas como uma ameaça à própria ordem democrática. Nesse sentido, enquanto a direita mais moderada se oporia a processos de democratização (BROWN, 2015), entendidos como ampliação da participação efetiva de grupos na disputa da ordem pública, mas não lhes atribuiria caráter antidemocrático, a ultradireita atribuiria uma explícita natureza antidemocrática a esses movimentos.

A realidade, por certo, é mais complexa do que as categorias abstratas, que buscam interpretá-la, de modo que mais importante do que enquadrar atores em tradições é compreender movimentos políticos. Nesse sentido, a adesão dos setores mais moderados da UDN ao lacerdismo se assemelha ao movimento de questionamento da legitimidade da esquerda dentre setores do PSDB, no sentido de que ambos são movimentos de radicalização de uma direita moderada rumo ao terreno ultradireita, esta última uma força política que carregaria em sua própria definição a naturalização das rupturas por cima ante a ordem democrática. O discurso da ameaça latino-americana é um bom sintoma desse movimento.

A escolha da América Latina como outro decorre da replicação no cenário global de uma lógica hierárquica interna, na qual há certa subalternidade a uma cultura a qual não pertencemos completamente, seja como busca de uma herança ibérica perdida ou enquanto desejo de reprodução dos caminhos de centro ocidental, quase sempre identificado aos Estados Unidos⁸⁹. Em ambas as narrativas, há uma forte hierarquia que organiza a geopolítica e a ordem social brasileira entre escalões, de modo que a naturalização do lugar secundário do país na ordem internacional é replicada pela forte estratificação político-social, com marcada divisão entre elites e massas, na ordem interna. Esse vínculo entre ordem e hierarquia atravessa todos os autores analisados no texto.

O argumento homogeneizante de uma ameaça externa latino-americana certamente diz menos dos países representados do que dos embates em torno da implantação de uma ordem democrática no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMINO, João. **Os democratas autoritários**: liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946. São Paulo: Brasiliense, 1980.

89 O debate em torno da obra de Richard Morse, que envolveu críticas de Simon Schwartzmann, resposta do brasilianista e intervenções posteriores de diversos autores, dentre os quais Otávio Velho e José Guilherme Merquior, retoma ao longo do processo de redemocratização longevos argumentos sobre os vínculos intelectuais e culturais do Brasil com o mundo.

ARAUJO, Ernesto. Trump e o Ocidente. *In: Cadernos de Política Exterior*. Fundação Alexandre de Gusmão ano III, número 6, 2017.

_____. *Discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de Posse no Ministério das Relações Exteriores*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/19907-discurso-do-ministro-ernesto-araujo-durante-cerimonia-de-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: dia mês ano.

ARAUJO, Ricardo Benzaquen. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

ARDAO, Arturo. *Génesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas: Centro de Estudios Latinoamericanos Romulo Gallegos, 1980.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 44, p. 289-321, julho dezembro de 2009.

BILAC PINTO, Olavo. *Guerra Revolucionária*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1964.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007.

BROWN, Wendy. 2015. *Undoing the demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. Cambridge: The MIT Press.

CARDOSO, Fernando Henrique. Esquerda e Populismo na América Latina. *Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 7, 06 jun. 2006.

CARVALHO, José Murilo. *Brasil: outra América?* *In: CARVALHO, José Murilo. Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2005.

_____. *Brasil: nações imaginadas*. *In: CARVALHO, José Murilo. Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2005.

_____. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

_____. *Introdução*. *In: URUGUAI, Paulino José Soares de Souza; CARVALHO, José Murilo de. Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002.

CARVALHO, Olavo. **Astros e símbolos**. São Paulo: Nova Stella. 1985.

_____. **Astrologia e religião**. São Paulo: Nova Stella. 1986.

_____. **A nova era e a revolução cultural**: Fritjof Capra & Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: Instituto de Artes Liberais & Stella Caymmi. 1994.

_____. **O jardim das aflições**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

_____. **O imbecil coletivo**: atualidades inculturais brasileiras. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade. 1996.

_____. **O futuro do pensamento brasileiro**: Estudos sobre o nosso lugar no mundo. Rio de Janeiro: Vide Editorial, 1997.

_____. O Foro de São Paulo, versão anestésica. **Diário do Comércio**, 15 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://olavodecarvalho.org/o-foro-de-sao-paulo-versao-anestesica/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

_____. Porque a direita sumiu. **Diário do Comércio**, 2 de março de 2012. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/por-que-a-direita-sumiu/> Acesso em: 20 dez. 2021.

_____. Extinguindo o inexistente. **Diário do Comércio**, 11 de setembro de 2014. Disponível em <https://olavodecarvalho.org/extinguindo-o-inexistente/> Acesso em: 20 dez. 2021.

_____. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

CARVALHO, Olavo de; DUGIN, Alexandre. **Os EUA e a Nova Ordem Mundial**. Campinas, SP: VIDE Editorial, 2012.

CHALOUB, Jorge. **O liberalismo entre o espírito e a espada**: a UDN e a República de 1946. Tese de doutorado em Ciência Política. IESP-UERJ, 2015.

_____. O liberalismo de Carlos Lacerda. **Dados**, vol. 61, nº 4 Rio de Janeiro, out./dec., 2018.

_____. O Brasil dos bacharéis: um discurso liberal udenista. **Lua Nova**, nº 107, p. 263-304, 2019.

CHALOUB, Jorge, LIMA, Pedro. Os juristas políticos e suas convicções: para uma anatomia do componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 49, nº 1, p. 202-252, mar./jun., 2018.

_____. *Corruption and Neoliberalism in Contemporary Brazil*. In: BIANCHI, Bernardo; CHALOUB, Jorge; RANGEL, Patrícia; WOLF, Frieder Otto. (Org.). Democracy and Brazil: Collapse and Regression. Oxford: Routledge, Taylor and Francis, v. 1, p. 120-151, 2020.

CHALOUB, Jorge; LIMA, Pedro; PERLATTO, Fernando, Direitas no Brasil contemporâneo. *Teoria e Cultura*, UFJF, v. 13, nº 2 Dezembro, 2018.

COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967.

_____. *Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

_____. *Geopolítica e Poder*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian. La nouvelle raison du monde: Essai sur la société néolibérale. Paris: La Découverte, 2010.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DULLES, John WF. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador, 1914-1960*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2000.

ESTADO DE SÃO PAULO. Editorial de 07 de outubro de 2018. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,pior-do-que-a-venezuela,70002536054>. Acesso em: 20 dez. 2021.

FERES JR., João. *A história do conceito de "Latin America" nos Estados Unidos*. Bauru: Edusc, 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO, Editorial de 23 de maio de 2016, p. 07. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2016/05/1774006-serra-no-itamaraty.shtml> Acesso em: 20 dez. 2021.

FRASER, Nancy. Progressive Neoliberalism versus Reactionary Populism: A Choice That Feminists Should Refuse. *NORA - Nordic Journal of Feminist and Gender Research* 24(4), 281-284, 2016.

GUEDES, Paulo. *Milton Friedman*. Jornal O Globo, 27 de novembro, p. 7, 2006.

_____. *Beco sem saída*. Jornal O Globo, 27 de maio, p. 7, 2014.

_____. *Atropelo bolivariano*. Jornal O Globo, 14 de janeiro, p. 7, 2013.

_____. *Corrupta e Injusta*. O Estado de S. Paulo, 4 de abril, p. 6, 2017^a.

- _____. **Tudo Muda em 2018**. Jornal O Globo, 07 de novembro, 2017b.
- _____. **Erros do passado**. Jornal O Globo, 19 de março, p. 7, 2018.
- _____. **Discurso do ministro da Economia, Paulo Guedes**, durante cerimônia de transmissão de cargo em 02 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2019/01/Discurso-Paulo-Guedes-1.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- GUENON, Rene. **The Crisis of the Modern World**. Nova Iorque: Sophia Perennis, 2001.
- GUIMARÃES, Cesar. **Vargas e Kubitschek**: A Longa Distância entre a Petrobrás e Brasília. *In*: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. República no Catete. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- HIRSCHMAN, Albert. **A retórica da intransigência**: perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- HOFSTADTER, Richard. **The Paranoid Style in American Politics**. Cambridge: Harvard University Press, 1964.
- IFVERSEN, Jan. Quem são os ocidentais? *In*: FERES JUNIOR, João, JASMIN, Marcelo Gantus. (org.). **História dos Conceitos**: diálogos transatlânticos. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2007.
- KAYSEL, ANDRÉ. **Entre a Nação e a Revolução**: Marxismo e Nacionalismo no Peru e no Brasil (1928-1964). São Paulo: Alameda, 2018.
- KAYSEL, Andre; CHALOUB, Jorge. O enigma do populismo na América Latina: conceito ou estereótipo? *In*: RIBEIRO, Ednaldo; BATISTA, Mariana; ARANTES, Rogério. **As Teorias e o Caso**. E. UFABC, 2020 (no prelo).
- LACERDA, Carlos. Editorial da Tribuna de Imprensa de 05 de abril, p. 4, 1950.
- _____. Editorial da Tribuna de Imprensa de 25 de maio, p. 4, 1950.
- _____. Editorial da Tribuna de Imprensa de 19 de junho, p. 4, 1950;
- _____. Editorial da Tribuna de Imprensa de 31 de outubro, p. 4, 1950.
- _____. Editorial da Tribuna de Imprensa de 20 de setembro, p. 4, 1955.
- _____. **O Poder das Ideias**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1964.
- _____. **Discursos parlamentares**: seleta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

LAHUERTA, Milton. *Elitismo, autonomia, populismo: os intelectuais na transição dos anos 1940*. São Paulo: Andreato Comunicação e Cultura, 2014.

LYNCH, C. E. C. O caminho para Washington passa por Buenos Aires: A recepção do conceito argentino do estado de sítio e seu papel na construção da República brasileira (1890-1898). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 27, nº 78, fev./2012.

MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2005.

MOTTA, Marly da Silva. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado. *Nossa História*. Rio de Janeiro, nº 19, p. 72-25, mai., 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

MUSSI, Daniela; BIANCHI, Alvaro. Os inimigos de Gramsci. *Jacobin Brasil*, número 1, 2019. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/04/os-inimigos-de-gramsci/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

NABUCO, Joaquim. *Balmaceda*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

NASH, George. *The Conservative Intellectual Movement in America*: since 1945. New York: Basic Books, 1976.

NEIBURG, Federico. *Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo*. São Paulo: Edusp, 1997.

O GLOBO, Editorial de 20 de abril de 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/bolivarianos-dilma-se-isolam-na-farsa-do-golpe-19128326>. Acesso em: dia mês ano.

PEIXOTO, Antônio Carlos. O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964), *In*: ROUQUIÉ, Alain (org.). *Os Partidos Militares no Brasil. Rio de Janeiro*: Record, 1980.

PHILLIPS-FEIN, Kim. Conservatism: A State of the Field. *Journal of American History*. 98.3, p.723-743, Dez./2011.

TEITELBAUM, Benjamin R. *War for Eternity*: Inside Bannon’s Far-Right Circle of Global Power Brokers. Nova Iorque: Dey Street Books, 2020.

TRILLO, Maurício Tenório. América Latina: a ideia, mais uma vez. *Interseções* [Rio de Janeiro] v. 14, nº 2, p. 241-267, dez 2012.

REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional*: a polícia política no pós-guerra. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ROCHA, Camila. “‘Imposto é roubo’. A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff.” *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 62(3), 2019.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SLOBODIAN, Quinn. *Globalists: The End of Empire and the Birth of Neoliberalism*. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

SPENGLER, Oswald. *A decadência do Ocidente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

URUGUAI, Paulino José Soares de Souza; CARVALHO, José Murilo de. *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002.

VAISSE, Justin. *Neoconservatism: The Biography of a Movement*. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

MATÉRIAS DE JORNAL CITADAS

PIAUI. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fiador/>. Disponível em: dia mês ano.

CLARIN. Disponível em: https://www.clarin.com/mundo/futuro-jefe-hacienda-brasil-mercosur-argentina-prioridad_0_x2oQw-tbO.html. Acesso em: Acesso em: 20 dez. 2021.

_____. Disponível em: https://www.clarin.com/mundo/futuro-jefe-hacienda-brasil-mercosur-argentina-prioridad_0_x2oQw-tbO.html. Acesso em: 20 dez. 2021.

_____. Disponível em: https://www.clarin.com/mundo/futuro-jefe-hacienda-brasil-mercosur-argentina-prioridad_0_x2oQw-tbO.html. Acesso em: 20 dez. 2021.

O GLOBO. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/paulo-guedes-diz-que-mercosul-nao-sera-prioridade-em-governo-bolsonaro-23194734> Acesso em: 20 dez. 2021.